



Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2025



Cosan S.A.

Relatório da Administração 2025

A Cosan S.A. ("Cosan" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 31/12/2025. O resultado é apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o ano de 2025 x 2024, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados ("release 4T25 e 2025") em seu site: www.cosan.com.br.

1. Mensagem da Administração

Encerramos o ano de 2025 ainda em um ambiente macroeconômico desafiador no Brasil e mesmo diante desse cenário, conseguimos dar passos fundamentais para o aprimoramento da estrutura de capital da Cosan e redução do endividamento. Concluímos a capitalização e entrada dos novos sócios estratégicos, reforçando nossa governança e aportando estabilidade de capital para o longo prazo.

No portfólio de negócios, após um ano repleto de adversidades, as companhias controladas mostraram resiliência e adaptabilidade nos resultados operacionais, os quais estão detalhados na seção C. Desempenho do Portfólio do *release* 4T25 e 2025.

Entramos no ano de 2026 com a simplificação da nossa estrutura organizacional e com pré-pagamento de dívidas, cujo principal totalizou aproximadamente R\$ 6,2 bilhões. Em Compass, anunciamos a intenção de fazer uma oferta pública de ações secundária, com foco em avançar exclusivamente na redução do endividamento da Cosan.

2. Resultados anuais

Cosan Consolidado

Apresentamos a seguir o resultado consolidado contábil de 2025 da Cosan e das suas unidades de negócio. Com exceção da Raízen (*joint venture* formada entre a Cosan e Shell e avaliada pelo método de equivalência patrimonial), todas as demais informações refletem a consolidação de 100% dos resultados das subsidiárias, independentemente da participação da Cosan (para mais informações veja a nota explicativa 9 "Investimento em controladas e coligadas" das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras").

É importante esclarecer que o segmento Cosan Corporativo representa a estrutura corporativa da Companhia que é composta por (i) administradores e equipes corporativas, que incorrem em G&A e outras despesas (receitas) operacionais, incluindo investimentos pré-operacionais; (ii) resultado de equivalência patrimonial dos ativos e (iii) resultado financeiro atribuído a caixa e dívidas da controladora, *holdings* intermediárias (Cosan Nove e Cosan Dez) e empresas financeiras *offshores*, entre outras despesas, como detalhado na nota explicativa 1 e 4 das Demonstrações Financeiras. Os quadros abaixo retratam a íntegra das informações prestadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Demonstração do resultado do exercício - R\$ MM	2025	2024	Varição
Receita operacional líquida	40.419	43.951	-8%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(27.243)	(30.236)	-10%
Lucro bruto	13.176	13.715	-4%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.378)	(4.421)	-1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.161	1.550	n/a
Perda por redução ao valor recuperável	(1.494)	(3.155)	-53%
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	220	1.719	-87%
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(10.885)	(1.230)	n/a
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	—	(4.672)	n/a
Resultado financeiro	(7.791)	(8.750)	-11%
Imposto de renda e contribuição social	(2.203)	(3.191)	-31%
Operação descontinuada	—	274	n/a
Resultado líquido do exercício	(10.194)	(8.162)	25%
Resultado do exercício atribuído aos:			
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(472)	1.262	n/a
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(9.722)	(9.424)	3%
Resultado líquido do exercício	(10.194)	(8.162)	25%

Informações por segmento:

Resultado por unidade de negócio	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
2025									
Receita operacional líquida	232.247	16.604	9.320	13.848	654	3	(232.247)	(11)	40.419
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(223.040)	(12.573)	(7.036)	(7.562)	(82)	–	223.040	11	(27.243)
Lucro bruto	9.207	4.031	2.284	6.286	572	3	(9.207)	—	13.176
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(8.386)	(1.079)	(2.217)	(696)	(96)	(290)	8.386	—	(4.378)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.469)	658	916	123	1.309	155	1.469	–	3.161
Perda por redução ao valor recuperável	(6.497)	–	–	(1.228)	–	(266)	6.497	—	(1.494)
Resultado financeiro, líquido	(9.130)	(1.638)	(322)	(3.025)	63	(2.870)	9.130	—	(7.791)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(24)	116	–	102	–	2.275	24	(2.273)	220
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(178)	–	–	(7)	–	(10.878)	178	—	(10.885)
Imposto de renda e contribuição social	(5.839)	(629)	(104)	(689)	(186)	(595)	5.839	—	(2.203)
Resultado líquido do exercício	(22.315)	1.460	558	865	1.661	(12.465)	22.315	(2.273)	(10.194)
Resultado líquido do exercício atribuído aos:									
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(58)	330	168	608	1.165	(2.743)	58	—	(472)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(22.257)	1.130	390	257	496	(9.722)	22.257	(2.273)	(9.722)
Resultado líquido do exercício	(22.315)	1.460	558	865	1.661	(12.465)	22.315	(2.273)	(10.194)

Nota: Embora a Raizen S.A. seja uma joint venture registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

Apresentamos abaixo as alterações significativas das demonstrações de resultado:

Receita líquida

A receita operacional líquida consolidada da Cosan totalizou R\$ 40,4 bilhões em 2025, 8% menor em relação ao ano de 2024. A seguir os principais fatores que contribuíram para essa variação por segmento:

A receita operacional líquida da Rumo foi de R\$ 13,8 bilhões em 2025, mantendo-se praticamente estável em comparação a 2024, devido à combinação de fatores operacionais e conjunturais. O desempenho refletiu maiores volumes transportados, apesar da redução na tarifa média. O principal vetor de crescimento foi a Operação Norte com destaque para a contribuição dos novos fluxos logísticos de celulose, combustíveis líquidos e bauxita, além do maior volume transportado na carteira de grãos.

Na Compass, a receita operacional líquida totalizou R\$ 16,6 bilhões em 2025, uma queda de 10% em relação aos R\$ 18,4 bilhões registrados em 2024 refletindo, principalmente, a migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

A Moove apresentou receita operacional líquida de R\$ 9,3 bilhões em 2025, 9% inferior em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi impactado, majoritariamente, pela redução nas vendas de lubrificantes, refletindo os impactos operacionais decorrentes do incêndio na planta do Rio de Janeiro. Apesar do cenário adverso, a companhia buscou mitigar os impactos por meio de estratégias de gestão de portfólio e otimização do mix de produtos, visando manter a competitividade e a eficiência operacional.

Na Radar, a receita operacional líquida atingiu R\$ 654 milhões em 2025, representando uma redução em relação ao valor de R\$ 1,4 bilhão registrado em 2024, refletindo principalmente o menor número de propriedades agrícolas vendidas do portfólio versus o ano anterior.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados pelas controladas da Cosan somou R\$ 27,2 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando uma redução de 10% em relação ao ano anterior. Essa diminuição reflete, principalmente: (i) na Compass, a variação foi influenciada especialmente pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre; (ii) na Radar, o custo operacional apresentou uma redução de 89%, decorrente da menor quantidade de vendas de propriedades agrícolas em 2025; e (iii) na Moove, a queda foi de 4% no custo operacional, reflexo dos impactos do incêndio ocorrido em 2025 na planta do Rio de Janeiro.

Lucro bruto

Com base nos resultados apresentados, a Cosan registrou lucro bruto de R\$ 13,2 bilhões em 2025, representando uma retração de 4% em relação ao exercício anterior. Essa queda foi impulsionada, principalmente, pelo desempenho do segmento Moove, que sofreu impactos relevantes conforme mencionado mais acima. Além disso, o segmento Radar também contribuiu para a redução do lucro bruto, devido à menor quantidade de vendas de propriedades agrícolas ao longo do exercício versus o ano anterior.

Despesas com vendas, gerais, administrativas, Outras Receitas (despesas) operacionais e Perda por redução ao valor recuperável

As despesas com vendas, gerais, administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e perda por valor recuperável consolidadas foram de R\$ 2,7 bilhões no exercício de 2025, apresentando uma redução em relação ao período anterior, sendo impactadas principalmente por:

Na Rumo, as despesas com vendas, gerais, administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e perda por valor recuperável totalizaram R\$ 1,8 bilhão no exercício de 2025 (-55%). Esse desempenho reflete o controle contínuo de despesas fixas e ganhos de eficiência na gestão de pessoal e operação, alinhados à disciplina operacional e à estratégia de otimização de custos da companhia. Adicionalmente, o resultado foi positivamente impactado por indenização por lucros cessantes na Malha Sul, pelo reconhecimento de créditos fiscais e perda pelo valor recuperável.

Na Moove, as despesas com vendas, gerais, administrativas e outras receitas somaram R\$ 1,3 bilhão em 2025, sendo a redução impactada principalmente na linha de outras receitas pelo recebimento de indenizações por lucros cessantes e danos materiais relacionados ao incêndio ocorrido no início de 2025 na planta do Rio de Janeiro.

Na Cosan Corporativo, as despesas gerais, administrativas, outras receitas (despesas) operacionais e perda por valor recuperável totalizaram R\$ 401,2 milhões, representando uma queda de 54% versus o mesmo período do ano anterior, devido especialmente (i) à redução de custos associados aos encargos do programa de Incentivo de Longo Prazo, refletindo a queda do preço da ação; (ii) à cobrança das atividades realizadas pela *holding* de forma centralizada; e (iii) ao impacto da alienação parcial da participação na Vale realizado no ano de 2024.

Resultado financeiro

No ano de 2025, o resultado financeiro consolidado da Cosan totalizou despesa de R\$ 7,8 bilhões comparado a despesa de R\$ 8,8 bilhões em 2024. A redução se deve majoritariamente a:

Na Rumo, o resultado financeiro totalizou R\$ 3,0 bilhões (+17%) impactado principalmente pelo custo da dívida líquida que apresentou acréscimo na comparação anual, refletindo o maior nível de endividamento e o efeito do CDI médio mais elevado. A alta das taxas de juros também contribuiu para o aumento da variação monetária dos passivos de concessão. Já, as demais receitas financeiras foram impactadas positivamente pela maior capitalização de juros capitalizados nos projetos de investimento em andamento.

Na Compass, o resultado financeiro atingiu R\$ 1,6 bilhão em 2025, representando um crescimento de 92% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo maior custo da dívida, aumento na taxa de juros e efeito não recorrente de 2024, conforme detalhado no item 32 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Compass.

Na Cosan Corporativo, o resultado financeiro foi de R\$ 2,9 bilhões em 2025, um decréscimo de 44% em comparação a 2024, como reflexo especialmente (i) do resultado positivo da variação cambial dos *bonds* e menor efeito de juros decorrente da redução da dívida bruta; e (ii) incremento no rendimento de aplicações financeiras em função do maior saldo de caixa decorrente das duas ofertas públicas primárias de ações realizadas e venda do *stake* parcial em Rumo, realizadas em novembro e dezembro de 2025, respectivamente, além do cenário de juros mais elevado.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$ 10,7 bilhões no ano versus R\$ 4,2 bilhões em 2024, em decorrência, principalmente, do reconhecimento pontual e sem efeito caixa de *impairment* de determinados ativos da Raízen, reconhecidos em função da aplicação de procedimentos contábeis decorrentes da incerteza significativa quanto à sua continuidade operacional (*going concern*).

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 2,2 bilhões, 31% menor frente aos R\$ 3,2 bilhões registrados em 2024. A alíquota efetiva de impostos foi de 27,6% em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos 60,8% do ano anterior. Essa redução deve-se, principalmente, aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias não reconhecidas, que totalizaram R\$ 2,4 bilhões, resultando em uma diminuição de 44% em relação ao mesmo período do ano anterior, que contemplou também a baixa dos prejuízos fiscais de períodos anteriores da controladora.

Resultado líquido

A Cosan encerrou o ano de 2025 com um prejuízo líquido consolidado de R\$ 10,2 bilhões, representando uma variação negativa de R\$ 2,0 bilhões versus 2024, reflexo, majoritariamente do reconhecimento contábil do valor recuperável de determinados ativos na Raízen.

3. Destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

A destinação do resultado será objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária, conforme nota explicativa 17 das Demonstrações Financeiras.

4. Capital humano

A segurança e o bem-estar seguem como prioridades na Companhia com a ambição permanente de zero acidentes. Nesse contexto, o indicador de segurança LTIF² foi de 0,28 no ano de 2025 (estável em relação a 2024). A Cosan e suas investidas seguem focadas em manter padrões elevados de segurança em suas operações, com investimentos contínuos em treinamento, tecnologia e práticas seguras, além de benefícios de saúde que reforçam o cuidado com o bem-estar físico e mental das pessoas.

A agenda de Desenvolvimento foi fortalecida com programas e ações estruturadas para ampliar capacidades, desenvolver lideranças e apoiar a evolução dos colaboradores, conectando desenvolvimento de pessoas às prioridades estratégicas do negócio.

Em Diversidade, foram mantidas as parcerias com o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ e com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, além de ter sido firmada parceria com o Movimento Mulher 360°, fortalecendo a atuação da Companhia em temas de equidade e inclusão.

No final de 2025, a estrutura administrativa da Cosan passou por um processo de simplificação, levando a uma redução significativa no quadro de funcionários. Esse movimento gerou uma maior transferência de atividades da *holding* para as entidades operacionais.

Em cumprimento com a Lei nº 15.177/2025, que altera a Lei nº 6.404/1976, a Companhia informa:

Mulheres empregadas por nível hierárquico	2025		2024	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Diretoria e acima	4	44 %	5	50 %
Gerência	7	30 %	14	44 %
Coordenação	26	79 %	31	66 %
Administrativo	29	66 %	37	60 %
Estágio	3	50 %	3	75 %

Mulheres que ocupam cargos na administração da Cosan	2025		2024	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Conselho de Administração	1	13 %	2	22 %
Diretores Estatutários	1	33 %	1	25 %

Proporção da remuneração de mulheres em relação à remuneração de homens por nível hierárquico ¹	2025	2024
Diretoria e acima	127,7 %	96,8 %
Gerência	88,5 %	90,4 %
Coordenação	96,8 %	101,2 %
Administrativo	96,4 %	88,4 %
Estágio	100,0 %	100,0 %

Nota: (1) Valores consideram remuneração anual, com estimativa da remuneração variável de curto prazo. Para permitir comparabilidade, foram considerados apenas funcionários que tenham trabalhado os 12 meses do ano. Há diferença de nível hierárquico, senioridade, tempo de casa, performance entre outros fatores entre os colaboradores agrupados na mesma classificação. A segregação considera número mínimo de funcionários de ambos os gêneros em cada grupo, porém não foram incluídas funções muito específicas em que há funcionários de apenas um gênero.

A Cosan reitera seu compromisso com a promoção da equidade de gênero, conforme diretrizes de sua política de diversidade, equidade e inclusão, e reforça que fomenta uma cultura interna que dissemina e respeita os valores e necessidades de todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero, raça, religião, cultura, orientação sexual, condição física, aparência e idade.

5. Mercado de Capitais & Governança Corporativa

Em 2005, a Cosan ingressou no mercado de capitais, com suas ações negociadas no segmento de listagem “Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o *ticker* CSAN3. Atualmente, a Cosan também possui ADS (*American Depositary Shares*) negociados na NYSE (New York Stock Exchange) desde março de 2021.

Em novembro de 2025, os acionistas controladores da Companhia, Aguassanta Investimentos S.A. e Queluz Holding Limited, veículos da família do Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, celebraram acordo de acionistas com BTG Pactual Holding e Perfin Infraestrutura (em conjunto “Investidores”), bem como realizou duas ofertas públicas primárias de ações com a captação de R\$ 10,5 bilhões, visando fortalecer a estrutura de capital e reduzir o endividamento da *holding*. Os novos Investidores são grupos empresariais estratégicos que detêm investimentos diversos e em infraestrutura e visam contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e para a execução da estratégia da Companhia de longo prazo.

Após as ofertas públicas mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Cosan era representado por 3.966.570.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal – todas com direito a voto, conforme o regulamento do Novo Mercado da B3.

A Administração segue comprometida com a constante evolução do ambiente de Governança. O Conselho de Administração é assistido por Comitês para tratar pautas prioritárias da Companhia, como o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, órgãos independentes da Administração. A Cosan também conta com uma área dedicada à gestão de riscos, segurança da informação, controles internos e auditoria interna que fortalecem a governança da *holding* e também fornecem suporte às empresas do portfólio.

Adicionalmente, a Cosan adota os melhores procedimentos e práticas de mercado com objetivo de cumprir a legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras estabelecidas no Código de Conduta e nas políticas relacionadas à prevenção, detecção e mitigação de desvios, fraudes, corrupção, subornos, irregularidades e atos ilícitos, especialmente em relações com a

Administração Pública. O Código de Conduta está disponível no site da Companhia (www.cosan.com.br)

6. Compromisso com a sustentabilidade

A Cosan divulga anualmente informações ambientais, sociais e de governança por meio do seu Relatório de Sustentabilidade, apresentando os temas prioritários de acordo com sua matriz de materialidade, além de abordar temas como gestão de riscos. Desde 2023, o relato das informações anuais de sustentabilidade segue o formato de Relatório Integrado da Cosan em conformidade com a Resolução CVM nº 14/20.

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (“ISSB”) emitiu as normas IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2 – *Climate-related Disclosures*, que fornecem novos requisitos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima. A Companhia está tomando as medidas necessárias para o atendimento da norma, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme a Resolução 193 da CVM, emitida em outubro de 2023.

A Cosan também é signatária do Pacto Global da ONU, desde 2020, e foi destaque em importantes índices ESG: (i) no Carbon Disclosure Project (CDP), a Companhia evoluiu para a nota A no CDP Clima, um dos principais referenciais globais de transparência e gestão de riscos climáticos; e (ii) no S&P Global, a Companhia ingressou novamente no “*Sustainability Yearbook 2026*”, sendo reconhecida por estar entre as melhores companhias do seu setor com base no seu S&P Global ESG Score.

7. Investimentos em controladas e coligadas

Em conformidade com o artigo 243 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia informa que mantém investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas que atuam em áreas estratégicas de seus negócios. Esses investimentos estão registrados no balanço patrimonial e detalhados na Nota Explicativa 9 das Demonstrações Financeiras, que apresenta a composição do portfólio e as respectivas participações societárias.

Os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, por meio do qual a participação da Companhia nos resultados e nas variações patrimoniais dessas investidas é reconhecida proporcionalmente em suas demonstrações financeiras. As principais empresas que compõem esse portfólio, bem como os valores investidos, estão evidenciadas no balanço patrimonial e serão apresentadas de forma resumida na tabela de investimentos abaixo:

Em milhares de Reais	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Corporativo		
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	6.792	3.333
Cosan Nove Participações S.A.	6.491	7.153.309
Cosan Dez Participações S.A.	5.041.185	3.366.248
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	—	(251)
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	—	218
Cosan Oito S.A.	—	9.601.259
Cosan Global	103.057	129.764
Fundo Celeste de Investimento	490.295	—
Outros	24.796	31.413
Radar		
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.291.759	1.241.246
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	246.182	266.250
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	515.506	455.407
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	13.119	35.942
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	262.881	229.289
Terras da Ponte Alta S.A.	99.498	98.121
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	243.684	231.839
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	239.235	226.538
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	334.509	325.220
Tellus Brasil Participações S.A.	812.875	767.096
Janus Brasil Participações S.A.	1.286.450	1.198.363
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	197	735
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	147.453	143.697
Radar Gestão	—	—
Moove		
Moove Lubricants Holdings	1.211.742	1.325.556
Outros	142	460
Rumo		
Rumo S.A.	4.196.010	4.477.644
Total investimento em controladas	16.573.858	31.308.696
Corporativo		
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	(287)	—
Cosan Luxembourg S.A.	(371.031)	(263.722)
Total investimento passivo descoberto	(371.318)	(263.722)
Total	16.202.540	31.044.974

Em milhares de Reais	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Rumo		
Rhall Terminais Ltda	7.586	7.297
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.710	4.297
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	15.733	16.423
CLI Sul S.A.	201.206	222.791
Terminal XXXIX S.A.	110.033	—
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	57.544	30.058
Compass		
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	657.347	653.687
CEG Rio S.A.	375.293	336.792
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	282.550	287.476
Corporativo		
Vale S.A.	—	9.112.136
Outros	9.306	7.609
Total	1.721.308	10.678.566

8. Relacionamento com o auditor independente

A Cosan contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda (PwC) para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras do exercício de 2025.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços de Não Auditoria ("Política") com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes e firmas de auditoria, incluindo as diretrizes e procedimentos para garantir a independência dos auditores independentes e prestadores de serviços de consultoria da Companhia, suas controladas, subsidiárias, *joint venture* e coligadas relevantes. A Política está disponível em <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos>.

Durante o ano de 2025, houve contratação da PwC para outros serviços de auditoria independente relacionados às coligadas e controladas para a auditoria anual das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro de 2025 da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência estabelecido na Política.

Com base em referidos princípios, a PwC informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

9. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11
Balanços patrimoniais	18
Demonstrações dos resultados	20
Demonstrações dos resultados abrangentes	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa	24
Demonstrações do valor adicionado	27
1 Contexto operacional	28
2 Eventos relevantes e dívidas contraídas no exercício	29
2.1 Portfólio	29
2.2 Dívidas	33
3 Declaração de conformidade e políticas contábeis materiais	35
3.1 Declaração de conformidade	35
3.2 Políticas contábeis materiais	36
3.3 Reapresentação nas demonstrações do valor adicionado	37
4 Informação por segmento	39
4.1 Receita operacional líquida por segmento	45
4.2 Informações sobre área geográfica	46
4.3 Principais clientes	46
5 Ativos e passivos financeiros	46
5.1 Cláusulas restritivas	49
5.2 Caixa e equivalentes de caixa	52
5.3 Títulos e valores mobiliários	54
5.4 Empréstimos, financiamentos e debêntures	55
5.5 Passivos de arrendamento	59
5.6 Instrumentos financeiros derivativos	62
5.7 Contas a receber de clientes	69
5.8 Partes relacionadas	71
5.9 Fornecedores	74
5.10 Ativo e passivo financeiro setorial	75
5.11 Mensuração de valor justo reconhecido	76
5.12 Gestão de risco financeiro	79
5.13 Obrigação de recompra de ações de controlada	86
6 Outros tributos a recuperar	86
7 Estoques	87
8 Ativos e passivos mantidos para venda	88
9 Investimento em controladas e coligadas	90
9.1 Investimento em controladas	90
9.2 Aquisição de controladas	102
9.3 Participação de acionistas não controladores	105
10 Investimento em controladas em conjunto	111
11 Imobilizado, intangível e ágio, ativos de contrato, direito de uso, propriedades para investimentos e perda por redução ao valor recuperável	113
11.1 Imobilizado	113
11.2 Intangível e ágio	115
11.3 Ativos de contrato	121
11.4 Direito de uso	122
11.5 Propriedades para investimentos	124
11.6 Perda por Redução ao Valor Recuperável	125

12	Compromissos	126
13	Concessões a pagar	127
14	Outros tributos a pagar	128
15	Imposto de renda e contribuição social	130
16	Provisão para demandas e depósitos judiciais	136
17	Patrimônio líquido	143
18	Resultado por ação	147
19	Receita operacional líquida	149
20	Custos e despesas por natureza	151
21	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	152
22	Resultado financeiro	153
23	Benefício pós-emprego	155
24	Pagamento com base em ações	160
25	Eventos subsequentes	164
26	Novas normas contábeis	164
26.1	Normas contábeis recentes adotadas pela companhia	165
26.2	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	165

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cosan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cosan S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

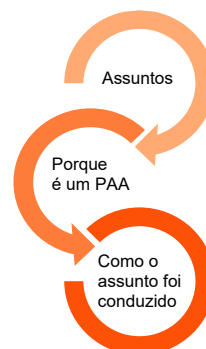
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obrigações relacionadas com a sociedade controlada em conjunto (*joint venture*) Raízen S.A. ("Raízen") - Notas 2.1.11, 5.8 e 10

A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, saldo de investimento na Raízen, no valor de zero, saldos a receber e a pagar, nos valores de R\$ 119.635 mil e de R\$ 277.414 mil, respectivamente, reconheceu perda com participação societária registrada no resultado do exercício findo nesta data, no valor de R\$ 10.881.556 mil e divulgou o não reconhecimento de perda adicional de participação societária no referido exercício, no valor de R\$ 712.152 mil.

Conforme mencionado na Nota 2.1.11 às demonstrações financeiras consolidadas, devido ao elevado endividamento aliado aos prejuízos incorridos em sua operação durante 2025, a Raízen tem buscado alternativas de reforço de capital, bem como divulgou fato relevante contendo proposta para fortalecimento da estrutura de capital que, eventualmente, pode ser implementada por meio de uma recuperação extrajudicial

A administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou os contratos firmados, documentações societárias e outros documentos relacionados à Raízen, e concluiu não haver obrigações legais ou construtivas de suporte financeiro à Raízen e, consequentemente, não constituiu quaisquer obrigações adicionais decorrentes da situação financeira da Raízen em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

Dado a sensibilidade deste assunto, assim como

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de investimentos e equivalência patrimonial.

Realizamos o recálculo da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação do valor do investimento na Raízen, identificando e reportando ajuste de divulgação considerado imaterial pela administração da Companhia.

Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos os contratos, documentações societárias e outros documentos relacionados com a Raízen.

Discutimos com a administração e órgãos de governança, suas avaliações quanto à existência de obrigações legais ou construtivas a serem reconhecidas.

Discussão e entendimento sobre existência de cláusulas restritivas cruzadas em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas.

Por fim, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as conclusões da administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

a relevância dos valores envolvidos, consideramos este assunto como um dos principais assuntos em nossa auditoria.

Reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos relacionados com contratos de concessão de gás - Compass: ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão e fidelização de clientes (em conjunto, “intangível de direito de concessão de gás”) e ativos de contrato - Notas 5, 11.2 e 11.3

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025, apresentam os seguintes saldos de ativos relacionados com contratos de concessão de gás: (i) ativo financeiro indenizável, no valor de R\$ 557.475 mil, (ii) intangível de direito de concessão de gás, no valor de R\$ 16.483.009 mil, e (iii) ativos de contrato, no valor de R\$ 1.041.770 mil.

O reconhecimento e a mensuração dos gastos que compõem cada um destes saldos nas demonstrações financeiras consolidadas, estão relacionados com (i) gastos efetuados na rede de infraestrutura de distribuição de gás canalizado com o direito de recebimento de indenização do poder concedente ao final do contrato, (ii) direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de fornecimento de gás, incluindo custos incorridos com fidelização de clientes e (iii) direito contratual relacionado às obras em construção da rede de fornecimento de gás.

Adicionalmente, a classificação desses valores entre ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato, envolve complexidade e julgamento por parte da Administração.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da determinação dos montantes envolvidos e dos julgamentos significativos relacionados com a classificação dos valores entre ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de reconhecimento, mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato.

Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados.

Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível de direito de concessão de gás reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Avaliamos se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação entre ativo financeiro indenizável e intangível de direito de concessão de gás.

Efetuamos o cálculo matemático e testamos a metodologia de cálculo utilizada para a classificação dos gastos entre ativo financeiro indenizável e intangível de direito de concessão de gás levando-se em consideração a vida útil do ativo e o prazo de concessão. Classificou-se como ativo financeiro indenizável os valores dos ativos que a vida útil excedeu o prazo de concessão.

Efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

consistentes com os dados e informações obtidos.

Mensuração do valor justo das propriedades para investimento - Nota 11.5

A Companhia apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, saldo de propriedades para investimento, representado por propriedades agrícolas mensuradas ao valor justo, no valor de R\$ 18.221.781 mil, e reconheceu no resultado do exercício findo nesta data, ganho na mensuração de valor justo no valor de R\$ 1.441.276 mil.

A mensuração do valor justo envolve elevado grau de complexidade, uma vez que requer conhecimentos técnicos especializados, incluindo o envolvimento de especialistas externos para a determinação da metodologia a ser utilizada no cálculo da estimativa, efetuada de acordo com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT"), bem como a aplicação de julgamentos relevantes pela Administração na definição das premissas adotadas, dentre as quais incluem: pesquisas de preços de propriedades agrícolas no mercado à vista, homogeneização de valores de propriedades, preços de vendas praticadas na região, distâncias, instalações, acesso às terras, topografia e solo, uso da terra considerando o tipo de cultura, nível pluviométrico e taxa de desconto.

Devido a relevância dos valores envolvidos, a complexidade e julgamentos da administração na mensuração do valor justo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes ao processo de mensuração do valor justo.

Testamos, em base amostral, a mensuração do valor justo das propriedades para investimento preparados pela administração e, em conjunto com nossos especialistas, avaliamos:

- (i) Se as metodologias utilizadas pela administração são consistentes com os métodos utilizados no mercado;
- (ii) A razoabilidade das premissas adotadas na identificação e mensuração dos valores justos, comparando-as com dados de mercado aplicados a transações semelhantes, ou com cotações de vendas para potenciais transações comparáveis;
- (iii) A coerência lógica e recálculo matemático do modelo preparado pela administração; e
- (iv) Também em base amostral, analisamos as documentações comprobatórias de posse e propriedade dos imóveis a fim de assegurar a acuracidade dos dados utilizado na mensuração do valor justo.

Avaliamos a competência técnica dos especialistas externos da administração envolvidos na mensuração do valor justo. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração para determinação do valor justo das propriedades para investimento, são consistentes com as divulgações efetuadas e com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis

internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de março de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu

conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras

podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Alessandro Marchesino de Oliveira
Contador CRC 1SP265450/O-8

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	15.383.305	2.201.267	27.243.683	16.903.542
Caixa restrito		—	—	45.781	28.006
Títulos e valores mobiliários	5.3	23.211	805.335	2.588.411	3.272.941
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	3.520.278	3.730.364
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	72.145	18.402	310.981	905.341
Estoques	7	—	—	1.969.258	2.072.905
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	117.836	114.099	199.549	197.063
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		709.042	453.308	1.166.622	793.721
Outros tributos a recuperar	6	5.278	5.364	1.022.881	886.136
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	87.224	19.377	35.410	153.548
Redução de capital a receber		—	1.013.714	—	—
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	338.332	221.947
Outros ativos financeiros		—	—	612	675
Outros ativos		74.506	50.896	993.667	629.426
		16.472.547	4.681.762	39.435.465	29.795.615
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	531.734	796.211	652.168	978.788
Ativo circulante		17.004.281	5.477.973	40.087.633	30.774.403
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	148.885	265.370
Títulos e valores mobiliários	5.3	307.177	—	404.182	113.360
Caixa restrito		186	—	182.987	146.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.378.628	1.758.410	3.703.864	4.495.296
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	102.476	292.882	20.348	202.826
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		—	—	195.821	264.308
Outros tributos a recuperar	6	35.278	35.177	1.815.830	1.334.553
Depósitos judiciais	16	351.904	416.969	1.072.982	1.056.690
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	134.239	1.547.093	1.956.127	2.893.987
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	390.622	509.695
Outros ativos		128.894	140.594	919.706	739.386
Outros ativos financeiros		—	—	5.193	3.820
Investimentos em controladas e coligadas	9.1	16.573.858	31.308.696	1.721.308	10.678.566
Investimentos em controladas em conjunto	10	11.509	1.193.072	60.356	10.545.044
Imobilizado	11.1	30.303	39.038	26.795.725	23.019.016
Intangível	11.2	11.715	9.873	26.706.626	26.330.785
Ativos de contrato	11.3	—	—	1.044.613	1.114.830
Direito de uso	11.4	12.649	17.557	9.662.929	9.958.751
Propriedades para investimentos	11.5	—	—	18.221.781	16.818.919
Ativo não circulante		19.078.816	36.759.361	95.029.885	110.491.499
Total do ativo		36.083.097	42.237.334	135.117.518	141.265.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	481.367	347.032	3.918.720	4.403.148
Passivos de arrendamento	5.5	9.935	9.227	982.991	1.007.533
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	369.813	1.074.991	1.909.404	2.504.117
Fornecedores	5.9	870	2.900	4.078.511	5.168.593
Ordenados e salários a pagar		43.695	43.356	771.618	794.906
Imposto de renda e contribuição social correntes		15.369	18.514	153.310	414.823
Outros tributos a pagar	14	34.951	78.197	525.208	637.842
Dividendos a pagar	17	—	3.495	226.484	96.722
Redução de capital a pagar		—	—	—	486.285
Concessões a pagar	13	—	—	189.076	166.273
Paçáveis a partes relacionadas	5.8	233.562	210.620	320.916	416.410
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	96.719	64.718
Outros passivos financeiros	5	—	—	1.096.884	770.103
Outras contas a pagar		514.651	298.534	1.192.397	895.223
		1.704.213	2.086.866	15.462.238	17.826.696
Passivos relacionados a ativos não circulantes disponíveis para venda	8	—	—	86.138	86.138
Passivo circulante		1.704.213	2.086.866	15.548.376	17.912.834
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	15.907.024	21.003.523	60.308.411	62.052.278
Passivos de arrendamento	5.5	8.210	15.232	5.429.809	5.502.220
Obrigação de recompra de ações de controlada	5.13	3.844.648	—	3.844.648	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	215.820	29.883	771.265	966.087
Fornecedores	5.9	—	—	18.991	19.256
Ordenados e salários a pagar		—	—	23.406	19.101
Outros tributos a pagar	14	149.367	216.203	176.702	255.245
Imposto de renda e contribuição social correntes		5.919	—	78.872	—
Provisão para demandas judiciais	16	295.175	308.607	2.058.122	2.044.633
Concessões a pagar	13	—	—	3.799.169	3.554.917
Investimentos com passivo a descoberto	9.1	371.318	263.722	—	—
Paçáveis a partes relacionadas	5.8	5.397.919	7.052.404	1.166	1.078
Obrigações de benefício pós-emprego	23	386	279	536.426	526.620
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	—	—	6.125.221	5.973.506
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	2.168.542	1.975.521
Receitas diferidas ou antecipadas		—	—	14.355	16.589
Outros passivos financeiros	5	2.804.606	—	2.804.606	297.736
Outras contas a pagar		74.264	356.851	399.799	749.919
Passivo não circulante		29.074.656	29.246.704	88.559.510	83.954.706
Total do passivo		30.778.869	31.333.570	104.107.886	101.867.540
Patrimônio líquido	17				
Capital social		10.282.739	8.832.544	10.282.739	8.832.544
Ações em tesouraria		(76.150)	(50.708)	(76.150)	(50.708)
Reserva de capital		4.194.210	2.205.878	4.194.210	2.205.878
Ajustes de avaliação patrimonial		625.554	565.855	625.554	565.855
Reservas de lucros		—	8.773.990	—	8.773.990
Prejuízos acumulados		(9.722.125)	(9.423.795)	(9.722.125)	(9.423.795)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		5.304.228	10.903.764	5.304.228	10.903.764
Acionistas não-controladores	9.3	—	—	25.705.404	28.494.598
Total do patrimônio líquido		5.304.228	10.903.764	31.009.632	39.398.362
Total do passivo e patrimônio líquido		36.083.097	42.237.334	135.117.518	141.265.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Doze meses findo em 31 de dezembro de		Doze meses findo em 31 de dezembro de	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	—	—	40.418.596	43.950.742
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	—	—	(27.242.987)	(30.236.061)
Lucro bruto		—	—	13.175.609	13.714.681
Despesas de vendas	20	—	—	(1.850.143)	(1.575.890)
Despesas gerais e administrativas	20	(287.681)	(368.154)	(2.527.748)	(2.845.282)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	155.298	(126.151)	3.161.271	1.549.834
Perda por redução ao valor recuperável	21	(265.880)	—	(1.493.752)	(3.155.400)
Despesas e receitas operacionais		(398.263)	(494.305)	(2.710.372)	(6.026.738)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(398.263)	(494.305)	10.465.237	7.687.943
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	9.1	—	—	—	(4.672.396)
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	9.1	(4.764.200)	(2.960.668)	219.922	1.719.031
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	10	(1.224.526)	(142.161)	(10.885.023)	(1.229.980)
Resultado de equivalência patrimonial		(5.988.726)	(3.102.829)	(10.665.101)	(4.183.345)
Despesas financeiras		(2.822.014)	(2.357.419)	(8.949.615)	(7.637.116)
Receitas financeiras		875.774	291.426	3.583.317	2.655.899
Variação cambial, líquida		1.434.193	(3.557.941)	2.397.352	(5.741.359)
Efeito líquido dos derivativos		(2.230.083)	327.317	(4.822.475)	1.972.859
Resultado financeiro líquido	22	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(9.129.119)	(8.893.751)	(7.991.285)	(5.245.119)
Imposto de renda e contribuição social	15				
Corrente		(419)	(48.781)	(1.286.327)	(1.952.203)
Diferido		(592.587)	(666.350)	(916.789)	(1.238.319)
		(593.006)	(715.131)	(2.203.116)	(3.190.522)
Resultado do exercício das operações em continuidade		(9.722.125)	(9.608.882)	(10.194.401)	(8.435.641)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos		—	185.087	—	273.875
Resultado líquido do exercício		(9.722.125)	(9.423.795)	(10.194.401)	(8.161.766)
Resultado do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		(9.722.125)	(9.423.795)	(9.722.125)	(9.423.795)
Acionistas não controladores		—	—	(472.276)	1.262.029
		(9.722.125)	(9.423.795)	(10.194.401)	(8.161.766)
Resultado por ação:	18				
Básico				R\$ (3,89)	R\$ (5,16)
Diluído				R\$ (3,94)	R\$ (5,16)
Resultado por ação das operações descontinuadas:	18				
Básico				R\$ —	R\$ 0,10
Diluído				R\$ —	R\$ 0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de		Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(9.722.125)	(9.423.795)	(10.194.401)	(8.161.766)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado ⁽ⁱ⁾:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(85.689)	466.811	(55.037)	537.111
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	192.617	(303.494)	242.266	(538.256)
Tributos diferidos	—	—	(42.007)	144.605
	106.928	163.317	145.222	143.460
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com plano de benefício definido	3.817	101.271	2.536	150.895
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado atribuível a alterações no risco de crédito ⁽ⁱ⁾	(38.132)	—	(89.260)	—
Tributos diferidos	2.086	(13.058)	25.717	(43.580)
	(32.229)	88.213	(61.007)	107.315
Resultado abrangente das operações continuadas	(9.647.426)	(9.357.352)	(10.110.186)	(8.184.866)
Resultado abrangente das operações descontinuadas	—	185.087	—	273.875
Resultado abrangente do exercício	(9.647.426)	(9.172.265)	(10.110.186)	(7.910.991)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(9.647.426)	(9.172.265)	(9.647.426)	(9.172.265)
Acionistas não controladores	—	—	(462.760)	1.261.274
	(9.647.426)	(9.172.265)	(10.110.186)	(7.910.991)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- (i) Para a controladora, os efeitos decorrem da aplicação do método de equivalência patrimonial aos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

			Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			Patrimônio líquido atribuível aos		Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações societárias - Lei 6.404/76	Transações de capital		Legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	8.682.544	(93.917)	737	2.561.227	314.325	58.802	9.431.589	—	20.955.307	30.025.873	50.981.180
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	(9.423.795)	(9.423.795)	1.262.029	(8.161.766)
Outros resultados abrangentes											
Resultado com hedge <i>accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	(303.494)	—	—	—	(303.494)	(90.157)	(393.651)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	466.811	—	—	—	466.811	70.300	537.111
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	—	—	88.213	—	—	—	88.213	19.102	107.315
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	251.530	—	—	(9.423.795)	(9.172.265)	1.261.274	(7.910.991)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas											
Aumento de capital	150.000	—	—	—	—	—	(150.000)	—	—	—	—
Redução de capital em controlada	—	—	—	(60.111)	—	—	—	—	(60.111)	(634.660)	(694.771)
Pagamento baseado em ações	—	114.827	—	(202.625)	—	—	—	—	(87.798)	13.367	(74.431)
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	—	—	—	(712)	—	—	—	—	(712)	1.141	429
Dividendos	—	—	—	—	—	—	(566.401)	—	(566.401)	(2.382.267)	(2.948.668)
Ações próprias adquiridas	—	(190.593)	—	—	—	—	—	—	(190.593)	—	(190.593)
Cancelamento de ações em tesouraria	—	118.975	—	(118.975)	—	—	—	—	—	—	—
Combinação de negócios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	574.598	574.598
Alienação de ativos mantidos para venda	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(372.030)	(372.030)
Plano de remuneração dos empregados liquidado com instrumentos patrimoniais	—	—	—	29.819	—	—	—	—	29.819	4.330	34.149
Total de contribuições e distribuições	150.000	43.209	—	(352.604)	—	—	(716.401)	—	(875.796)	(2.795.521)	(3.671.317)
Transações com os acionistas											
Perda na mudança de participação em controlada	—	—	—	(3.482)	—	—	—	—	(3.482)	2.972	(510)
Total de transações com os acionistas	—	—	—	(3.482)	—	—	—	—	(3.482)	2.972	(510)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas	150.000	43.209	—	(356.086)	—	—	(716.401)	—	(879.278)	(2.792.549)	(3.671.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.832.544	(50.708)	737	2.205.141	565.855	58.802	8.715.188	(9.423.795)	10.903.764	28.494.598	39.398.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

			Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			Patrimônio líquido atribuível aos		Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações societárias - Lei 6.404/76	Transações de capital		Legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	
Saldo em 1º de janeiro de 2025	8.832.544	(50.708)	737	2.205.141	565.855	58.802	8.715.188	(9.423.795)	10.903.764	28.494.598	39.398.362
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	(9.722.125)	(9.722.125)	(472.276)	(10.194.401)
Outros resultados abrangentes											
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	192.617	—	—	—	192.617	7.642	200.259
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(85.689)	—	—	—	(85.689)	30.652	(55.037)
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	—	—	5.903	—	—	—	5.903	(4.931)	972
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado atribuível a alterações no risco de crédito	—	—	—	—	(38.132)	—	—	—	(38.132)	(23.847)	(61.979)
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	—	—	—	15.000	(15.000)	—	—	—	—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	15.000	59.699	—	—	(9.722.125)	(9.647.426)	(462.760)	(10.110.186)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas											
Aporte de capital (Nota 17 (a))	2.100.000	—	—	8.170.000	—	—	—	—	10.270.000	—	10.270.000
Redução de capital em controlada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(11.215)	(11.215)
Ações próprias adquiridas (Nota 17 (b))	—	(34.022)	—	—	—	—	—	—	(34.022)	—	(34.022)
Pagamento baseado em ações	—	8.580	—	2.553	—	—	—	—	11.133	17.436	28.569
Absorção de prejuízos acumulados (Nota 17 (a))	(649.805)	—	—	—	—	(58.802)	(8.715.188)	9.423.795	—	—	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(2.831.692)	(2.831.692)
Plano de remuneração dos empregados liquidado com instrumentos patrimoniais	—	—	—	44.015	—	—	—	—	44.015	3.613	47.628
Total de contribuições e distribuições	1.450.195	(25.442)	—	8.216.568	—	(58.802)	(8.715.188)	9.423.795	10.291.126	(2.821.858)	7.469.268
Transações com os acionistas											
Perda na mudança de participação em controlada e outras transações (Nota 9.1)	—	—	—	(6.124.205)	—	—	—	—	(6.124.205)	376.393	(5.747.812)
Efeito proveniente de aumento de capital em controlada	—	—	—	(119.031)	—	—	—	—	(119.031)	119.031	—
Total de transações com os acionistas	—	—	—	(6.243.236)	—	—	—	—	(6.243.236)	495.424	(5.747.812)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas	1.450.195	(25.442)	—	1.973.332	—	(58.802)	(8.715.188)	9.423.795	4.047.890	(2.326.434)	1.721.456
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.282.739	(76.150)	737	4.193.473	625.554	—	—	(9.722.125)	5.304.228	25.705.404	31.009.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Doze meses findo em 31 de dezembro de			
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(9.129.119)	(8.893.751)	(7.991.285)	(5.245.119)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	20	23.490	15.862	3.890.832	3.868.583
Perda por redução ao valor recuperável	21	265.880	—	1.493.752	3.155.400
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	9.1	—	—	—	4.672.396
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	9.1	4.764.200	2.960.668	(219.922)	(1.719.031)
Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	10	1.224.526	142.161	10.885.023	1.229.980
Perda (ganho) nas alienações de ativo imobilizado e intangível	21	—	16	99.324	(141.863)
Transações com pagamento baseado em ações	24	28.897	42.260	71.725	65.901
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	11.5	—	—	(1.441.276)	(1.273.033)
Provisão para demandas judiciais recobráveis e parcelamentos tributários	21	56.902	47.391	333.659	313.876
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		3.360.840	5.396.731	9.789.736	10.217.952
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	5.10	—	—	116.465	(37.061)
Provisão de bônus e participação no resultado		41.360	35.759	465.482	454.930
Provisão para perdas de crédito esperadas		—	—	44.478	52.839
Resultado na venda de Investimentos	21	—	—	(32.375)	383.205
Receita com indenização de seguro		—	—	(940.596)	—
Receita com dividendos de investimento financeiro		(9.143)	—	(9.143)	—
Ganho previamente reconhecido em outros resultados abrangentes e reclassificado para resultado do exercício na alienação de	21	(206.388)	—	(206.388)	—
Outros		2.055	90.599	(79.302)	(264.017)
		423.500	(162.304)	16.270.189	15.734.938
Variação em:					
Contas a receber de clientes		—	—	539.734	546.218
Estoque		—	—	(107.767)	159.667
Outros tributos, líquidos		(56.932)	63.245	(921.007)	(641.866)
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	—	(1.240.674)	(1.200.228)
Partes relacionadas, líquidas		34.417	(68.543)	(128.327)	105.490
Fornecedores		1.028	972	(246.613)	(180.867)
Ordenados e salários a pagar		(45.735)	(59.409)	(515.510)	(542.241)
Provisão para demandas judiciais		(24.394)	4.638	(319.801)	(305.324)
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	(48.773)	(9.192)
Outros passivos financeiros		—	—	75.083	(26.275)
Depósitos judiciais		(9.418)	(11.194)	(36.729)	(149.118)
Obrigação de benefício pós-emprego		—	—	(42.888)	(37.549)
Outros ativos e passivos, líquidos		30.800	(43.128)	(250.133)	(372.367)
		(70.234)	(113.419)	(3.243.405)	(2.653.652)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		353.266	(275.723)	13.026.784	13.081.286
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em controladas e coligadas		(497.734)	(4.173.198)	(15.678)	(29.997)
Recebimento por redução de capital em controladas e coligadas		1.029.872	1.137.186	26.548	—
Aporte de capital em controlada em conjunto		—	(12.337)	—	(12.337)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		(288.753)	(608.132)	(615.638)	(962.378)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		813.984	(44.698)	988.885	551.003
Caixa restrito		(186)	86.562	(56.756)	42.012
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	17	657.002	3.138.556	107.424	1.018.794
Dividendos recebidos de controlada em conjunto	17	5.184	228.342	45.640	293.912
Dividendos recebidos de investimento financeiro		87.608	—	87.608	—

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de reais)

Outros ativos financeiros		(148)	—	(134)	(621)
Caixa e equivalentes de caixa absorvidos na incorporação de controlada		10.089	352	—	—
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(9.861)	(13.435)	(8.459.867)	(7.834.521)
Alienação de investimentos, líquido de caixa e equivalentes de caixa		8.911.587	16.847	8.945.294	2.725.625
Partes relacionadas		25.592	—	25.592	—
Operação descontinuada		—	—	7.425	24.510
Custo de aquisição de novos negócios		—	—	(251.706)	(17.047)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		1.021	—	1.021	103.147
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		(1.130.390)	(338.609)	(1.130.390)	(427.293)
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		—	—	9.474	36.934
Recebimento de indenizações de seguradora por perda de ativo imobilizado		—	—	209.186	—
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		9.614.867	(582.564)	(76.072)	(4.488.257)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	2.427.312	6.911.676	11.546.508	16.983.225
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(7.148.782)	(1.160.058)	(14.293.953)	(12.187.560)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(1.676.686)	(1.697.950)	(4.732.362)	(4.759.976)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(610.197)	(589.868)	(2.841.877)	(2.860.601)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		351.562	249.677	1.019.179	1.144.473
Custos de operações bancárias com derivativos		—	—	—	(29.828)
Amortização de principal sobre arrendamentos	5.5	(8.010)	(6.532)	(744.582)	(694.340)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	5.5	(2.475)	(3.015)	(427.965)	(377.269)
Recursos provenientes de aumento de capital	17	10.280.240	—	10.280.240	—
Redução de capital		—	—	(498.004)	(204.967)
Partes relacionadas		(1.427.708)	(1.405.138)	—	—
Recompra de ações próprias	17	(34.022)	(192.915)	(34.022)	(192.915)
Aquisição de participações de acionista não controladores - Cosan Nove	2.1.6	(2.169.000)	—	(2.169.000)	—
Aquisição de participações de acionista não controladores - Cosan Dez	2.1.10	(3.577.760)	—	(3.577.760)	—
Dividendos pagos	17	—	(838.971)	(1.698.703)	(2.779.081)
Dividendos pagos a acionistas preferencialistas	17	—	—	(994.592)	(668.022)
Ganho nas operações bancárias de derivativos		22.100	—	22.100	20.993
Caixa recebido decorrente de financiamento com garantia de ações	2.1.9	2.792.853	—	2.792.853	—
Caixa proveniente da emissão de ações preferenciais de controlada	5.13	4.000.000	—	4.000.000	—
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		3.219.427	1.266.906	(2.351.940)	(6.605.868)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		13.187.560	408.619	10.598.772	1.987.161
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.201.267	1.769.976	16.903.542	14.658.481
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		(5.522)	22.672	(258.631)	257.900
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		15.383.305	2.201.267	27.243.683	16.903.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa - individual e consolidada - pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as seguintes transações não envolveram movimentação de caixa e equivalente de caixa, não estando, portanto, refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:



Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de reais)

- (i) Reconhecimento de ativos de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento, no montante de R\$ 731.896 (R\$ 1.179.931 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes da atualização monetária com base em índices contratuais e da celebração de novos contratos de arrendamento. (Nota 11.4).
- (ii) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo, no montante de R\$ 763.783 (R\$ 1.330.439 em 31 de dezembro de 2024).

Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa de atividades de investimento. Os dividendos e juros sobre capital próprio pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento.

Demonstrações do valor adicionado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de			
	2025	2024	2025	2024 Reapresentado nota 3.3
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	—	—	45.964.581	47.810.883
Receita de construção de ativos para uso próprio	—	—	5.312.208	5.248.643
Outras receitas operacionais, líquidas	238.350	(79.955)	2.564.912	2.278.529
(Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	—	—	(44.478)	25.279
	238.350	(79.955)	53.797.223	55.363.334
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	—	—	28.415.185	28.163.034
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	127.692	160.083	2.848.135	3.805.298
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	265.880	—	1.493.752	—
	393.572	160.083	32.757.072	31.968.332
Valor adicionado bruto	(155.222)	(240.038)	21.040.151	23.395.002
Retenções				
Depreciação e amortização	23.490	15.862	3.890.832	7.023.983
Valor adicionado líquido produzido	(178.712)	(255.900)	17.149.319	16.371.019
Valor adicionado recebido em transferência				
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	—	—	—	(4.672.396)
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(4.764.200)	(2.960.668)	219.922	1.719.031
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(1.224.526)	(142.161)	(10.885.023)	(1.229.980)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	—	185.087	—	273.875
Receitas financeiras	2.309.967	291.426	6.791.007	2.655.899
	(3.678.759)	(2.626.316)	(3.874.094)	(1.253.571)
Valor adicionado total a distribuir	(3.857.471)	(2.882.216)	13.275.225	15.117.448
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	183.290	179.023	3.050.678	2.828.380
Remuneração direta	155.781	138.983	2.469.251	2.276.179
Benefícios	16.891	13.803	446.944	430.670
FGTS e outros	10.618	26.237	134.483	121.531
Impostos, taxas e contribuições	629.268	774.511	5.250.854	8.740.185
Federais	619.303	755.026	2.614.822	5.287.771
Estaduais	1	—	2.330.505	3.183.301
Municipais	9.964	19.485	305.527	269.113
Despesas financeiras e aluguéis	5.052.096	5.588.045	15.168.094	11.710.649
Juros e variação cambial	4.898.906	5.538.694	14.576.868	11.542.720
Aluguéis	3	—	124.194	161.893
Outros	153.187	49.351	467.032	6.036
Remuneração de capitais próprios	(9.722.125)	(9.423.795)	(10.194.401)	(8.161.766)
Dividendos propostos	—	—	2.831.692	—
Participação dos acionistas não-controladores	—	—	(472.276)	1.262.029
Resultado do exercício	(9.722.125)	(9.608.882)	(12.553.817)	(9.697.670)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	—	185.087	—	273.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Cosan S.A. ("Cosan" ou "a Companhia") é uma companhia aberta listada no segmento especial Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação "CSAN3". As *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia estão listadas na *New York Stock Exchange* ("NYSE") e negociadas sob o código "CSAN". A Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. O acionista controlador final da Cosan é o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello.

Em 31 de dezembro de 2025, o segmento Cosan Corporativo compreendia as seguintes entidades e suas principais características:



- (i) Controladora: Entidade que exerce controle - por meio de participação societária direta ou indireta - sobre suas controladas e participa em empreendimentos em conjunto (*joint ventures*). Seu resultado é predominantemente impactado por despesas gerais e administrativas, constituição de provisões decorrentes de contingências, resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro relacionado ao endividamento corporativo.
- (ii) O Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") possui ações preferenciais que representam uma participação societária de 12,73% na Cosan Nove Participações S.A. ("Cosan Nove"), controlada pela Companhia, a qual possui participação direta de 39,06% na Raízen S.A. ("Raízen").

Operações de ofertas públicas de ações

Em setembro de 2025, a Cosan S.A. anunciou acordo estratégico com investidores âncora — representados pelas *holdings* Aguassanta e fundos institucionais do BTG Pactual e Perfin — para a realização de duas ofertas públicas primárias de ações. Como parte do arranjo, foi constituída a Vertiz Holding S.A. ("Vertiz"), nova *holding* que concentraria a participação conjunta desses investidores na Companhia.

Em novembro de 2025, foram realizadas as ofertas ao preço de R\$ 5,00 por ação. A primeira oferta emitiu 1.812.500.000 ações ordinárias, incluindo *hot issue* de 362.500.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

ações, e captou R\$ 9.062.500.000. Os investidores âncoras subscreveram 1.450.000.000 ações por meio da Vertiz, com compromisso de *lock-up* de quatro anos para metade das ações e de cem dias para a outra metade.

A segunda oferta emitiu 287.500.000 ações, incluindo *hot issue* de 100.000.000 ações, e captou R\$ 1.437.500.000, com direito de preferência aos acionistas detentores de ações em 19 de setembro de 2025.

Em 7 de novembro de 2025, foi celebrado o acordo de acionistas entre as *holdings* Aguassanta, os fundos investidores e a Vertiz, com vigência de vinte anos, que estabeleceu voto vinculado para 1.125.184.190 ações (28,42% do capital social total, após as duas ofertas e excluindo ações em tesouraria).

As ofertas totalizaram captação líquida de R\$ 10.270.000, da qual R\$ 8.170.000 foi destinada à reserva de capital e R\$ 2.100.000 ao capital social. Este último aumentou de R\$ 8.182.739 para R\$ 10.282.739 (Nota Explicativa 17), com emissão total de 2.100.000.000 novas ações.

A captação líquida foi destinada ao fortalecimento da estrutura de capital, do perfil de crédito e da liquidez da Companhia e de suas controladas. As ofertas foram registradas automaticamente na CVM, sem lote suplementar ou estabilização de preços.

Em 30 de janeiro de 2026, a Vertiz resgatou ações preferenciais nominativas das classes C e D, mediante a entrega de ações de emissão da Companhia aos respectivos titulares, reduzindo sua participação direta na Cosan de 36,56% para 24,19%. Assim, o FIP BTG Pactual Multiestratégia III (BPAC3) passou a deter 8,36% do capital votante da Cosan diretamente, além de outros fundos do BTG Pactual (1,31% e 0,86%) e do Perfin Rally FIP (1,83%).

O bloco de acionistas mantém a mesma participação direta e indireta na Companhia e continuará votando de forma vinculada nas deliberações sociais.

2 Eventos relevantes e dívidas contraídas no exercício

2.1 Portfólio

2.1.1 - Aquisição da DIPI Holdings Ltda. pela Moove

Em 29 de setembro de 2024, a controlada indireta Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("CLE" - segmento Moove) celebrou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das ações da DIPI Holdings Ltda. ("DIPI") pelo preço de R\$ 329.006. A transação foi concluída em 2 de janeiro de 2025, após o cumprimento de todas as condições precedentes. A Companhia realizou o reconhecimento da alocação do preço de aquisição aos ativos identificáveis e passivos assumidos, conforme detalhado na Nota Explicativa 9.2.

2.1.2 - Alienação da participação societária na Vale S.A.

Em 16 de janeiro de 2025, a Companhia alienou 173.073.795 ações ordinárias da Vale S.A. ("Vale"), correspondentes a 4,05% do capital social, pelo montante líquido de R\$ 8.892.802, já deduzida a comissão de corretagem.

Após essa transação, a Companhia manteve uma posição de 4.268.720 ações ordinárias da Vale, equivalentes a 0,10% do capital social, com valor contábil de R\$ 242.036. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo dessa posição remanescente, registrado em títulos e valores mobiliários, era de R\$ 307.177. Posteriormente, em 12 de janeiro de 2026, a Companhia alienou a participação remanescente pelo valor de R\$ 319.723.

Adicionalmente, em 09 e 12 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou antecipadamente a estrutura de derivativos do tipo *Call Spread*, referente a 4.268.720 ações. Essa operação resultou em um ingresso de caixa de R\$ 91.853.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

2.1.3 - Incêndio na fábrica de lubrificantes da Moove

Em 8 de fevereiro de 2025, ocorreu um incêndio no Complexo Ilha do Governador ("CIG") da Moove, localizado no Rio de Janeiro. O incidente afetou principalmente as áreas de fabricação e envase de lubrificantes acabados, que estavam inoperantes no momento do sinistro, representando 10% da área total do complexo.

A Moove acionou imediatamente os protocolos de emergência e gerenciamento de riscos. As medidas de contenção, implementadas conforme o plano de contingência da empresa, foram eficazes para minimizar danos à estrutura, à comunidade local e ao meio ambiente. Não houve vítimas, feridos ou impactos ambientais identificados.

A Moove iniciou prontamente seu plano de continuidade de negócios e, atualmente, opera em plena estabilidade suas atividades de mistura e enchimento por meio de seu ecossistema produtivo alternativo.

- **Avaliação financeira do incêndio**

- a) Interrupção operacional**

O incêndio limitou-se à área de fabricação de lubrificantes acabados. Em 31 de dezembro de 2025, o plano de limpeza e liberação operacional da área atingida encontrava-se substancialmente concluído. As demais operações do CIG (operações a granel de lubrificantes e óleos básicos, terminais de tanques, operações marítimas e operações de píer) mantiveram-se em funcionamento sem interrupções.

Para mitigar os impactos nas áreas afetadas, a Moove implementou as seguintes medidas:

- (i) Realocação das atividades de mistura e enchimento para outras plantas produtivas, incluindo parceiros terceirizados homologados.
 - (ii) Ativação de alianças estratégicas para garantir a disponibilidade de produtos e a continuidade da cadeia de suprimentos.
 - (iii) Utilização do estoque de segurança distribuído na rede de centros de distribuição.

- b) Baixa de ativos fixos**

A Moove contratou uma empresa terceira especializada, com conhecimento de suas operações, para realizar inventário físico dos ativos sinistrados e não atingidos no CIG, com o objetivo de apurar a extensão real da perda, identificar e catalogar os ativos afetados e mensurar as perdas por baixa contábil (valor de custo líquido de depreciação acumulada), em conformidade com o CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Adicionalmente, a Moove realizou diligências internas e inspeções de campo na área diretamente impactada e em adjacentes expostas a calor intenso ou a produtos químicos utilizados no combate ao incêndio.

Com base nesses trabalhos, foi reconhecida em 31 de dezembro de 2025 a baixa definitiva de ativos fixos sinistrados no montante de R\$ 51.288, registrada na demonstração do resultado em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

- c) Baixa de estoques**

Após o incidente, foi realizado levantamento das perdas de estoques, incluindo produtos alocados diretamente na área impactada e nas adjacências (que sofreram alterações qualitativas de origem química devido à exposição às altas temperaturas). Em 31 de dezembro de 2025, o total de perdas de estoques apurado foi de R\$ 35.996, com estorno de créditos de impostos relacionados à perda no montante de R\$ 11.406, totalizando R\$ 47.402 de perdas reconhecidas nos custos dos produtos vendidos.

- d) Indenizações recebidas e a receber**

A Moove possui apólice de seguro vigente com cobertura para danos materiais e lucros cessantes. Foram realizadas análises técnicas e emitidos laudos independentes por peritos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

qualificados, além da emissão de carta de confirmação pelas seguradoras em 30 de junho de 2025, atestando a existência e o direito à cobertura securitária. A partir dessa data, a Moove passou a ter direito ao recebimento das indenizações por danos materiais e lucros cessantes.

Para mensuração das indenizações, foram contratadas empresas independentes especializadas em cálculos securitários para sinistros de grande porte.

Em 19 de dezembro de 2025, foi assinado o termo de quitação final entre as partes, assegurando o recebimento do integral da indenização do sinistro de perdas operacionais no montante de R\$ 933.683. Desse montante, R\$ 500.000 já havia sido recebido em 2025 a título de pagamento parcial.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de indenização securitária a receber reconhecido no ativo circulante da Companhia é de R\$ 433.683, em contrapartida a outras receitas operacionais no resultado. A totalidade desses valores foi liquidada pelas seguradoras durante o mês de janeiro de 2026.

2.1.4 - Reorganização societária da Rumo Malha Norte S.A.

Em 19 de fevereiro de 2025, a Rumo S.A. ("Rumo") e a Rumo Malha Norte S.A. ("Rumo Malha Norte") aprovaram uma reorganização societária para simplificar sua estrutura. O processo envolveu a incorporação das ações dos acionistas não controladores da Rumo Malha Norte (0,26% do capital social) pela controladora Rumo, no montante de R\$ 18.774, tornando-a uma controlada integral, com os minoritários recebendo ações da Rumo em troca. Após o prazo de direito de recesso em julho, a operacionalização da transferência de ações foi concluída em 14 de agosto de 2025.

2.1.5 - Redução de capital social Cosan Dez

Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.013.760 referente à redução de capital da Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez"), aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024.

2.1.6 - Resgate de ações preferenciais da Cosan Nove

Em 31 de março de 2025, a Companhia resgatou 1.087.179.567 ações preferenciais da Cosan Nove, anteriormente detidas pelo Banco Itaú, pelo montante de R\$ 2.169.000. Após a transação, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, elevando a participação da Companhia na Cosan Nove para 87,27% com efeito de mudança de participação societária no montante de R\$ 975.073 (ver Nota Explicativa 9.1).

2.1.7 - Rescisão do Acordo de Venda de Ações do Terminal XXXIX

Em 5 de junho de 2025, a Rumo anunciou a rescisão do acordo de venda de ações do Terminal XXXIX de Santos S.A. ("Terminal XXXIX") em razão do não cumprimento de condições precedentes contratuais. A rescisão foi realizada sem ônus, multas ou obrigações de ressarcimento, mantendo-se a participação acionária de 50% da Rumo no Terminal XXXIX.

Como consequência da rescisão, o investimento foi reclassificado de "ativo não circulante mantido para venda" para "investimentos em controladas". Foi reconhecido um ganho de equivalência patrimonial referente ao período corrente e retroativo durante o qual o ativo esteve classificado como mantido para venda, totalizando R\$ 50.877.

2.1.8 - Pagamento de dividendos da Rumo S.A.

Em 11 de junho de 2025, a Rumo aprovou a distribuição de dividendos com base na reserva de lucros no montante de R\$ 1.500.000. O pagamento foi realizado em 25 de junho de 2025, tendo a Companhia recebido o montante de R\$ 455.893, sem atualização monetária ou incidência de juros entre a data da aprovação e a data do efetivo crédito em conta.

2.1.9 - Venda de ações RAIL3 e total return swap

Em dezembro de 2025, a Companhia alienou, por meio de leilão na B3, o total de 184.700.000 ações da Rumo, o que equivale a 9,94% de sua participação societária. Simultaneamente, nos dias 15 e 22 do mesmo mês, celebrou operações de *Total Return Swap* ("TRS") com o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e o BNP Paribas Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

("BNP"). Os contratos têm como ativo subjacente 92.500.000 e 92.200.000 ações ordinárias da Rumo (código B3: RAIL3), respectivamente, totalizando um valor nocial de R\$ 2.794.724. Os TRS, com vencimento em janeiro de 2027, conferem exposição econômica à variação do preço das ações e aos proventos distribuídos, em troca do pagamento de uma taxa equivalente ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") acrescida de *spread*. Os contratos foram reconhecidos como um financiamento, com ações da Rumo dadas em garantia, e esse passivo financeiro foi classificado e mensurado subsequentemente ao custo amortizado.

Embora tenha havido alienação formal das ações no mercado, não houve transferência substancial de riscos e benefícios associados ao investimento original, em razão da contratação simultânea de TRS que devolvem à Companhia a exposição econômica integral às ações alienadas. Assim, não há desreconhecimento do investimento na controlada, permanecendo a contabilização integral da Rumo na consolidação.

Ressalta-se que, na liquidação dos referidos contratos, não há qualquer obrigação de recompra das ações pela Companhia.

O valor total da captação, líquido dos custos envolvidos, foi de R\$ 2.792.853. Após atualização de juros, o saldo final em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2.804.606.

2.1.10 - Transações com acionistas preferencialistas da Cosan Dez

Em 30 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Cosan Dez, os acionistas aprovaram (i) o aumento do capital social no montante de R\$ 153.592, mediante emissão de 30.675.567 ações ordinárias, sem valor nominal; e (ii) a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$ 623.591, pagos exclusivamente aos acionistas titulares de ações preferenciais nominativas da Cosan Dez.

Na mesma data, a Cosan Dez aprovou:

- (i) a recompra de ações preferenciais Classe A mediante pagamento de R\$ 3.577.760 ao Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") com efeito de mudança de participação societária em R\$ 2.655.132 (ver Nota Explicativa 9.1);
- (ii) a criação de quatro novas classes de ações preferenciais - Classe A, Classe B, Classe C e Classe D - todas com direito de voto restrito; e
- (iii) a conversão voluntária de 174.856.299 ações ordinárias em ações preferenciais Classe A e de outras 174.856.299 ações ordinárias em ações preferenciais Classe B.

Ainda em 30 de dezembro de 2025, a Cosan celebrou acordo de acionistas com Bradesco e BTG Holding, que estabeleceu os termos para a aquisição de 174.856.299 ações preferenciais Classe A pelo Bradesco, pelo valor de R\$ 2.000.000, e de 174.856.299 ações preferenciais Classe B pelo BTG, também pelo valor de R\$ 2.000.000.

Ambos os contratos contêm cláusula de: (i) *put option*, que confere aos investidores o direito de exigir da Companhia a recompra das ações preferenciais a partir das datas previstas contratualmente; e (ii) *call option*, que confere à Companhia o direito de recompra das ações preferenciais nas datas previstas contratualmente. Considerando que o exercício da opção é economicamente inevitável após o prazo estabelecido, foi reconhecido passivo financeiro no valor de R\$ 3.844.648, correspondente ao valor presente da obrigação de recompra de ações emitidas pela controlada Cosan Dez, classificado como Passivo Não Circulante na rubrica de "Obrigação de recompra de ações de controlada".

O investimento em Cosan Dez permanece integralmente reconhecido no Ativo Não Circulante, com os custos transacionais amortizados conforme o método da taxa efetiva (ver Nota Explicativa 5.13).

Em 19 de fevereiro de 2026, o Bradesco exerceu o direito de conversão de suas ações preferenciais de classe B, representativas de 4,99% do capital social da Cosan Dez, em ações preferenciais de classe D, totalizando 11,50% do capital social da referida controlada. A operação foi realizada nos termos do acordo de acionistas vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

2.1.11 - Incerteza quanto à continuidade operacional da *joint venture* Raízen S.A.

A Companhia detém participação relevante na Raízen, classificada como *joint venture* e avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Em 12 de fevereiro de 2026, a Raízen divulgou em suas informações contábeis intermediárias, incerteza significativa sobre sua capacidade de continuidade operacional (*going concern*).

Diante desse cenário, a Raízen revisou as premissas utilizadas nos testes de recuperabilidade de seus ativos, procedendo aos ajustes e provisões necessários. Tais eventos, aliados ao elevado nível de endividamento, resultaram em prejuízos significativos e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.132.503 em 31 de dezembro de 2025. Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não havia acordo formal de reforço de capital firmado.

A administração da Companhia avaliou que tal evento não compromete a capacidade de continuidade operacional da própria Companhia, a qual mantém estrutura de capital sólida e liquidez adequada para honrar seus compromissos conforme vencimento.

Com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2025, o investimento em Raízen foi reduzido a zero no balanço da Companhia, não tendo sido reconhecido passivo adicional, uma vez que a Companhia concluiu, em conjunto com seus assessores jurídicos, através de leitura de contratos, documentações societárias e outros documentos relacionados à Raízen, que não possui obrigações legais ou construtivas de suporte financeiro à Raízen. A evolução do processo de reestruturação societária e financeira da Raízen continuará a ser monitorada pela administração, com eventuais impactos a serem reconhecidos nos períodos em que ocorrerem.

Em 4 de março de 2026, a Raízen divulgou fato relevante apresentando propostas para o fortalecimento de sua estrutura de capital. A Raízen pretende estabelecer um ambiente de negociação ordenado com seus credores financeiros para buscar uma solução consensual. Caso necessário, a implementação dessa solução ocorrerá por meio de processo de recuperação extrajudicial.

2.2 Dívidas

2.2.1 - Resgate antecipado de Debêntures

Em 22 de janeiro de 2025, a Companhia exerceu a opção facultativa de resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª Série da 3ª Emissão. Tratava-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento original previsto para 2028. O valor total do resgate foi de R\$ 750.000, acrescido da remuneração *pro rata temporis*, calculada desde a data do último pagamento de juros até a data do resgate efetivo, e do prêmio de resgate previsto na escritura de emissão.

2.2.2 - Resgate antecipado do *Senior Notes* com vencimento em 2027 (“Bond 2027”)

Em 29 de janeiro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado sua decisão de exercer a cláusula de resgate antecipado do Bond 2027. O resgate integral, no montante de U.S.\$ 392.000 mil, equivalente a R\$ 2.250.825 na data do efetivo pagamento, foi realizado em 14 de março de 2025, pelo valor de face dos títulos.

2.2.3 - Ofertas de recompra de Bonds e Debêntures

Durante o exercício, a Companhia efetuou recompras parciais da 5ª e 6ª emissão de Debêntures e de títulos emitidos pela Cosan Luxembourg S.A. (“Cosan Lux”), especificamente os Bonds 2029, 2030 e 2031, conforme detalhado na tabela abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Títulos	Valor agregado do principal	Valor agregado pago na recompra	Juros pagos	Prêmio	Ganho/Perda
5,50% <i>Senior notes</i> – 2029	1.347.741	1.228.072	(30.487)	(67.135)	52.534
7,50% <i>Senior notes</i> – 2030	1.600.016	1.572.518	(17.055)	(80.379)	(52.881)
7,25% <i>Senior notes</i> – 2031	1.637.819	1.588.054	(18.008)	(82.112)	(32.347)
5ª e 6ª Debêntures	1.152.469	1.152.469	(52.384)	(17.714)	(17.714)

2.2.4 - Liquidações antecipadas

Em 12 e 13 de fevereiro de 2025, a Companhia efetuou a liquidação antecipada do Loan 4.131 e debêntures, nos montantes de U.S.\$ 600.000 mil (equivalente a R\$ 3.462.660) e U.S.\$ 300.000 mil (equivalente a R\$ 1.733.640), respectivamente. Os referidos empréstimos e debêntures foram originalmente contratados em fevereiro de 2024 e dezembro de 2023, respectivamente.

Concomitantemente às liquidações antecipadas, foram encerradas as operações de TRS e depósito interfinanceiro (*Time Deposit*) que haviam sido estruturadas para a captação externa com *hedge* cambial dos respectivos recursos.

Em 16 de janeiro de 2026 a Cosan S.A. comunicou o resgate antecipado total das debêntures da 1ª série da 4ª emissão e da 6ª emissão, ambas com data de resgate em 02 de fevereiro de 2026, conforme valores abaixo:

- 1ª Série da 4ª Emissão: O valor total do resgate foi de R\$ 400.000, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento, e do prêmio.
- 6ª Emissão: O valor total do resgate foi de R\$ 166.178, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento, e do prêmio.

Além disso, a subsidiária Cosan Luxembourg S.A. exerceu a cláusula de call antecipado para os Bonds com vencimento em 2029, com resgate integral em 17 de fevereiro de 2026. A iniciativa faz parte da estratégia de gestão de passivos, visando reduzir o endividamento e melhorar a estrutura de capital da empresa.

Em 02 de fevereiro de 2026, a Cosan S.A. comunicou ao mercado a continuidade do processo de gestão de passivos, conforme previsto nas ofertas públicas realizadas em 2025. Nesse contexto, sua subsidiária integral, Cosan Luxembourg S.A., realizou o resgate integral dos *senior notes* com vencimento em junho de 2030 ("Bond 2030"), no montante principal de U.S.\$ 269.334 mil, e dos *senior notes* com vencimento em janeiro de 2031 ("Bond 2031"), no montante principal de U.S.\$ 300.000 mil.

Com os resgates mencionados acima realizamos o repagamento de aproximadamente R\$ 6,2 bilhões em dívidas até o momento, reforçando seu compromisso com a redução do endividamento, do custo financeiro e o aprimoramento da estrutura de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

2.2.5 - Dívidas contraídas no exercício

Segmento/Modalidade	Data	Incidência de juros	Taxa	Objetivo	Gastos captação de recursos	Valor	Vencimento
Cosan Corporativo							
Debêntures	12/03/2025	Anual	CDI + 0,60% a.a.	Gestão de capital	(46.633)	1.500.000	27/01/2029
Debêntures	12/03/2025	Anual	CDI + 0,70% a.a.	Gestão de capital	(13.797)	500.000	27/03/2030
Debêntures	12/03/2025	Anual	CDI + 1,00% a.a.	Gestão de capital	(13.721)	500.000	27/03/2032
Compass							
Debêntures	10/01/2025	Anual	DI + spread 0,50% a.a.	Investimentos	—	410.000	07/01/2027
Debêntures	18/02/2025	Semestral	IPCA + 7,44% a.a.	Investimentos	(18.546)	800.000	15/01/2033
Loan 4.131	20/03/2025	Anual	CDI + 0,78% a.a.	Investimentos	(859)	350.000	20/03/2026
Debêntures	19/05/2025	Semestral	CDI + 0,45% a.a.	Investimentos	(2.414)	1.500.000	15/05/2028
Debêntures 12.431	09/10/2025	Semestrais	IPCA + 6,80%	Investimentos	(11.974)	300.000	15/09/2037
Debêntures 12.431	09/10/2025	Semestrais	IPCA + 6,58%	Investimentos	(32.200)	700.000	15/09/2040
Debêntures	17/11/2025	Semestrais	CDI + 0,45%	Investimentos	(511)	200.000	15/11/2029
Nota comercial privada	26/11/2025	Liquidação	CDI + 1,20%	Investimentos	—	53.900	31/03/2026
BNDES	17/12/2025	Mensal	IPCA + 9,00%	Investimentos	(1.369)	26.675	16/09/2041
BNDES	17/12/2025	Mensal	Pré-fixado	Investimentos	(105)	215.825	16/09/2041
Rumo							
Debêntures	28/03/2025	Anual	IPCA + 7,47% a.a.	Gestão de capital	(17.020)	434.949	28/03/2037
Debêntures	28/03/2025	Anual	IPCA + 7,53% a.a.	Gestão de capital	(63.990)	1.365.051	28/03/2040
Debêntures	29/09/2025	Semestral	IPCA + 6,58% a.a.	Investimentos	(46.187)	1.000.000	15/10/2040
Debêntures	16/12/2025	Semestral	IPCA + 7,40% a.a.	Investimentos	(12.152)	750.000	15/12/2040
BNDES (Finem)	18/12/2025	Semestral	IPCA + 8,81% a.a.	Investimentos	(1.681)	26.959	15/09/2035
BNDES (Finem)	18/12/2025	Semestral	TR + 2,81% a.a.	Investimentos	(1.681)	26.959	15/09/2035
Moove							
Loan 4.131	16/01/2025	Anual	CDI + 0,50% a.a.	Gestão de capital	—	500.000	18/01/2028
Nota de crédito de exportação	19/12/2025	Anual	USD + 4,52% a.a.	Gestão de capital	—	275.700	17/12/2027

3 Declaração de conformidade e políticas contábeis materiais

3.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)*, observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Como as normas contábeis internacionais não requerem essa demonstração, ela é apresentada como informação complementar, sem prejuízo da integridade do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas refletem adequadamente os efeitos das transações e eventos econômicos relevantes, de acordo com as políticas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

contábeis aplicáveis, e as informações nelas contidas são as mesmas utilizadas pela Administração para fins de gestão.

Adicionalmente, quanto a continuidade das operações, a Companhia possui apólices de seguro suficientes para cobrir eventuais catástrofes ou problemas que ocorram em suas operações.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2026.

3.2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis aplicáveis estão descritas nas notas explicativas, exceto por aquelas descritas a seguir:

MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO E MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto sediadas no Brasil, por ser a moeda primária do ambiente econômico no qual essas entidades operam, consomem e geram recursos. As principais moedas funcionais das controladas sediadas no exterior são o dólar dos Estados Unidos, o euro e a libra esterlina. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio vigente na data da transação. As diferenças de câmbio decorrentes dessas conversões são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e demais ajustes decorrentes de aquisições, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio vigentes da data do balanço. As receitas e despesas dessas operações são convertidas utilizando-se as taxas de câmbio médias apuradas nas datas das transações.

As diferenças de conversão cambial decorrentes da tradução para a moeda de apresentação são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como parte de outros resultados abrangentes. Quando a controlada não é integral, a parcela atribuível aos acionistas não controladores é apropriada diretamente ao respectivo componente do patrimônio líquido.

Na alienação total de entidade no exterior, com perda de controle, influência significativa ou controle conjunto, o saldo acumulado de diferenças de conversão cambial relacionado a essa entidade é reclassificado para o resultado do exercício, como parte do ganho ou perda na alienação. Em alienações parciais com a manutenção de controle sobre a controlada, a parcela proporcional do saldo acumulado é reclassificada para o patrimônio líquido, atribuída aos acionistas não controladores. Em alienações parciais de uma coligada ou *joint venture*, com manutenção de influência significativa ou controle conjunto, a parcela proporcional do saldo acumulado é reclassificada diretamente para o resultado do exercício.

A tabela a seguir apresenta as taxas de câmbio de referência, expressas em reais ou unidade de moeda estrangeira, para os exercícios indicados, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"):

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Moeda	Fechamento		Taxa média	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2025	de 2024	de 2025	de 2024
Dólar (USD)	R\$5,50	R\$6,19	R\$5,45	R\$6,10
Libra esterlina (£)	R\$7,41	R\$7,76	R\$7,30	R\$7,71
Euro (€)	R\$6,47	R\$6,44	R\$6,39	R\$6,38

USO DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos poderão divergir das estimativas realizadas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e ajustadas prospectivamente, quando necessário. As informações sobre os julgamentos críticos e as principais fontes de incerteza nas estimativas que têm impacto relevante sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Outros passivos financeiros
- Nota 5.5 – Passivos de arrendamentos
- Nota 5.7 – Contas a receber de clientes
- Nota 5.11 – Mensuração de valor justo reconhecido
- Nota 8 – Ativos e passivos mantidos para venda
- Nota 9.2 – Aquisição de controladas
- Nota 10 – Investimentos em controladas em conjunto
- Notas 11.1 e 11.2 – Imobilizado, intangível e ágio
- Notas 11.5 – Propriedades para investimento
- Nota 12 – Compromissos
- Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social
- Nota 16 - Provisões para demandas e depósitos judiciais
- Nota 23 – Benefício pós-emprego
- Nota 24 – Pagamento com base em ações

3.3 Reapresentação nas demonstrações do valor adicionado

A Companhia reapresentou determinadas rubricas da DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em cumprimento à Resolução CVM 199/2024, para assegurar a comparabilidade com o exercício de 2025. Os ajustes resultaram nas seguintes reclassificações:

- (i) correção de valores anteriormente apresentados em “Insumos adquiridos de terceiros” e em “Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções” para as rubricas “Receita de construção de ativos para uso próprio”, “Outras receitas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

operacionais, líquidas", "Pessoal e encargos", "Impostos, taxas e contribuições" e "Despesas financeiras e aluguéis";

- (ii) alteração da política contábil para ativos construídos para uso próprio, passando a reconhecer na DVA, como receita, a edificação de novos ativos e a ampliação estrutural de ativos existentes que resultem em expansão de capacidade.

Esses ajustes não geraram impacto relevante nos índices das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Consolidado		
	2024	Reapresentação	2024 Reapresentado
Receitas			
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	49.217.999	(1.407.116)	47.810.883
Receita de construção de ativos para uso próprio	—	5.248.643	5.248.643
Outras receitas operacionais, líquidas	2.284.390	(5.861)	2.278.529
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	25.279	—	25.279
	51.527.668	3.835.666	55.363.334
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	26.288.059	1.874.975	28.163.034
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.324.006	1.481.292	3.805.298
	28.612.065	3.356.267	31.968.332
Valor adicionado bruto	22.915.603	479.399	23.395.002
Retenções			
Depreciação e amortização	7.023.983	—	7.023.983
Valor adicionado líquido produzido	15.891.620	479.399	16.371.019
Valor adicionado recebido em transferência			
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	(4.672.396)	—	(4.672.396)
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	1.719.031	—	1.719.031
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(1.229.980)	—	(1.229.980)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de	273.875	—	273.875
Receitas financeiras	2.655.899	—	2.655.899
	(1.253.571)	—	(1.253.571)
Valor adicionado total a distribuir	14.638.049	479.399	15.117.448
Distribuição do valor adicionado	14.638.049	479.399	15.117.448
Pessoal e encargos	2.677.572	150.808	2.828.380
Remuneração direta	2.144.502	131.677	2.276.179
Benefícios	411.539	19.131	430.670
FGTS e outros	121.531	—	121.531
Impostos, taxas e contribuições	8.635.556	104.629	8.740.185
Federais	5.287.771	—	5.287.771
Estaduais	3.183.301	—	3.183.301
Municipais	164.484	104.629	269.113
Despesas financeiras e aluguéis	11.486.687	223.962	11.710.649

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Juros e variação cambial	11.326.038	216.682	11.542.720
Aluguéis	154.613	7.280	161.893
Outros	6.036	—	6.036
Remuneração de capitais próprios	(8.161.766)	—	(8.161.766)
Participação dos acionistas não-controladores	1.262.029	—	1.262.029
Resultado do exercício	(9.697.670)	—	(9.697.670)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de	273.875	—	273.875

4 Informação por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (*EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*).

Segmentos reportados:

- 1) Raízen: atua na (i) produção, comercialização, originação e trading de etanol, (ii) produção e comercialização de bioenergia, (iii) revenda e trading de energia elétrica, (iv) produção e comercialização de outros produtos renováveis (energia solar e biogás), (v) produção, comercialização, originação e trading de açúcar e (vi) negociação e comercialização de combustíveis fósseis, renováveis e lubrificantes através de uma rede franqueada de postos de serviços sob a marca Shell em todo território nacional e na América Latina, operando na Argentina e no Paraguai.
- 2) Compass: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; e (iii) outros investimentos em processo de desenvolvimento.
- 3) Moove: atua na produção, formulação e distribuição de lubrificantes de alta performance, óleos básicos e especialidades, com sede no Brasil e operação em 10 países da América do Sul, América do Norte e Europa. Distribui e vende produtos sob a marca Mobil e de diversas marcas próprias para diferentes mercados finais, incluindo segmento industrial, comercial e de veículos de passageiros e de carga.
- 4) Rumo: presta serviços de logística para transporte ferroviário, armazenamento e carregamento portuário de mercadorias, principalmente grãos e açúcar, locação de locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários, além da operação de contêineres.
- 5) Radar: referência em gestão de propriedades agrícolas, a Radar investe em um portfólio diversificado e com alto potencial de valorização, por meio de participação nas empresas Radar, Tellus e Janus.
- 6) Cosan Corporativo: representa a estrutura corporativa da Cosan, que é composta por: (i) alta administração e equipes corporativas, que incorrem em despesas gerais e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, incluindo investimentos pré-operacionais; (ii) resultado de equivalência patrimonial dos investimentos; e (iii) resultado financeiro atribuído a caixa e dívidas da controladora, holdings intermediárias



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

(Cosan Nove e Cosan Dez), empresas financeiras offshore e investimento no *Climate Tech Fund*, fundo administrado pela *Fifth Wall*, especializado em inovação tecnológica.

Embora a Raízen seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua acompanhando as informações por segmento. A reconciliação desse segmento é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Segmentos reportados						Reconciliação		Consolidado
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Resultado									
Receita operacional líquida	232.246.624	16.604.055	9.320.131	13.847.776	653.785	3.413	(232.246.624)	(10.564)	40.418.596
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(223.039.900)	(12.573.021)	(7.036.165)	(7.562.149)	(82.216)	—	223.039.900	10.564	(27.242.987)
Lucro bruto	9.206.724	4.031.034	2.283.966	6.285.627	571.569	3.413	(9.206.724)	—	13.175.609
Despesas de vendas	(6.034.060)	(231.057)	(1.560.734)	(58.352)	—	—	6.034.060	—	(1.850.143)
Despesas gerais e administrativas	(2.351.926)	(848.007)	(655.965)	(637.450)	(96.000)	(290.326)	2.351.926	—	(2.527.748)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.468.576)	658.043	916.112	123.460	1.308.677	154.979	1.468.576	—	3.161.271
Perda por redução ao valor recuperável	(6.496.680)	—	—	(1.227.872)	—	(265.880)	6.496.680	—	(1.493.752)
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(24.276)	116.282	—	101.526	—	2.275.269	24.276	(2.273.155)	219.922
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(177.680)	—	—	(7.273)	—	(10.877.750)	177.680	—	(10.885.023)
Resultado financeiro líquido	(9.129.988)	(1.637.661)	(321.628)	(3.025.182)	63.182	(2.870.132)	9.129.988	—	(7.791.421)
Despesas financeiras	(8.263.562)	(2.177.941)	(301.109)	(3.281.087)	(4.032)	(3.185.446)	8.263.562	—	(8.949.615)
Receitas financeiras	3.009.112	857.063	73.590	1.468.558	67.214	1.116.892	(3.009.112)	—	3.583.317
Variação cambial, líquida	2.834.418	180.259	65.165	686.037	—	1.465.891	(2.834.418)	—	2.397.352
Efeito líquido dos derivativos	(6.709.956)	(497.042)	(159.274)	(1.898.690)	—	(2.267.469)	6.709.956	—	(4.822.475)
Imposto de renda e contribuição social	(5.838.506)	(628.927)	(103.783)	(689.358)	(186.368)	(594.680)	5.838.506	—	(2.203.116)
Resultado líquido do exercício	(22.314.968)	1.459.707	557.968	865.126	1.661.060	(12.465.107)	22.314.968	(2.273.155)	(10.194.401)
Resultado do exercício atribuído aos:									
Acionistas controladores	(22.257.204)	1.129.707	390.394	256.763	496.291	(9.722.125)	22.257.204	(2.273.155)	(9.722.125)
Acionistas não controladores	(57.764)	330.000	167.574	608.363	1.164.769	(2.742.982)	57.764	—	(472.276)
	(22.314.968)	1.459.707	557.968	865.126	1.661.060	(12.465.107)	22.314.968	(2.273.155)	(10.194.401)
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	9.706.642	1.247.648	406.026	2.213.331	272	23.555	(9.706.642)	—	3.890.832
EBITDA	2.360.168	4.973.943	1.389.405	6.792.997	1.784.518	(8.976.740)	(2.360.168)	(2.273.155)	3.690.968
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	9.876.006	2.197.125	146.112	6.096.341	10.428	9.861	(9.876.006)	—	8.459.867
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	(22.314.968)	1.459.707	557.968	865.126	1.661.060	(12.465.107)	22.314.968	(2.273.155)	(10.194.401)
Impostos de renda e contribuição social	5.838.506	628.927	103.783	689.358	186.368	594.680	(5.838.506)	—	2.203.116
Resultado financeiro líquido	9.129.988	1.637.661	321.628	3.025.182	(63.182)	2.870.132	(9.129.988)	—	7.791.421
Depreciação e amortização	9.706.642	1.247.648	406.026	2.213.331	272	23.555	(9.706.642)	—	3.890.832
EBITDA	2.360.168	4.973.943	1.389.405	6.792.997	1.784.518	(8.976.740)	(2.360.168)	(2.273.155)	3.690.968

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Doze meses findo em 31 de dezembro de 2024								
	Segmentos reportados						Reconciliação		
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	251.198.776	18.383.448	10.248.369	13.936.389	1.441.809	2.160	(251.198.776)	(61.433)	43.950.742
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(237.636.637)	(14.706.965)	(7.309.994)	(7.533.536)	(746.956)	(43)	237.636.637	61.433	(30.236.061)
Lucro bruto	13.562.139	3.676.483	2.938.375	6.402.853	694.853	2.117	(13.562.139)	—	13.714.681
Despesas de vendas	(6.634.623)	(195.472)	(1.331.412)	(49.006)	—	—	6.634.623	—	(1.575.890)
Despesas gerais e administrativas	(3.020.473)	(818.420)	(921.196)	(661.678)	(73.201)	(370.787)	3.020.473	—	(2.845.282)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.029.354	858.402	84.081	(146.740)	1.265.098	(511.007)	(2.029.354)	—	1.549.834
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	—	(6.155)	—	(3.149.245)	—	—	—	—	(3.155.400)
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	—	—	—	—	—	(4.672.396)	—	—	(4.672.396)
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(235.631)	154.487	—	40.348	21.531	3.509.443	235.631	(2.006.778)	1.719.031
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	—	—	—	(7.445)	—	(1.222.535)	—	—	(1.229.980)
Resultado financeiro líquido	(7.273.308)	(854.169)	(181.139)	(2.577.844)	27.756	(5.164.321)	7.273.308	—	(8.749.717)
Despesas financeiras	(4.741.898)	(1.587.619)	(182.407)	(3.242.246)	(27.130)	(2.597.714)	4.741.898	—	(7.637.116)
Receitas financeiras	995.444	977.905	129.175	1.102.136	54.886	391.797	(995.444)	—	2.655.899
Variação cambial, líquida	(4.974.022)	(578.412)	(212.224)	(1.455.848)	—	(3.494.875)	4.974.022	—	(5.741.359)
Efeito líquido dos derivativos	1.447.168	333.957	84.317	1.018.114	—	536.471	(1.447.168)	—	1.972.859
Imposto de renda e contribuição social	(1.102.531)	(966.578)	(194.579)	(800.485)	(130.285)	(1.098.595)	1.102.531	—	(3.190.522)
Resultado líquido do exercício de operação continuada	(2.675.073)	1.848.578	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.528.081)	2.675.073	(2.006.778)	(8.435.641)
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	—	273.875	—	—	—	241.010	—	(241.010)	273.875
Resultado líquido do exercício	(2.675.073)	2.122.453	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.287.071)	2.675.073	(2.247.788)	(8.161.766)
Resultado do exercício atribuído aos:									
Acionistas controladores	(2.732.286)	1.730.597	275.921	(291.680)	532.950	(9.423.795)	2.732.286	(2.247.788)	(9.423.795)
Acionistas não controladores	57.213	391.856	118.209	(657.562)	1.272.802	136.724	(57.213)	—	1.262.029
	(2.675.073)	2.122.453	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.287.071)	2.675.073	(2.247.788)	(8.161.766)
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	10.036.600	1.088.610	460.391	2.303.380	273	15.929	(10.036.600)	—	3.868.583
EBITDA	15.737.366	5.031.810	1.230.239	4.732.467	1.908.554	(3.008.226)	(15.737.366)	(2.247.788)	7.647.056
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	12.349.347	2.135.908	186.040	5.492.724	6.414	13.435	(12.349.347)	—	7.834.521
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	(2.675.073)	2.122.453	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.287.071)	2.675.073	(2.247.788)	(8.161.766)
Impostos de renda e contribuição social	1.102.531	966.578	194.579	800.485	130.285	1.098.595	(1.102.531)	—	3.190.522
Resultado financeiro líquido	7.273.308	854.169	181.139	2.577.844	(27.756)	5.164.321	(7.273.308)	—	8.749.717
Depreciação e amortização	10.036.600	1.088.610	460.391	2.303.380	273	15.929	(10.036.600)	—	3.868.583
EBITDA	15.737.366	5.031.810	1.230.239	4.732.467	1.908.554	(3.008.226)	(15.737.366)	(2.247.788)	7.647.056

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

31 de dezembro de 2025

	Segmentos reportados						Reconciliação		
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	16.787.376	3.430.108	1.246.014	7.018.132	19.614	15.529.815	(16.787.376)	—	27.243.683
Títulos e valores mobiliários	519.918	1.471.735	526.815	416.287	143.605	434.151	(519.918)	—	2.992.593
Contas a receber de clientes	7.698.087	1.541.952	1.071.055	667.292	388.864	—	(7.698.087)	—	3.669.163
Instrumentos financeiros derivativos	7.390.653	218.195	37.689	1.804.841	—	206.383	(7.390.653)	—	2.267.108
Estoques	13.023.684	209.199	1.496.570	263.489	—	—	(13.023.684)	—	1.969.258
Ativos financeiros setoriais	—	728.954	—	—	—	—	—	—	728.954
Outros ativos financeiros	94.026	4.823	980	—	2	—	(94.026)	—	5.805
Outros ativos circulantes	16.476.770	703.324	715.511	1.204.266	33.085	1.956.812	(16.476.770)	(496.920)	4.116.078
Outros ativos não circulantes	8.268.816	1.896.910	262.010	3.800.660	53.257	1.943.783	(8.268.816)	(45.082)	7.911.538
Investimentos em controladas e coligadas	757.936	1.315.190	—	396.810	—	16.077.939	(757.936)	(16.068.631)	1.721.308
Investimentos em controladas em conjunto	1.201.730	—	—	48.847	—	11.509	(1.201.730)	—	60.356
Ativos biológicos	1.562.942	—	—	—	—	—	(1.562.942)	—	—
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	18.221.781	—	—	—	18.221.781
Ativo de contrato	2.803.105	1.041.771	2.842	—	—	—	(2.803.105)	—	1.044.613
Direito de uso	6.806.538	1.555.212	300.064	7.792.217	2.787	12.649	(6.806.538)	—	9.662.929
Imobilizado	31.775.056	1.942.618	861.572	23.948.573	11	42.951	(31.775.056)	—	26.795.725
Intangível	3.520.050	17.287.600	2.985.630	6.421.681	—	11.715	(3.520.050)	—	26.706.626
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(70.013.022)	(15.320.793)	(4.041.589)	(23.123.837)	—	(21.740.912)	70.013.022	—	(64.227.131)
Passivos financeiros derivativos	(8.535.256)	(266.293)	(39.034)	(1.789.709)	—	(585.633)	8.535.256	—	(2.680.669)
Fornecedores	(9.288.854)	(1.326.372)	(1.611.538)	(1.138.378)	(20.259)	(955)	9.288.854	—	(4.097.502)
Ordenados e salários a pagar	(969.579)	(254.954)	(134.823)	(361.583)	—	(43.664)	969.579	—	(795.024)
Passivos financeiros setoriais	—	(2.265.261)	—	—	—	—	—	—	(2.265.261)
Outras contas a pagar circulantes	(9.911.677)	(1.323.621)	(368.683)	(1.691.879)	(125.930)	(775.130)	9.911.677	494.830	(3.790.413)
Passivos de arrendamento	(8.114.646)	(1.930.232)	(316.221)	(4.145.148)	(3.054)	(18.145)	8.114.646	—	(6.412.800)
Obrigação com recompra de participação em controladas	—	—	—	—	—	(3.844.648)	—	—	(3.844.648)
Passivo decorrente de financiamento com garantia de ações	—	—	—	—	—	(2.804.606)	—	—	(2.804.606)
Outras contas a pagar não circulantes	(12.986.156)	(3.223.563)	(581.184)	(7.484.119)	(839.318)	(1.108.835)	12.986.156	47.187	(13.189.832)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	(1.132.503)	7.436.502	2.413.680	14.048.442	17.874.445	5.305.179	1.132.503	(16.068.616)	31.009.632
Ativo total	118.686.687	33.347.591	9.506.752	53.783.095	18.863.006	36.227.707	(118.686.687)	(16.610.633)	135.117.518
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	(1.596.893)	4.687.098	1.692.100	4.196.013	5.493.405	5.304.228	1.596.893	(16.068.616)	5.304.228
Acionistas não controladores	464.390	2.749.404	721.580	9.852.429	12.381.040	951	(464.390)	—	25.705.404
Total do patrimônio líquido	(1.132.503)	7.436.502	2.413.680	14.048.442	17.874.445	5.305.179	1.132.503	(16.068.616)	31.009.632

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

31 de dezembro de 2024

	Segmentos reportados						Reconciliação		
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	9.962.864	5.271.256	753.347	7.461.618	33.041	3.384.280	(9.962.864)	—	16.903.542
Títulos e valores mobiliários	1.337.706	1.074.806	303.492	812.795	251.267	943.941	(1.337.706)	—	3.386.301
Contas a receber de clientes	11.053.414	1.804.823	1.164.422	583.349	443.140	—	(11.053.414)	—	3.995.734
Instrumentos financeiros derivativos	17.070.322	356.589	151.926	1.647.977	—	1.642.836	(17.070.322)	—	3.799.328
Estoques	17.435.862	252.220	1.538.105	282.580	—	—	(17.435.862)	—	2.072.905
Ativos financeiros setoriais	—	731.642	—	—	—	—	—	—	731.642
Outros ativos financeiros	87.966	3.820	675	—	—	—	(87.966)	—	4.495
Outros ativos circulantes	10.611.882	592.317	288.376	1.040.439	72.089	3.786.460	(10.611.882)	(2.112.993)	3.666.688
Outros ativos não circulantes	15.784.732	1.810.491	241.816	3.421.143	24.870	2.901.292	(15.784.732)	(160.256)	8.239.356
Investimentos em controladas e coligadas	—	1.277.955	—	280.865	92.166	24.235.118	—	(15.207.538)	10.678.566
Investimentos em controladas em conjunto	2.012.536	—	—	41.121	—	10.503.923	(2.012.536)	—	10.545.044
Ativos biológicos	3.596.878	—	—	—	—	—	(3.596.878)	—	—
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	16.818.919	—	—	—	16.818.919
Ativo de contrato	2.806.284	1.110.463	4.367	—	—	—	(2.806.284)	—	1.114.830
Direito de uso	9.549.136	1.581.601	316.762	8.039.779	3.053	17.556	(9.549.136)	—	9.958.751
Imobilizado	37.503.618	1.620.505	911.277	20.435.467	17	51.750	(37.503.618)	—	23.019.016
Intangível	9.472.002	16.761.631	3.013.392	6.545.890	—	9.872	(9.472.002)	—	26.330.785
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(52.781.598)	(14.449.033)	(3.558.575)	(19.123.218)	—	(29.324.600)	52.781.598	—	(66.455.426)
Passivos financeiros derivativos	(14.464.530)	(389.778)	(57.347)	(1.918.204)	—	(1.104.875)	14.464.530	—	(3.470.204)
Fornecedores	(20.042.646)	(1.650.748)	(1.735.704)	(1.777.918)	(20.549)	(2.930)	20.042.646	—	(5.187.849)
Ordenados e salários a pagar	(1.096.336)	(253.655)	(140.553)	(376.475)	—	(43.324)	1.096.336	—	(814.007)
Passivos financeiros setoriais	—	(2.040.239)	—	—	—	—	—	—	(2.040.239)
Outras contas a pagar circulantes	(9.327.070)	(2.876.023)	(428.437)	(1.252.805)	(135.410)	(905.820)	9.327.070	1.628.676	(3.969.819)
Passivos de arrendamento	(11.988.100)	(2.122.306)	(327.517)	(4.032.188)	(3.281)	(24.461)	11.988.100	—	(6.509.753)
Outras contas a pagar não circulantes	(14.143.270)	(3.735.956)	(548.995)	(7.177.061)	(580.129)	(2.022.675)	14.143.270	644.573	(13.420.243)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	24.441.652	6.732.381	1.890.829	14.935.154	16.999.193	14.048.343	(24.441.652)	(15.207.538)	39.398.362
Ativo total	148.285.202	34.250.119	8.687.957	50.593.023	17.738.562	47.477.028	(148.285.202)	(17.480.787)	141.265.902
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	23.864.556	4.091.601	1.326.385	4.477.643	5.311.909	10.903.764	(23.864.556)	(15.207.538)	10.903.764
Acionistas não controladores	577.096	2.640.780	564.444	10.457.511	11.687.284	3.144.579	(577.096)	—	28.494.598
Total do patrimônio líquido	24.441.652	6.732.381	1.890.829	14.935.154	16.999.193	14.048.343	(24.441.652)	(15.207.538)	39.398.362

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

4.1 Receita operacional líquida por segmento

Segmentos reportados	Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Segmentos reportados		
Raízen		
Etanol	23.521.366	25.567.836
Açúcar	29.980.236	38.019.072
Gasolina	67.319.586	67.097.828
Diesel	92.715.916	102.834.016
Cogeração	8.863.552	7.271.246
Outros	9.845.968	10.408.778
	232.246.624	251.198.776
Compass		
Distribuição de gás natural		
Industrial	8.514.502	11.978.851
Residencial	2.667.598	2.331.263
Cogeração	300.242	511.997
Automotivo	438.332	485.946
Comercial	924.090	878.635
Receita de construção	1.568.285	1.602.284
Outros	380.491	594.472
	14.793.540	18.383.448
Marketing & serviços		
Comercialização de gás	1.810.515	—
	16.604.055	18.383.448
Moove		
Produto acabado	8.068.803	8.794.520
Óleo básico	743.454	630.349
Serviços	507.874	823.500
	9.320.131	10.248.369
Rumo		
Operações norte	11.111.826	11.096.559
Operações sul	1.941.834	2.154.493
Operações de contêineres	794.116	685.337
	13.847.776	13.936.389
Radar		
Arrendamento e venda de propriedades	653.785	1.441.809
Cosan Corporativo		
Serviços	3.413	2.160
	272.675.784	295.210.951
Reconciliação		
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(232.257.188)	(251.260.209)
Total	40.418.596	43.950.742

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

4.2 Informações sobre área geográfica

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Brasil	34.743.725	38.185.302	89.460.884	97.433.283
Europa ⁽ⁱ⁾	3.189.394	3.100.762	382.446	761.716
América Latina ⁽ⁱⁱ⁾	278.167	304.074	34.375	46.929
Estados Unidos da América	2.166.395	2.360.604	2.133.670	2.562.230
Ásia e outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	40.915	—	—	—
Total	40.418.596	43.950.742	92.011.375	100.804.158

Principais países:

- (i) Inglaterra, França, Espanha e Portugal;
- (ii) Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai; e
- (iii) Singapura, Emirados Árabes Unidos e Oceania.

4.3 Principais clientes

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Rumo possuía um cliente cuja receita representou 10,34% da sua receita operacional líquida, equivalente a R\$ 1.323.753, correspondendo a 3,3% da receita operacional líquida consolidada da Cosan. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esse mesmo cliente representou 12,10% da receita operacional líquida da Rumo, com valor de R\$ 1.763.541, o que correspondeu a 4% da receita operacional líquida consolidada da Cosan.

5 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado

A classificação depende do modelo de negócio adotado para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando há alteração no modelo de negócio para a gestão desses ativos. Os passivos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

- (i) é mantido para negociação;
- (ii) é derivativo (exceto contratos de garantia financeira e contratos de compra e venda com liquidação futura que não tenham como finalidade a negociação); ou
- (iii) é designado como tal no reconhecimento inicial.

Reconhecimento e mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ou o passivo financeiro ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

As compras e vendas de ativos financeiros sujeitas a liquidação regular são reconhecidas na data do contrato (*trade date*), isto é, na data em que a Companhia assume o compromisso irrevogável de compra ou venda.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos financeiros da seguinte forma:

- Custo amortizado: para ativos mantidos em modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais que atendem ao critério *solely payments of principal and interest* ("SPPI"). Esta categoria inclui contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, caixa restrito, ativos financeiros setoriais e dividendos e juros sobre capital próprio a receber;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"): para ativos mantidos em modelo de negócios com objetivos tanto de coleta de fluxos de caixa quanto de venda, cujos fluxos atendem ao critério SPPI;
- Valor justo por meio do resultado ("FVTPL"): para todos os demais ativos financeiros, incluindo derivativos e instrumentos que não atendem ao critério SPPI.

Passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são mensurados a valor justo, com todas as variações reconhecidas no resultado do período. Os demais passivos financeiros são mensurados a custo amortizado pelo método da taxa efetiva, com despesa de juros e variações cambiais reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações contratuais são extintas, canceladas ou vencidas. Quando os termos de um passivo são modificados de forma substancial — isto é, quando a taxa de juros efetiva do passivo modificado varia em 10% ou mais em relação à taxa original — o passivo original é desreconhecido e um novo passivo é reconhecido pelo valor justo dos fluxos de caixa modificados, com o ganho ou perda decorrente reconhecido no resultado do exercício. Adicionalmente, a Companhia considera, além da variação dos 10%, aspectos qualitativos para efetuar o desreconhecimento do passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	22.047	986.278	2.525.668	2.122.442
Títulos e valores mobiliários	5.3	330.388	805.335	2.992.593	3.386.301
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	206.384	1.565.495	2.267.108	3.799.328
Outros ativos financeiros		—	—	5.805	4.495
		558.819	3.357.108	7.791.174	9.312.566
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	15.361.258	1.214.989	24.718.015	14.781.100
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	3.669.163	3.995.734
Caixa restrito		186	—	228.768	174.303
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	220.312	406.981	219.897	399.889
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	728.954	731.642
Depósitos judiciais	16	351.904	416.969	1.072.982	1.056.690
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	87.224	19.377	35.410	153.548
Ativo financeiro indenizável ⁽ⁱⁱ⁾		—	—	557.475	416.377
Redução de capital a receber		—	1.013.714	—	—
		16.020.884	3.072.030	31.230.664	21.709.283
Total		16.579.703	6.429.138	39.021.838	31.021.849
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(16.388.391)	(21.350.555)	(32.945.289)	(38.161.392)
Fornecedores	5.9	(870)	(2.900)	(4.097.502)	(5.187.849)
Contraprestação a pagar		—	—	(195.057)	(246.256)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		—	—	(1.096.884)	(1.067.839)
Passivos de arrendamento	5.5	(18.145)	(24.459)	(6.412.800)	(6.509.753)
Concessões a pagar	13	—	—	(3.988.245)	(3.721.190)
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	(5.631.481)	(7.263.024)	(322.082)	(417.488)
Obrigação de recompra de ações em controladas	5.13	(3.844.648)	—	(3.844.648)	—
Passivo decorrente de financiamento com garantia de ações	2.1.9	(2.804.606)	—	(2.804.606)	—
Dividendos a pagar	17	—	(3.495)	(226.484)	(96.722)
Redução de capital a pagar		—	—	—	(486.285)
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	(2.265.261)	(2.040.239)
Parcelamento de débitos tributários	14	(145.173)	(219.429)	(161.182)	(254.302)
		(28.833.314)	(28.863.862)	(58.360.040)	(58.189.315)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		—	—	(31.281.841)	(28.294.034)
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(585.633)	(1.104.874)	(2.680.669)	(3.470.204)
Outras contas a pagar		—	—	(11.854)	(12.362)
		(585.633)	(1.104.874)	(33.974.364)	(31.776.600)
Total		(29.418.947)	(29.968.736)	(92.334.404)	(89.965.915)

- (i) As controladas da Companhia adotam estratégias para otimização do capital de giro, incluindo o alongamento dos prazos de pagamento com seus fornecedores e a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

utilização de operações estruturadas de financiamento da cadeia de suprimentos, também conhecidas como *reverse factoring* ou operações de risco sacado.

Na Rumo, essas operações foram estruturadas com instituições financeiras de primeira linha como contrapartes diretas, a uma taxa média de 14,13% a.a. (11,05% a.a. em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio das operações foi de aproximadamente 48 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2024). Os passivos com fornecedores que não participam de acordos de risco sacado apresentam prazos de pagamento na média dos 45 dias.

Nessas operações, a Rumo transfere substancialmente os riscos e benefícios associados aos passivos comerciais para as instituições financeiras, resultando no desreconhecimento do passivo comercial e no reconhecimento de passivo financeiro pelo valor da obrigação assumida perante o banco. Essa transferência contábil constitui transação não monetária, não sendo apresentada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. O fluxo de liquidação do saldo é classificado em atividades operacionais ou de investimento, conforme a natureza do objeto da compra original. Os encargos financeiros decorrentes são reconhecidos em "Juros sobre contingências e contratos comerciais" no resultado financeiro, totalizando R\$ 45.281 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 48.275 em 31 de dezembro de 2024).

Na Comgás, em 31 de dezembro de 2025, o saldo de antecipações de recebíveis de fornecedores junto a instituições financeiras foi de R\$ 84.105 (R\$ 132.999 em 31 de dezembro de 2024), com prazo máximo de 90 dias. Os passivos com fornecedores que não participam de acordos de risco sacado apresentam prazos de pagamento similares, também na média dos 90 dias.

Nessas operações, a decisão de antecipação é exclusiva do fornecedor, que negocia diretamente com a instituição financeira. A Comgás mantém inalteradas as condições comerciais originais (prazo e valor), não transfere riscos de crédito para o banco e não recebe qualquer benefício financeiro da instituição. Portanto, não ocorre desreconhecimento do passivo comercial, que permanece classificado como obrigação não financeira até seu vencimento normal. A Comgás não exerce influência sobre a decisão do fornecedor nem assume obrigações perante a instituição financeira.

- (ii) Refere-se à parcela transferida do ativo de contrato, dos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, cuja vida útil excede o prazo do contrato de concessão e, representa o direito incondicional da Compass por meio de suas subsidiárias de receber indenização do Poder Concedente ao final do prazo de concessão. O saldo está registrado na rubrica Ativo financeiro indenizável e outros ativos no longo prazo e é atualizado mensalmente pelo mesmo índice de reajuste aplicado à tarifa, conforme previsto no contrato da Concessão.

5.1 Cláusulas restritivas

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Cosan Corporativo			
Cosan Luxembourg S.A.	* Senior Notes due 2029	Dívida líquida <i>pro forma</i> ^(xiv) / EBITDA <i>pro forma</i> ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x	3,03
	* Senior Notes due 2030 * Senior Notes due 2031	Dívida líquida <i>pro forma</i> ⁽ⁱⁱⁱ⁾ / EBITDA <i>pro forma</i> ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x	2,85
Compass			
Comgás	* Debênture 14ª emissão	Dívida líquida ^(ix) (ex-arrendamentos) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,88
Comgás	* Debênture 7º a 13º * BNDES *Loan 4131	Dívida líquida ^(viii) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	1,89
Compagas	* Debênture 5ª emissão	Dívida Líquida ^(viii) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 4,0x	2,26
Sulgás	* BNDES	Dívida Líquida ^(ix) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,5x	0,42
		Índice de endividamento geral (Exigível total ^(x) / Passivo total ^(xi) anual não poderá ser superior a 0,8	0,73
	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida ^(ix) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	0,42
Necta	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida ^(ix) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	n/m ^(xii)
Moove			
MLH	*Syndicated Loan	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x ao fim de cada trimestre	1,63
		ICSD ^(vii) não poderá ser inferior a 2,5x ao fim de cada trimestre	4,19
Rumo			
Rumo S.A.	* Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª) ^(v) * ECA	ICJ ^(vi) = EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ /Resultado financeiro ^(iv) não poderá ser inferior a 2,0x	3,52
Rumo S.A.	* ECA * Senior Notes due 2028 * Senior Notes due 2032 * Debêntures ^(v)	Dívida líquida ^(xiii) /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x	1,94

- (i) A dívida líquida consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures ("Dívida Bruta"), líquida de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos sobre dívida.
- (ii) Corresponde ao *EBITDA* acumulado dos últimos doze meses.
- (iii) Dívida líquida e *EBITDA* pro forma, incluindo o equivalente a 50% das informações financeiras de *joint venture* conforme determinado nos contratos. O *EBITDA* pro forma corresponde ao período acumulado dos últimos 12 meses. Para os *covenants* dos *Senior Notes*, são excluídos os valores das controladas irrestritas.
- (iv) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida.
- (v) As debêntures 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões possuem *covenant* contratual de alavancagem limitada a 3,0x. Contudo, elas possuem um consentimento prévio (*waiver*) que permite à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

- (vi) Índice de Cobertura de Juros (“ICJ”).
- (vii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”).
- (viii) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (ix) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, incluindo o saldo líquido de operações de derivativos, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (x) Exigível total corresponde ao somatório de passivo circulante e passivo não circulante.
- (xi) Passivo total corresponde ao somatório de passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
- (xii) Não mensurável devido às disponibilidades de curto prazo superarem o endividamento.
- (xiii) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (xiv) Para a dívida bruta relativa às *Senior Note due 2029*, conforme descrito no item (i), inclui o saldo da obrigação de recompra de participação societária em controlada.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Os termos dos empréstimos incluem previsões para *cross-default*.

Contratos de dívidas com cláusulas de ESG

Rumo

O *Sênior Notes 2028* foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A controlada tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”.

O *Sênior Notes 2032* foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds (SLBs)*, com a seguinte meta sustentável: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A controlada está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. O cumprimento da condição para *step-down* de taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo (“RAS”), assim sendo, a controlada foi beneficiada com *step-down* de 25 *basis points*, tornando o custo da 2ª série em IPCA + 4,52%.

A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A controlada está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* na 1ª série e 20 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Compass

Em 1º de novembro de 2023, a controlada Compass emitiu debêntures simples, não conversíveis e quirografárias, no montante de R\$ 1.736.385. A remuneração semestral dessas debêntures é equivalente a CDI + 1,55% a.a., com vencimentos em 1º de novembro de 2029 (50%) e 1º de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro da Compass.

Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a metas ESG de:

- (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 250 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25 milhões de m³ por dia.
- (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas em cargos de liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027.

Caso uma ou ambas as metas não sejam atingidas, a Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta não atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,80% a.a. A controlada Compass efetuou avaliação em 31 de dezembro de 2025 e não identificou indícios sobre esse aspecto, pois as metas foram atingidas.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não há descumprimento, por parte da Companhia e suas controladas, das cláusulas contratuais relacionadas às dívidas vinculadas a metas ESG.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com prazo original de vencimento de até três meses, contados a partir da data de aquisição, que estão sujeitos a risco insignificante de variação de valor e são mantidos com o propósito de atender às necessidades de caixa da Companhia no curto prazo.

Aplicações em fundos de investimento são classificadas como caixa e equivalentes de caixa quando atendem cumulativamente aos seguintes critérios: (i) possuem alta liquidez; (ii) têm prazo de resgate imediato ou muito curto (até 90 dias); (iii) são facilmente conversíveis em montante conhecido de caixa; e (iv) estão sujeitas a risco insignificante de variação de valor. Tais fundos normalmente são referenciados na taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Todos os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mensurados pelo valor nominal, que não difere materialmente do custo amortizado ou do valor justo em razão do curto prazo de vencimento desses ativos. Aplicações financeiras que não atendem aos critérios acima são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Bancos conta movimento	269.333	414	412.340	958.738
Conta remunerada	36.083	48.831	986.011	485.393
Aplicações financeiras	15.077.889	2.152.022	25.845.332	15.459.411
Total	15.383.305	2.201.267	27.243.683	16.903.542

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	7.687	400.251	410.172	1.493.278
Certificado de depósitos bancários – CDB	14.360	586.027	964.949	604.398
Outras aplicações	—	—	1.150.547	24.766
	22.047	986.278	2.525.668	2.122.442
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	—	—	127.577	236.101
Certificado de depósitos bancários – CDB	15.055.842	1.165.549	23.192.087	12.102.078
Outras aplicações	—	195	—	998.790
	15.055.842	1.165.744	23.319.664	13.336.969
Total	15.077.889	2.152.022	25.845.332	15.459.411

- (i) Operações compromissadas da Controladora estão alocadas no fundo WG Renda Fixo Crédito Privado Fundo de Investimento ("WG"), o qual foi constituído sob a forma de condomínio aberto e é gerido pelo Itaú Unibanco Asset Management Ltda. ("Itaú Asset"). A carteira do fundo é composta majoritariamente por aplicações em títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras *onshore* da Controladora são remuneradas a taxas próximas de 101% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou "CDI"), em 31 de dezembro de 2025 e 100% em 31 de dezembro de 2024. As aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas de mercado de Instituições Bancárias. Apresentamos a análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros na Nota 5.12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

5.3 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais (ações, cotas de fundos de investimento e outros instrumentos de capital) cujo valor justo é prontamente determinável, seja por negociação em mercado organizado (B3) ou pela disponibilidade de preços de mercado observáveis para ativos similares.

O caixa restrito compreende valores constituídos como garantias contratuais ou destinados a outras finalidades específicas que restringem sua utilização imediata para as operações correntes da Companhia. Esses saldos são classificados e mensurados ao custo amortizado.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários possuem prazos de vencimento originais que variam entre dois e cinco anos. Embora esses títulos possuam elevada liquidez no mercado secundário, também podem ser resgatados antecipadamente e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Títulos e valores mobiliários				
Investimentos financeiros em entidades listadas	307.177	—	307.177	—
Ativos financeiros patrimoniais ⁽ⁱ⁾	23.211	805.335	2.580.460	3.114.578
Certificado de depósitos bancários – CDB	—	—	7.951	158.363
Fundos ESG	—	—	97.005	113.360
	330.388	805.335	2.992.593	3.386.301
Circulante	23.211	805.335	2.588.411	3.272.941
Não circulante	307.177	—	404.182	113.360
Total	330.388	805.335	2.992.593	3.386.301

- (i) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Classificação e mensuração

Empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto quando: (i) designados como *hedge* de valor justo (*fair value hedge*) no âmbito de relação de *hedge* documentada; ou (ii) designados irrevogavelmente no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Para as dívidas designadas irrevogavelmente a FVTPL, as variações de valor justo decorrentes de fatores de mercado (taxa de juros, câmbio etc.) são reconhecidas no resultado do exercício. A parcela da variação atribuível ao próprio risco de crédito da Companhia (*own credit risk*) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como parte de outros resultados abrangentes, para evitar efeito paradoxal na demonstração do resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como Passivo Circulante quando o vencimento ocorre até 12 meses após a data do balanço. São classificados como Passivo Não Circulante quando a Companhia detém direito incondicional de diferir a liquidação por período superior a 12 meses contados da data do balanço.

O valor justo dos empréstimos é determinado pelo método de fluxo de caixa descontado, utilizando a taxa de desconto implícita do instrumento, e é classificado no nível 2 da hierarquia de valor justo.

Desreconhecimento

As dívidas são desreconhecidas quando a obrigação contratual é extinta por liquidação, cancelamento ou vencimento. Quando do desreconhecimento, a diferença entre o valor contábil do passivo e a contraprestação efetivamente paga (incluindo ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado financeiro do exercício.

Garantias financeiras

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Quando não designados a FVTPL, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: (i) o valor da provisão para perdas; e (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido da amortização acumulada.

A Companhia pode designar irrevogavelmente garantias financeiras a FVTPL quando tal designação elimina ou reduz significativamente assimetria contábil (*accounting mismatch*) decorrente da mensuração assimétrica de ativos e passivos relacionados.

a) Composição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		Controladora	
	Indexador médio da dívida	Taxa média anual de juros	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Debêntures	CDI + 1,28%	16,37%	11.548.920	10.554.301
Debêntures	IPCA + 5,75%	10,27%	452.845	433.499
Debêntures	Pré-fixado	7,52%	3.358.005	5.636.584
Notas Comerciais	CDI + 1,77%	16,94%	1.028.621	1.020.037
Loan 4.131	Pré-fixado	6,60%	—	3.706.134
Total			16.388.391	21.350.555
Circulante			481.367	347.032
Não circulante			15.907.024	21.003.523

Descrição	Encargos financeiros		Consolidado	
	Indexador médio da dívida	Taxa média anual de juros	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cosan Corporativo				
Debêntures	CDI + 1,28%	16,37%	11.548.920	10.554.301
Debêntures	IPCA + 5,75%	10,27%	452.845	433.499
Notas Comerciais	CDI + 1,77%	16,94%	1.028.621	1.020.037
Perpetual Notes	Pré-fixado	8,25%	2.785.877	3.135.174
Senior Notes	Pré-fixado	6,48%	5.924.649	14.181.589
			21.740.912	29.324.600
Compass				
BNDES	IPCA + 4,69%	9,16%	2.794.449	3.034.743
BNDES	Pré-fixado	7,89%	216.351	—
Debêntures	CDI + 0,74%	15,54%	5.551.081	5.378.989
Loan 4.131	VC + 4,04%	4,04%	828.619	2.695.565
Loan 4.131	CDI + 0,78%	15,80%	392.139	—
Nota comercial	CDI+ 1,20%	16,28%	54.680	—
Debêntures (Lei 12.431)	IPCA + 6,42%	10,96%	5.102.678	2.956.899
Debêntures	IGPM + 6,10%	6,10%	380.797	382.837
			15.320.794	14.449.033
Moove				
Offshore Loan	Pré-fixado	5,50%	—	15.729
Loan 4.131	CDI + 0,50%	14,89%	571.160	—
Acquisition Finance	SOFR + 1,50%	5,74%	2.104.141	2.346.950
Capital de giro	SONIA + 1,30%	5,52%	259.908	272.318
Nota de Crédito de Exportação	SOFR + 1,30%	5,54%	282.516	316.442
Nota de Crédito de Exportação	Pré-fixado	4,52%	274.252	—
Pré-Pagamento de Exportação	SOFR + 1,40%	5,64%	549.611	607.136
			4.041.588	3.558.575
Rumo				
ACF	IPCA + 6,48%	11,03%	494.225	299.706
BNDES (Finem)	URTJLP + 2,06%	11,21%	1.428.087	1.861.658
BNDES (Finem)	IPCA	4,12%	27.050	—
BNDES (Finem)	TR	1,21%	27.005	—
CCB (Cédula de Crédito Bancário)	IPCA + 0,94%	5,25%	814.423	874.513
Debêntures	CDI + 0,70%	15,70%	261.172	—
Debêntures (Lei 12.431)	IPCA + 5,71%	10,23%	14.906.454	10.722.182
Export Credit Agency ("ECA")	Euribor + 0,58%	2,69%	19.543	38.525
NCE			—	276.661
Senior Notes	Pré-fixado	4,73%	5.145.878	5.049.973
			23.123.837	19.123.218

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Total	64.227.131	66.455.426
Circulante	3.918.720	4.403.148
Não circulante	60.308.411	62.052.278

As taxas efetivas das dívidas com derivativos associados estão discriminadas na Nota Explicativa 5.6.

Para cálculo das taxas médias ponderadas, foi utilizada a curva de juros de mercado vigente em 31 de dezembro de 2025, com base anualizada.

Todas as dívidas com vencimento determinado e denominadas em moeda estrangeira possuem cobertura cambial por meio de derivativos (Nota Explicativa 5.6), exceto o principal dos *Perpetual Notes*, que, por definição, não possuem vencimento contratual determinado.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures classificados como passivo não circulante apresentam o seguinte perfil de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
1 a 2 anos	93.375	—	5.447.990	2.552.535
2 a 3 anos	3.637.693	350.462	10.633.687	7.551.156
3 a 4 anos	5.765.819	5.178.676	9.318.837	10.000.615
4 a 5 anos	2.659.260	4.501.383	8.465.402	12.429.311
5 a 6 anos	1.661.134	4.011.417	4.706.090	7.948.395
6 a 7 anos	1.107.222	5.371.352	4.533.240	6.100.666
7 a 8 anos	241.190	607.712	2.469.320	6.421.275
Acima de 8 anos	741.331	982.521	14.733.845	9.048.325
Total	15.907.024	21.003.523	60.308.411	62.052.278

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	13.496.324	56.904.654
Captação	6.911.676	16.983.225
Amortização de principal	(1.160.058)	(12.187.560)
Pagamento de juros	(1.697.950)	(4.759.976)
Juros sobre obras em andamento	—	(128.520)
Aquisição de controladas	—	285.033
Juros, variação cambial e valor justo	3.800.563	9.358.570
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.350.555	66.455.426
Captação	2.427.312	11.546.508
Amortização de principal	(7.148.782)	(14.293.953)
Pagamento de juros	(1.676.686)	(4.732.362)
Juros sobre obras em andamento	—	(120.575)
Aquisição de controladas (Nota 9.2)	—	(77.002)
Juros, variação cambial e valor justo	1.435.992	5.449.089
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.388.391	64.227.131

c) Garantias

A controlada Rumo mantém contratos de financiamento com instituições de fomento destinados a investimentos em infraestrutura, garantidos por:

- Fiança bancária, com um custo médio de 0,56% ao ano; ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

- Garantias reais com alienação fiduciária de bens (ativos imobilizados) no montante de R\$ 1.390.404.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das fianças bancárias contratadas foi de R\$ 2.563.286 (R\$ 2.655.231 em 31 de dezembro de 2024).

A Moove mantém garantias prestadas por instituições financeiras de primeira linha para obrigações perante terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2025 nenhum dos empréstimos possuía garantias contratadas (R\$ 16.061 em 31 de dezembro de 2024).

O total consolidado de empréstimos com garantias foi de R\$ 6.930.423 (R\$ 5.553.645 em 31 de dezembro de 2024). A Cosan não possui empréstimos com garantias reais ou fianças.

d) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas dispunham de linhas de crédito não utilizada junto a instituições financeiras no montante de R\$ 1.133.276 (R\$ 1.510.231 em 31 de dezembro de 2024). A utilização dessas linhas está condicionada ao cumprimento de *covenants* e demais condições contratuais estabelecidas pelos credores.

e) Compensação de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica compensação (*set-off*) no balanço patrimonial somente quando atendidos cumulativamente os seguintes critérios:

- Existência de direito legal incondicional de compensar valores reconhecíveis; e
- Intenção e prática de liquidar as posições de forma líquida ou simultânea.

Nas operações estruturadas com *total return swap* ("TRS") associado a emissões de debêntures, *time deposits* vinculados a *Loan 4.131* e *credit linked notes* ("CLNs") atrelados a Notas de Crédito de Exportação ("NCEs"), a compensação é aplicada exclusivamente quando os contratos estabelecem mecanismo de liquidação líquida automática (*net settlement*) e as posições são mantidas com a mesma contraparte. Nessas situações específicas, os saldos são apresentados líquidos no balanço patrimonial, com os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

	Segmento	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos			
<i>Credit Linked Notes</i>	Rumo	5.627.660	6.334.168
<i>Time deposit</i>	Cosan Corporativo	—	3.718.105
<i>TRS</i>	Cosan Corporativo	3.359.856	5.640.466
Total		8.987.516	15.692.739
Passivos			
<i>NCEs</i>	Rumo	(5.627.660)	(6.334.168)
<i>Loan 4.131</i> ⁽ⁱ⁾	Cosan Corporativo	—	(3.718.105)
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	Cosan Corporativo	(3.359.856)	(5.640.466)
Total		(8.987.516)	(15.692.739)
Saldo Líquido		—	—

(i) O saldo do *Loan 4.131* foi liquidado conforme mencionado na Nota 2.2.

(ii) O saldo de Debêntures foi liquidado em Janeiro de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

5.5 Passivos de arrendamento

Política contábil:

Na data de início do arrendamento, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento.

O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente pelo valor presente dos pagamentos não efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando esta não puder ser determinada de forma prática, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Na ausência de taxa implícita determinável, a Companhia utiliza sistematicamente sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração inicial do passivo compreendem:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos que são fixos em essência;
- Pagamentos variáveis baseados em índice ou taxa, mensurados inicialmente com base no índice ou taxa vigente na data de início;
- Valores esperados a serem pagos pelo locatário decorrentes de garantias de valor residual; e
- O preço de exercício de opção de compra, quando o locatário estiver razoavelmente certo de exercê-la, e multas por rescisão contratual, quando o prazo do arrendamento reflita a não intenção de rescisão pelo locatário.

Para determinação da taxa de empréstimo incremental, a Companhia adota a seguinte metodologia:

- Quando disponível, utiliza financiamento de terceiros recentemente obtido como referência inicial, ajustado para refletir alterações nas condições de mercado desde a contratação;
- Para arrendamentos sem financiamento comparável recente, aplica abordagem de acumulação iniciada com taxa livre de risco, ajustada pelo *spread* de risco de crédito da Companhia; e
- Realiza ajustes específicos conforme características do arrendamento: prazo, jurisdição, moeda funcional e existência de garantias reais.

A taxa de empréstimo incremental (nominal) utilizada pela Companhia e suas controladas foi determinada com base em taxas de mercado ajustadas à moeda funcional e aos prazos contratuais específicos de cada operação. As taxas aplicadas variaram entre 4,25% e 13,73% ao ano, conforme prazo e moeda de cada contrato.

Dois ou mais contratos de arrendamento são agrupados para fins de mensuração quando atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- Celebrados com a mesma contraparte ou parte relacionada;
- Firmados em datas próximas; e
- Possuírem obrigações contratuais interdependentes ou direitos de uso que constituam, em conjunto, um único componente econômico do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento não baseados em índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento gerador ocorre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a aumentos futuros nos pagamentos variáveis indexados, os quais não são incorporados ao passivo até sua efetiva vigência. Quando ajustes indexados entram em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado pelo valor presente dos novos pagamentos utilizando a taxa de desconto original, com o ajuste correspondente reconhecido no ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre redução do passivo principal e encargos financeiros. Os encargos financeiros são reconhecidos em outras receitas (despesas) financeiras.

Arrendamentos de curto prazo (prazo máximo de 12 meses) e arrendamentos de ativos de valor reduzido são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo contratual, sem reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento. Ativos de valor reduzido incluem equipamentos de tecnologia da informação e mobiliário de escritório de baixo valor unitário.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia avalia todos os fatos e circunstâncias que criem incentivo econômico relevante para o exercício de opções de prorrogação ou não exercício de opções de rescisão. Opções de extensão são incluídas no prazo do arrendamento apenas quando o locatário estiver razoavelmente certo de exercê-las.

Para arrendamentos de armazéns e equipamentos, os seguintes fatores são considerados determinantes para avaliação da probabilidade de extensão:

- Existência de penalidades contratuais significativas para rescisão antecipada;
- Expectativa de valor residual relevante de benfeitorias realizadas no imóvel arrendado; e
- Custos operacionais de substituição do ativo e histórico de renovação de contratos similares.

A maioria das opções de extensão em arrendamentos de escritórios e veículos não foi incorporada ao prazo do arrendamento, pois a substituição desses ativos pode ser realizada sem custos significativos ou interrupção material das operações.

A mensuração subsequente do passivo de arrendamento é realizada pelo custo amortizado, utilizando a taxa implícita no contrato de arrendamento ou taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário. O passivo é reavaliado quando ocorrem:

- Alterações nos pagamentos futuros decorrentes de revisão de índices ou taxas;
- Mudanças na expectativa de pagamentos relacionados a garantias de valor residual;
- Revisão da avaliação sobre o exercício de opções contratuais (compra, prorrogação ou rescisão); ou
- Modificação contratual que altere substancialmente os pagamentos essencialmente fixos.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	29.543	5.275.794
Adições	1.414	999.553
Baixas	—	(9.933)
Apropriação de juros e variação cambial	3.005	1.120.882
Amortização de principal	(6.532)	(694.340)
Pagamento de juros	(3.015)	(377.269)
Reajuste contratual	44	174.662

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Combinação de negócios	—	20.404
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.459	6.509.753
Adições	287	479.435
Baixas	(206)	(56.981)
Apropriação de juros e variação cambial	2.416	398.716
Amortização de principal	(8.010)	(744.582)
Pagamento de juros	(2.475)	(427.965)
Reajuste contratual	1.674	254.424
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.145	6.412.800
Circulante	9.935	982.991
Não circulante	8.210	5.429.809
	18.145	6.412.800

Os contratos de arrendamento possuem prazos variados, com vencimento final previsto para dezembro de 2058. Os valores são atualizados anualmente com base em índices de inflação (notadamente Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”)) ou indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) ou à CDI, conforme estipulado em cada contrato. Determinados contratos contemplam opções de renovação ou de compra, as quais foram avaliadas conforme critério de “razoavelmente certo” para definição do prazo do arrendamento e mensuração do passivo correspondente.

Além da amortização, da apropriação de juros e da variação cambial apresentadas nos quadros anteriores, os seguintes impactos foram registrados no resultado para os contratos de arrendamento não incluídos na mensuração inicial do passivo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	245.659	71.932
Despesas relativas à arrendamentos de curto prazo	36.345	27.664
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	10.169	10.005
Total	292.173	109.601

Os saldos apresentados referem-se, predominantemente, aos seguintes contratos:

- (i) Rumo Malha Central S.A. (“Malha Central”);
- (ii) aditivo de renovação do contrato com a Rumo Malha Paulista S.A. (“Malha Paulista”); e;
- (iii) unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (*Floating Storage Regasification Unit* – “FSRU”), denominado em moeda estrangeira (dólar dos Estados Unidos).

Nos contratos da Malha Central e da Malha Paulista, foi identificada taxa implícita no arrendamento, a qual foi utilizada para o cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos futuros. O contrato do FSRU, por ser indexado à moeda estrangeira, possui taxa de desconto determinada com base na estrutura a termo da taxa de juros da moeda contratual (USD), com hedge de fluxo de caixa contratado para mitigação da exposição cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 2/2019, a Companhia não incorpora projeções de inflação futura no cálculo do valor presente dos pagamentos de arrendamento. Tal abordagem aplica-se integralmente aos contratos em questão, uma vez que:

- a) as taxas implícitas nos contratos da Malha Central e Malha Paulista já refletem as expectativas de mercado à data da mensuração inicial; e
- b) o contrato do FSRU está denominado em moeda estrangeira, cuja variação cambial é tratada separadamente por meio de instrumento de *hedge*.

Diante das características específicas desses contratos, a Administração avaliou que eventuais diferenças decorrentes da hipotética inclusão de projeções inflacionárias futuras nos cálculos de remensuração não seriam materialmente relevantes a ponto de influenciar as decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras. Portanto, optou-se por não divulgar tal análise quantitativa por falta de materialidade.

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos contratuais futuros, sem dedução de créditos tributários. Os créditos presumidos de PIS e COFINS decorrentes dos pagamentos de arrendamento são reconhecidos separadamente como ativo circulante ou não circulante ("Impostos a recuperar"), na medida em que seja provável sua utilização futura.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos créditos presumidos de PIS e COFINS relacionados aos contratos de arrendamento foi de R\$ 40.242 (R\$ 30.814 em 31 de dezembro de 2024), reconhecidos integralmente no ativo, sem qualquer impacto na mensuração do passivo de arrendamento.

5.6 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de celebração do contrato e, subsequentemente, remensurados a valor justo em cada data de encerramento do balanço patrimonial. O tratamento contábil das variações de valor justo depende da qualificação do derivativo em relação a uma relação de *hedge* documentada, conforme critérios estabelecidos abaixo:

- *Hedge* de valor justo (*fair value hedge*): proteção contra variações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido, ou de compromisso firme não reconhecido;
- *Hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*): proteção contra risco específico associado a fluxos de caixa variáveis de ativo, passivo ou transação prevista altamente provável.

No início de cada relação de *hedge*, a Companhia documenta formalmente:

- A relação econômica de *hedge* entre o instrumento de cobertura e o item protegido;
- O risco específico coberto e a estratégia de gestão de riscos;
- O método para avaliação da eficácia do *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

As variações de valor justo de derivativos são normalmente registradas no resultado, classificadas em "Outras receitas (despesas) financeiras", exceto quando os derivativos são qualificados como *hedge accounting*, sendo registrados na respectiva rubrica do objeto de hedge.

Os derivativos qualificados como *hedge* são classificados como Ativo Circulante ou Passivo Circulante quando o prazo remanescente do item coberto é inferior ou igual a 12 meses contados da data do balanço; caso contrário, são classificados como Ativo Não Circulante ou Passivo Não Circulante. A Companhia avalia a eficácia do *hedge* tanto no início quanto continuamente durante a vigência da relação. Sendo que qualquer inefetividade é registrada no resultado financeiro.

Compensação (*set-off*)

Ativos e passivos financeiros derivativos são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente quando cumulativamente atendidos os seguintes critérios:

- Existência de direito legal incondicional de compensação (não contingente a eventos futuros);
- Aplicabilidade do direito tanto em condições normais de negócio quanto em cenários de inadimplência, insolvência ou falência; e
- Intenção e prática de liquidação líquida ou simultânea das posições.

Mensuração

O valor justo dos derivativos é determinado com base nas seguintes fontes, conforme hierarquia estabelecida pelo CPC 48 (IFRS 13):

- Nível 1: Cotações observáveis em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Técnicas de avaliação que incorporam:
 - (i) Preços de transações recentes em mercados comparáveis;
 - (ii) Ajustes por liquidez e risco de contraparte (*credit valuation adjustment – CVA*);
 - (iii) Projeções de taxas de mercado implícitas na curva de juros ou de câmbio (*forward rates*).

Quando o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, a diferença é reconhecida no resultado do exercício como ganho ou perda de valor justo somente nos casos em que o derivativo seja classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo ou baseado em um método de mensuração que use apenas dados observáveis. Para os demais casos, a diferença deve ser diferida e reconhecida no resultado ao longo do tempo.

No caso de derivativos classificados como passivos financeiros, a Companhia considera também o *debit valuation adjustment* (DVA), que reflete o risco de crédito próprio da entidade na determinação do valor justo.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos, notadamente *swaps*, cujo valor justo é determinado com base em fluxos de caixa descontados utilizando curvas de mercado observáveis, para gestão de exposições aos riscos de câmbio, taxa de juros e inflação. Os derivativos são classificados conforme sua finalidade econômica e qualificação contábil para *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora				Consolidado			
	Nocional		Valor justo		Nocional		Valor justo	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos a termo ⁽ⁱ⁾	—	942.987	—	18.402	(3.082)	1.042.896	(3.498)	28.392
Contratos de opções cambiais	—	—	—	—	328.500	411.000	4.739	3.096
	—	942.987	—	18.402	325.418	1.453.896	1.241	31.488
Derivativos de commodity								
Contrato a termo - NDF	—	—	—	—	8.610	21.174	(5.808)	(7.158)
	—	—	—	—	8.610	21.174	(5.808)	(7.158)
Risco de taxa de câmbio e juros								
Contratos de Swap (juros) ⁽ⁱⁱ⁾	350.000	350.000	14.965	(4.705)	350.000	6.453.930	14.965	(364.783)
Contratos de Swap (juros e câmbio)	8.554.135	13.686.022	(152.998)	1.520.581	18.507.533	20.195.459	(560.354)	1.912.553
Contratos de Swap (juros e inflação)	—	—	—	—	23.329.194	12.247.351	377.611	(246.660)
	8.904.135	14.036.022	(138.033)	1.515.876	42.186.727	38.896.740	(167.778)	1.301.110
Risco de preço da ação								
Contratos de Swap - (TRS) ^(v)	709.561	1.817.821	(360.530)	(1.073.657)	709.561	1.817.821	(360.530)	(1.073.657)
Call Spread ^(iv)	5.594.212	—	119.314	—	5.594.212	4.667.709	119.314	77.341
	6.303.773	1.817.821	(241.216)	(1.073.657)	6.303.773	6.485.530	(241.216)	(996.316)
Total dos instrumentos financeiros			(379.249)	460.621			(413.561)	329.124
Ativo circulante			72.145	18.402			310.981	905.341
Ativo não circulante			134.239	1.547.093			1.956.127	2.893.987
Passivo circulante			(369.813)	(1.074.991)			(1.909.404)	(2.504.117)
Passivo não circulante			(215.820)	(29.883)			(771.265)	(966.087)
Total			(379.249)	460.621			(413.561)	329.124

- (i) A Companhia e suas controladas mantêm contratos a termo de câmbio e/ou opções cambiais para proteção de receitas, despesas e compromissos futuros denominados em moeda estrangeira.
- Para gestão do risco de taxa de juros, a Companhia contratou derivativos com o objetivo de converter parcela da dívida pré-fixada em reais para indexação pós-fixada.
- (ii) Nas operações de swap de juros e inflação, a Companhia assume posição comprada (ativa) em IPCA acrescido de taxa fixa, e posição vendida (passiva) em percentual do CDI.
- (iii) A Companhia e a controlada Rumo realizam operações estruturadas de swap de juros e câmbio, nas quais assumem posição comprada em dólar dos Estados Unidos acrescido de taxa fixa de juros, e posição vendida em percentual do CDI.
- (iv) Para mitigação da exposição às variações do preço das ações da Vale S.A. ("Vale"), a Companhia contratou derivativos de opção.
- (v) A Companhia mantém exposição a riscos decorrentes das variações nos preços das ações da Cosan (ticker CSAN3). Para mitigar tais exposições, a Companhia contratou operações de TRS referentes a 80.085.312 ações da CSAN3. A Companhia recebe, na ponta ativa, a variação do preço da ação e os proventos distribuídos, e paga, na ponta passiva CDI mais spread.

A seguir, demonstramos a abertura dos instrumentos financeiros derivativos de dívidas e não dívida:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Instrumentos financeiros de dívidas	(138.034)	1.534.278	(135.554)	1.319.512
Instrumentos financeiros não dívida	(241.215)	(1.073.657)	(278.007)	(990.388)
	(379.249)	460.621	(413.561)	329.124

Os instrumentos financeiros derivativos relacionados a operações de endividamento são utilizados exclusivamente para fins de cobertura econômica, não constituindo operações com finalidade especulativa.

a) Hedge de valor justo

Por meio de suas controladas, a Companhia adota a contabilidade de *hedge* de valor justo para determinadas operações de endividamento. Existe relação econômica direta entre o item coberto (empréstimo a taxa fixa) e o instrumento de *hedge* (*swap* de taxa de juros/câmbio), com correspondência nos seguintes aspectos:

- Montante nocional equivalente;
- Prazo coincidente; e
- Período de pagamento alinhado.

A Companhia estabelece índice de cobertura próximo a 1:1, considerando a identidade do risco subjacente entre o derivativo e o componente de risco coberto do item protegido. A efetividade do *hedge* é avaliada pelo método da comparação de variações de valor justo, confrontando as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item coberto atribuíveis ao risco protegido.

As principais fontes potenciais de inefetividade identificadas são:

- Redução ou modificação do montante ou prazo do item coberto; e
- Alterações no risco de crédito da Companhia ou das contrapartes dos *swaps*.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

	Controlada	Indexador	Unidade	Nocional	Valor contábil		Valor justo acumulado dos ajustes de hedge	
					31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Hedge risco de câmbio								
Empréstimos, financiamentos e debêntures								
Objeto								
Senior Notes 2028	Rumo	US\$ + 5,30%	BRL	(2.791.600)	(2.575.368)	(2.631.834)	(230.520)	(519.686)
Senior Notes 2032	Rumo	US\$ + 4,20%	BRL	(2.824.075)	(2.570.510)	(2.418.140)	(193.000)	(687.411)
NCE U.S.\$	Rumo	SOFR + 1,30%	BRL	—	—	(25.341)	—	(131.663)
Total					(5.145.878)	(5.075.315)	(423.520)	(1.338.760)

Hedge risco de juros

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Objeto								
BNDÉS Projeto VIII	Comgás	IPCA + 3,25%	BRL	(708.331)	(600.312)	(678.785)	89.242	100.511
14ª Emissão - 1ª Série	Comgás	IPCA + 6,80%	BRL	(300.000)	(280.866)	—	6.401	—
14ª Emissão - 2ª Série	Comgás	IPCA + 6,58%	BRL	(700.000)	(717.294)	—	15.042	—
Debêntures	Rumo	IPCA + 5,62%	BRL	(13.657.901)	(14.220.199)	(9.719.039)	(1.544.982)	(1.851.762)
ACF	Rumo	IPCA + 6,48%	BRL	(467.321)	(494.225)	(299.706)	(11.288)	(13.635)
Finem	Rumo	TLP + 2,06%	BRL	(19.096)	(21.469)	(25.764)	(1.810)	(2.212)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

CCB	Rumo	IPCA + 0,94%	BRL	(898.651)	(814.423)	(874.513)	(78.121)	(63.520)
Total					(17.148.788)	(11.597.807)	(1.525.516)	(1.830.618)

					31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Controlada	Indexador	Unidade	Nocional	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Hedge risco de câmbio								
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap de câmbio e juros								
Senior Notes 2028	Rumo	115% CDI	BRL	2.791.600	2.591.695	2.852.107	2.657.287	2.707.334
Senior Notes 2032	Rumo	106% CDI	BRL	2.824.075	2.612.445	2.801.555	4.039.312	3.926.328
NCE U.S.\$	Rumo	SOFR + 1,30%	BRL	—	—	—	25.341	124.097
Total					5.204.140	5.653.662	6.721.940	6.757.759

Hedge risco de juros								
Instrumentos financeiros derivativos								
BNDES Projeto VIII	Comgás	99,80% CDI	BRL	708.331	621.400	712.630	693.704	795.268
14ª Emissão - 1ª Série	Comgás	90,30% CDI	BRL	300.000	312.530	308.633	—	—
14ª Emissão - 2ª Série	Comgás	88,27% CDI	BRL	700.000	729.019	719.685	—	—
Swap Debêntures	Rumo	104% CDI	BRL	13.657.901	14.412.764	14.027.253	10.016.793	10.377.790
ACF	Rumo	96% CDI	BRL	467.321	499.641	519.387	304.962	318.827
Finem	Rumo	96% CDI	BRL	19.096	21.044	19.207	23.552	22.614
CCB	Rumo	64% CDI	BRL	898.651	822.384	903.152	882.930	946.589
Total					17.418.782	17.209.947	11.921.941	12.461.088

b) Opções a valor justo

Determinados instrumentos financeiros não foram designados em relações de *hedge* contábil documentadas. Para eliminação de assimetria contábil (*accounting mismatch*), a Companhia optou por designar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial, determinados passivos financeiros para mensuração a valor justo por meio do resultado.

Essa designação aplica-se ao próprio passivo financeiro (instrumento de *hedge*), não ao item coberto. As variações de valor justo decorrentes de fatores de mercado (taxa de juros, câmbio) são reconhecidas no resultado do exercício. A parcela da variação atribuível ao próprio risco de crédito da Companhia (*own credit risk*) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como parte de outros resultados abrangentes.

	Indexador	Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
			31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Risco de câmbio						
Objeto						
PPE - BofA (Moove)	SOFR + 1,40%	(100.000)	(549.611)	(620.690)	1.862	(13.554)
NCE - CITI (Moove)	SOFR + 1,30%	(50.000)	(282.516)	(320.606)	976	(4.164)
NCE - HSBC (Moove)	4,52%	(50.000)	(274.252)	—	1.283	—
Senior Notes 2027 (Cosan Lux)	USD + 7,00%	—	—	(2.475.674)	—	(1.540.318)
Export Credit Agreement (Rumo)	EUR + 0,58%	(12.685)	(4.526)	(38.525)	(8)	(713)
Scotiabank 2022 (Compass)	USD + 2,51%	—	—	(1.245.669)	—	3.580
Scotiabank 2023 (Compass)	USD + 4,76%	(749.310)	(828.619)	(926.262)	(625)	5.920
BNP Paribas 2024 (Compass)	EUR + 5,74%	—	—	(523.634)	—	(19.408)
Total			(1.939.524)	(6.151.060)	3.488	(1.568.657)

Risco de juros e inflação						
Objeto						

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

BNDES Projetos VI e VII (Compass)	IPCA + 4,10%	(78.110)	(67.724)	(88.477)	2.844	3.288
BNDES Projeto VIII (Compass)	IPCA + 3,25%	(616.366)	(575.321)	(639.325)	41.068	39.439
BNDES Projeto IX (Compass)	IPCA + 5,74%	(540.992)	(564.266)	(554.820)	46.209	54.110
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	IPCA + 5,74%	(292.893)	(291.576)	(287.962)	19.222	22.242
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	IPCA + 5,74%	(188.050)	(186.576)	(184.883)	9.574	10.864
BNDES Projeto IX - Sub B (Compass)	IPCA + 6,01%	(301.483)	(299.933)	(295.695)	20.339	23.999
4ª emissão - 3ª Série (Compass)	IPCA + 7,36%	—	—	(41.436)	—	718
9ª emissão - 1ª Série (Compass)	IPCA + 5,12%	(500.000)	(575.279)	(512.946)	75.823	88.728
9ª emissão - 2ª Série (Compass)	IPCA + 5,22%	(500.000)	(530.740)	(466.173)	120.271	133.379
11ª emissão - 1ª Série (Compass)	IPCA + 6,38%	(750.000)	(757.552)	(685.420)	58.101	72.780
11ª emissão - 2ª Série (Compass)	IPCA + 6,45%	(750.000)	(739.987)	(662.782)	68.957	85.912
12ª emissão – Série única (Compass)	IPCA + 7,17%	(600.000)	(619.902)	(588.142)	(18.877)	(10.096)
2ª emissão – Série única (Compass)	IPCA + 7,44%	(800.000)	(881.057)	—	3.057	—
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(60.000)	(169.600)	(248.085)	(473)	(59.916)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(788.138)	(755.061)	(63.542)	(96.457)
Total			(7.047.651)	(6.011.207)	382.573	368.990

			Valor contábil	
	Indexador	Nocional	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Risco de câmbio				
Instrumentos derivativos				
PPE - BofA (Moove)	CDI + 0,79%	100.000	10.069	66.125
NCE - CITI (Moove)	CDI + 0,60%	50.000	(9.119)	42.006
NCE - HSBC (Moove)	CDI + 0,50%	50.000	(2.295)	—
Swap Senior Notes 2027 (Cosan Lux)	BRL + 114,66% CDI	—	—	217.523
Swap de câmbio e juros (Rumo)	BRL + 108% CDI	12.685	6.000	12.253
Scotiabank 2022 (Compass)	CDI + 1,20%	—	—	95.971
Scotiabank 2023 (Compass)	CDI + 1,30%	749.310	69.736	169.185
BNP Paribas 2024 (Compass)	CDI + 1,30%	—	—	55.805
Total			74.391	658.868
Risco de juros e inflação				
Instrumentos derivativos				
BNDES Projetos VI e VII (Compass)	87,50% CDI	78.110	(3.048)	(3.332)
BNDES Projeto VIII (Compass)	82,94% CDI	616.366	(42.744)	(39.834)
BNDES Projeto IX (Compass)	98,90% CDI	540.992	33.502	1.394
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	95,55% CDI	292.893	1.745	(14.383)
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)	92,35% CDI	188.050	783	(8.929)
BNDES Projeto IX - Sub B (Compass)	98,49% CDI	301.483	1.149	(15.994)
4ª emissão - 3ª Série (Compass)	112,49% CDI	—	—	3.203
9ª emissão - 1ª Série (Compass)	109,20% CDI	500.000	37.108	5.192
9ª emissão - 2ª Série (Compass)	110,60% CDI	500.000	(7.512)	(39.535)
11ª emissão - 1ª Série (Compass)	100,45% CDI	750.000	(37.594)	(71.755)
11ª emissão - 2ª Série (Compass)	99,70% CDI	750.000	(48.653)	(84.963)
12ª emissão – Série única (Compass)	95,66% CDI	600.000	44.360	10.424
2ª emissão – Série única (Compass)	97,40% CDI	800.000	(14.363)	—
Debêntures (Rumo)	107% CDI	60.000	24.126	60.419
Debêntures (Rumo)	103% CDI	600.000	179.919	130.505
Total			168.778	(67.588)

c) Hedge de fluxo de caixa

Compass

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

A controlada indireta Edge Comercialização S.A. ("Edge") realizou operações de venda de gás natural com preços indexados ao Brent. Para mitigar a exposição à volatilidade desse indexador, a Edge designou formalmente tais contratos como relações de *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*).

A controlada indireta Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo ("TRSP") adotou a contabilidade de *hedge* para se proteger contra a variabilidade de caixa decorrente do risco cambial. A estratégia consiste em utilizar um passivo de arrendamento em dólares, já contratado, como proteção para receitas futuras altamente prováveis, também em dólares, projetados para um horizonte de 20 anos, com vencimento em 2043.

Os ganhos e perdas efetivos de *hedge* são reconhecidos inicialmente em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado do exercício quando os fluxos de caixa *hedged* ocorrerem efetivamente.

Rumo

Com o objetivo de mitigar os efeitos da volatilidade cambial sobre os fluxos de caixa futuros altamente prováveis, a controlada Rumo contratou instrumentos financeiros derivativos, na forma de *swaps* cambiais, e efetuou a designação de *hedge* de fluxo de caixa. A relação de *hedge* foi documentada no início da operação, com demonstração de eficácia prospectiva e avaliação retrospectiva subsequente. Os efeitos do *hedge* são reconhecidos no patrimônio líquido, em "Outros Resultados Abrangentes", e reclassificados para o resultado do período quando os fluxos de caixa *hedged* ocorrerem efetivamente.

O impacto dos itens protegidos por *hedge* no balanço patrimonial é apresentado abaixo:

	Controlada	Risco	Unidade	Nocional	Valor contábil	
					31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Instrumento financeiro						
Futuro	Edge	Preço	BRL	2.596	(4.654)	—
Arrendamentos	TRSP	Câmbio	BRL	3.409.281	(208.509)	(446.224)
Swap de câmbio e juros	Rumo	Câmbio	BRL	1.044.127	(109.510)	—
Total					(322.673)	(446.224)
(-) Tributos diferidos					109.709	151.716

O efeito do *hedge* de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

		Saldo em 1º de janeiro de 2025	Designações	Realizações		Inefetividade	Saldo em 31 de dezembro de 2025
				Receita	Custo	Resultado financeiro	
Instrumento financeiro							
NDF de commodities	Edge	—	(17.742)	—	9.027	4.061	(4.654)
Arrendamentos	TRSP	(446.224)	224.319	11.666	—	1.730	(208.509)
Swap de câmbio e juros	Rumo	—	(169.196)	—	59.686	—	(109.510)
Total		(446.224)	37.381	11.666	68.713	5.791	(322.673)

As fontes de inefetividade na contabilização de *hedge*, embora historicamente imateriais, podem decorrer dos seguintes fatores:

1. Desalinhamentos temporais entre os fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

2. Uso de índices de referência distintos, resultando em curvas de risco diferenciadas entre os itens protegidos e os instrumentos de *hedge*;
3. Efeitos distintos do risco de crédito das contrapartes e da própria entidade na variação do valor justo dos instrumentos de *hedge* e dos itens protegidos;
4. Mudanças nas projeções dos fluxos de caixa esperados dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*.

A Companhia monitora continuamente as fontes de inefetividade, utilizando análises quantitativas e qualitativas para avaliar os impactos no valor justo e na eficácia do *hedge*. Essas práticas estão alinhadas com as políticas contábeis e de tesouraria.

5.7 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são reconhecidas quando a Cosan tem direito incondicional a contraprestação pela transferência de bens ou serviços ao cliente (direito a contraprestação incondicional). São mensuradas inicialmente ao valor justo da contraprestação a receber, geralmente equivalente ao valor da transação, ajustado por:

- Descontos comerciais concedidos;
- Devoluções esperadas (direito de devolução do cliente);
- Componentes de financiamento significativos (ajuste pelo valor presente quando o prazo de pagamento excede 12 meses).

Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado aplicando o método da taxa efetiva de juros.

Perdas de crédito esperadas (*Expected Credit Losses – ECL*)

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas utilizando abordagem de perdas esperadas em estágios:

- Estágio 1: Contas a receber com risco de crédito não aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial — provisão calculada com base nas perdas de crédito esperadas nos próximos 12 meses;
- Estágios 2 e 3: Contas a receber com risco de crédito aumentado significativamente ou em inadimplência — provisão calculada com base nas perdas de crédito esperadas durante toda a vida útil remanescente do ativo.

Os recebíveis são agrupados em *pools* homogêneos com base em características de risco de crédito similares (segmento de cliente, prazo de pagamento, histórico de inadimplência e setor econômico). As taxas de perda são determinadas com base em:

- Histórico observado de perdas de crédito em períodos anteriores;
- Ajustes para refletir condições atuais (ex.: deterioração do setor do cliente); e
- Previsões razoáveis e sustentáveis de condições econômicas futuras (ex.: PIB, taxa de desemprego, ambiente regulatório).

A provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesa de vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Mercado interno	3.099.186	3.220.315
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	760.602	853.993
Mercado externo - moeda estrangeira	79.358	134.127
	3.939.146	4.208.435
Provisão para perdas de crédito esperadas	(269.983)	(212.701)
	3.669.163	3.995.734
Circulante	3.520.278	3.730.364
Não circulante	148.885	265.370
	3.669.163	3.995.734

- (i) A receita não faturada refere-se à parte estimada do fornecimento e comercialização de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A vencer	3.393.659	3.615.094
Vencidas		
Até 30 dias	224.168	280.392
De 31 a 60 dias	44.869	74.817
De 61 a 90 dias	28.226	27.198
Mais de 90 dias	248.224	210.934
Provisão para perdas de crédito esperadas	(269.983)	(212.701)
	3.669.163	3.995.734

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(161.108)
Combinação de negócios	(17.606)
Adições/reversões	(54.882)
Baixas	20.895
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(212.701)
Combinação de negócios	(715)
Adições/reversões	(94.974)
Variação cambial	1.253
Baixas	37.154
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(269.983)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas em condições contratuais previamente acordadas. Os saldos pendentes ao final do exercício não são garantidos, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas em nenhuma conta a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período, é realizada uma análise da recuperabilidade dos valores e contas a receber e, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão foi reconhecida.

A Companhia mantém um Acordo de Compartilhamento de Custos que disciplina o compartilhamento de atividades e despesas, juntamente com as diretrizes de reembolso e outros termos comerciais para a alocação de despesas do grupo. Essas despesas são classificadas como transações *intercompany*.

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. e suas controladas	3.278	5.241	70.001	72.518
Rumo S.A. e suas controladas	21.324	25.706	—	—
CLI Sul S.A.	10	10	14.431	19.458
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	4.309	14.164	—	—
Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas	15.207	18.561	—	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	14.286	14.286
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	—	—	49.397	36.985
Radar Gestão de Investimentos S.A.	1.299	564	1.299	565
Radar	1.017	1.885	—	—
Outros	325	239	501	6.373
	46.769	66.370	149.915	150.185
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	49.634	45.173	49.634	45.173
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	21.433	—	—	—
Cosan Luxembourg S.A.	—	2.556	—	—
Outros	—	—	—	1.705
	71.067	47.729	49.634	46.878
Total do ativo circulante	117.836	114.099	199.549	197.063
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	8.333	21.438
	—	—	8.333	21.438
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	—	28.864	—	26.920

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	102.476	109.550	—	—
Ligga S.A.	—	154.468	—	154.468
CLI Sul S.A.	—	—	12.000	—
Outros	—	—	15	—
	102.476	292.882	12.015	181.388
Total do ativo não circulante	102.476	292.882	20.348	202.826
Recebíveis de partes relacionadas	220.312	406.981	219.897	399.889
	Controladora 31 de dezembro de 2025 31 de dezembro de 2024		Consolidado 31 de dezembro de 2025 31 de dezembro de 2024	
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. e suas controladas	5.585	8.176	164.788	303.656
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	95	8.149
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	—	—	43.607	45.119
Compass Gás e Energia S.A. e suas	518	—	—	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	53	—	—	—
Outros	328	64	315	1.932
	6.484	8.240	208.805	358.856
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	110.186	56.478	111.548	57.554
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	13.914	—	—	—
Cosan Overseas Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	35.554	40.012	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	67.424	105.890	—	—
Outros	—	—	563	—
	227.078	202.380	112.111	57.554
Total do passivo circulante	233.562	210.620	320.916	416.410
Passivo não circulante				
Operações comerciais				
Outros	87	—	88	—
	87	—	88	—
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	617.920	591.491	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.008.376	3.342.012	—	—
Cosan Overseas Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.770.458	3.117.823	—	—
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	1.078	1.078	1.078	1.078
	5.397.832	7.052.404	1.078	1.078
Total do passivo não circulante	5.397.919	7.052.404	1.166	1.078
Pagáveis a partes relacionadas	5.631.481	7.263.024	322.082	417.488

- (i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen S.A e suas controladas são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

O passivo circulante representa reembolso à Raízen S.A. e suas controladas, referente a despesas relacionadas a disputas judiciais e outras responsabilidades, geradas antes da formação da *joint venture*, e que são de responsabilidade da Cosan S.A.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações, e foram transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, oriundos da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. ("Esso") em 2008, que não foram aportados na formação da Raízen.
- (iii) Essas operações servem como meio de transferência de recursos da Companhia para as controladas, que são as titulares dos *Senior Notes* e responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nesses saldos passivos referem-se à constituição de mútuo decorrente da transferência da dívida do *Senior Notes due 2029* e à variação cambial, que incidiu sobre as operações de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") existentes entre a Companhia e as controladas Cosan Lux e Cosan Overseas Limited ("Cosan Overseas").

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em		Doze meses findo em	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	—	—	583.567	1.294.971
CLI Sul S.A.	—	—	12.629	12.375
Outros	—	—	1.183	46.350
	—	—	597.379	1.353.696
Compra de produtos / insumos / serviços				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	(1.133)	(45)	(2.475.506)	(3.129.874)
Termaq - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	(49.835)	—
Outros	—	—	—	(4.544)
	(1.133)	(45)	(2.525.341)	(3.134.418)
Receitas (despesas)				
Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas	66.214	102.032	—	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	8.846	6.576	—	—
Raízen S.A. e suas controladas	(1.988)	(5.352)	(97.702)	(30.156)
Rumo S.A. e suas controladas	50.890	26.497	—	—
Radar	—	1.881	—	—
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	—	—	(134.820)	—
Outros	3.522	(8)	118	(22)
	127.484	131.626	(232.404)	(30.178)
Resultado financeiro				
Cosan Luxembourg S.A.	168.580	(1.139.998)	—	—
Cosan Overseas Limited	118.549	(912.722)	—	—
Raízen S.A. e suas controladas	(22.197)	—	(22.197)	—
Moove Lubrificantes Limited	(4)	—	—	—
Liqqa S.A.	10.410	—	10.410	—
Outros	—	4.818	—	4.808
	275.338	(2.047.902)	(11.787)	4.808
Total	401.689	(1.916.321)	(2.172.153)	(1.806.092)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

- (i) O montante refere-se substancialmente à compra de combustíveis e à prestação de serviços de transporte logístico pela controlada Rumo.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseada em ações. Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2025.

A seguir apresentamos o resultado da Controladora e consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de		Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	69.789	52.437	196.334	175.487
Transações com pagamentos baseados em ações	22.301	51.587	37.492	67.569
Benefícios pós-emprego	221	534	2.642	2.369
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	—	1.645	—	1.645
Outros benefícios de longo prazo	—	—	9.545	5.981
Total	92.311	106.203	246.013	253.051

5.9 Fornecedores

Política contábil:

Os saldos de fornecedores correspondem aos seus valores justos, em virtude da sua natureza de curto prazo, e são geralmente pagos entre 30 e 90 dias do reconhecimento.

A seguir, são apresentados os saldos de fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores de materiais e serviços	870	2.900	3.284.618	4.205.516
Fornecedores de gás, transporte de gás e logística	—	—	812.884	982.333
	870	2.900	4.097.502	5.187.849
Circulante	870	2.900	4.078.511	5.168.593
Não circulante	—	—	18.991	19.256
Total	870	2.900	4.097.502	5.187.849

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Ativo e passivo financeiro setorial

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

As agências reguladoras das controladas indiretas:

- Comgás e Necta Gás Natural S.A. ("Necta"), reguladas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo ("ARSESP") por meio da Deliberação nº 1.010.
- Compagas, regulada pela Agência Reguladora do Paraná ("AGEPAR") por meio da Resolução 028/2022.
- Sulgás regulada pela AGERGS por meio da Resolução 072/2025.

Fundamentada nas deliberações/resoluções citadas, a controlada Compass concluiu que não há incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras obtido pela diferença entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, gerando um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial (iv)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	548.700	(1.810.698)	(1.261.998)
Custo do gás (i)(ii)	(12.437)	(2.210)	(14.647)
Créditos tributários	—	(65.710)	(65.710)
Juros e atualização monetária (iii)	71.981	(161.621)	(89.640)
Diferimento do IGP-M	117.418	—	117.418
Combinação de negócios	5.980	—	5.980
Saldo em 31 de dezembro de 2024	731.642	(2.040.239)	(1.308.597)
Custo do gás (i)(ii)	(51.483)	(38.931)	(90.414)
Créditos tributários	—	(29.025)	(29.025)
Diferimento residencial (iv)	52.092	—	52.092
Juros e atualização monetária (iii)	45.821	(157.066)	(111.245)
Diferimento do IGP-M (v)	(49.118)	—	(49.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	728.954	(2.265.261)	(1.536.307)
Circulante	338.332	(96.719)	241.613
Não circulante	390.622	(2.168.542)	(1.777.920)
Total	728.954	(2.265.261)	(1.536.307)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Em 24 de abril de 2025 a AGERGS, pela DRE nº 79/2025 deferiu sobre os seguintes temas relacionados a revisão tarifária do exercício de 2024: (i) Inclusão do IRPJ e CSLL no cálculo da margem bruta; e (ii) Recálculo da parcela da retroatividade. A partir da reavaliação desses temas a Sulgás reconheceu um impacto no ativo financeiro setorial de curto prazo no montante de R\$ 93.060.
- (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- (iv) Conforme Deliberação ARSESP nº 1.709, de 09 de setembro de 2025, o segmento residencial individual teve a aplicação de margens reduzidas, em substituição às originalmente previstas para o novo ciclo tarifário, até 09 de dezembro de 2026. Em razão dessas tarifas reduzidas, a Companhia passou a registrar contabilmente o diferimento referente à diferença entre as tarifas cobradas dos usuários e aquelas que foram definidas no quadro tarifário da revisão ordinária. Referida diferença será adicionada às tarifas vigentes a partir de 10 de dezembro de 2026.
- (v) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecido no ativo não circulante, conforme Deliberação ARSESP nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão da Comgás em 01 de outubro de 2021. A partir da Deliberação ARSESP nº 1.709, de 09 de setembro de 2025, referido diferimento passou a ser incluído na tarifa cobrada dos clientes e será amortizado até o final do ciclo tarifário vigente.

Em 23 de fevereiro de 2026, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 1.776, que define os critérios para a destinação aos usuários dos valores auferidos pelas concessionárias de gás canalizado, decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessões. Essa deliberação não gera impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, uma vez que a Companhia entende que os desembolsos de caixa ocorrerão após doze meses.

5.11 Mensuração de valor justo reconhecido

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Política contábil:

O valor justo é o preço que seria obtido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A avaliação do valor justo pressupõe que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. A Companhia deve ter acesso ao mercado principal ou mais vantajoso.

A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo baseia-se nas premissas que os participantes do mercado utilizariam para definir o preço, presumindo que atuam em seu melhor interesse econômico.

Para ativos não financeiros, a mensuração do valor justo considera a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante que o utilizaria para o mesmo fim.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é, geralmente, o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Quando o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, a diferença é reconhecida no resultado do exercício como ganho ou perda de valor justo somente nos casos em que o derivativo seja classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo ou baseado em um método de mensuração que use apenas dados observáveis. Para derivativos classificados nos Níveis 2 ou 3, a diferença deve ser diferida e reconhecida no resultado ao longo do tempo.

Todos os ativos e passivos mensurados ou divulgados pelo valor justo nas demonstrações financeiras são classificados dentro da hierarquia de valor justo, conforme descrito a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais as informações não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (como preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia utiliza dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- Uso de preços de mercado cotados;
- Valor justo calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante utilizada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar *swaps* de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos *spreads* de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e
- Para outros instrumentos financeiros, análise do fluxo de caixa descontado.

Avaliadores externos podem ser envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos, como propriedades para investimento, ativos financeiros não cotados e contraprestação contingente.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia define classes de ativos e passivos com base em sua natureza, características e riscos envolvidos, bem como no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado anteriormente.

Os saldos contábeis de ativos e passivos financeiros de curto prazo não diferem significativamente de seu valor justo. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

	Nota	Saldo contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos									
Aplicações em fundos de investimento	5.2	2.525.668	2.122.442	—	2.525.668	—	—	2.122.442	—
Títulos e valores mobiliários	5.3	2.992.593	3.386.301	307.177	2.685.416	—	—	3.386.301	—
Outros ativos financeiros		5.805	4.495	5.805	—	—	4.495	—	—
Propriedades para investimentos ⁽ⁱ⁾	11.5	18.221.781	16.818.919	—	—	18.221.781	—	—	16.818.919
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	2.267.108	3.799.328	—	2.267.108	—	—	3.799.328	—
Total		26.012.955	26.131.485	312.982	7.478.192	18.221.781	4.495	9.308.071	16.818.919
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(64.227.131)	(66.455.426)	—	(64.136.362)	—	—	(28.294.034)	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(2.680.669)	(3.470.204)	—	(2.680.669)	—	—	(3.470.204)	—
Outras contas a pagar ⁽ⁱⁱ⁾		(11.854)	(12.362)	—	—	(11.854)	—	—	(12.362)
Total		(66.919.654)	(69.937.992)	—	(66.817.031)	(11.854)	—	(31.764.238)	(12.362)

- (i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade) e, em certa medida, baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias,

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT"). A taxa de desconto utilizada foi de 9,25% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (6,06% a.a. a 10,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

- (ii) Refere-se à contraprestação contingente (*earn-out*) negociada no processo de aquisição da subsidiária indireta Biometano Verde Paulínia, mensurada a valor justo por meio de técnica de avaliação baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados. A mensuração considera a atualização monetária prevista contratualmente.

Para as dívidas que possuem valor de mercado cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (*Luxembourg Stock Exchange*, ou "LuxSE"), a mensuração do valor justo se baseia no preço de mercado cotado da seguinte forma:

Dívida	Empresa	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Senior Notes due 2028	Rumo Luxembourg S.à r.l.	99,98%	97,32%
Senior Notes due 2032	Rumo Luxembourg S.à r.l.	92,04%	84,30%
Senior Notes due 2027 ⁽ⁱ⁾	Cosan Luxembourg S.A.	—	99,63%

- (i) A dívida foi liquidada em 14 de março de 2025. Para maiores informações, consulte a Nota 2.2.2.

5.12 Gestão de risco financeiro

Esta nota explana a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro. ii. Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade.	Swap de taxa de juros.
Risco de mercado – preço	i. Transações comerciais futuras. ii. Investimento em valores mobiliários.	i. Fluxo de caixa projetado. ii. Análise de sensibilidade.	i. Preço futuro de <i>commodity</i> . ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	i. Análise por vencimento. ii. <i>Ratings</i> de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resulta no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, e à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensurados ao valor justo. Tal opção é irrevogável e deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Risco cambial

A Companhia apresenta a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros e libra esterlina, para as empresas com moeda funcional reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	649.107	1.861.070
Títulos e valores mobiliários	97.005	—
Contas a receber	71.555	35.807
Fornecedores	(417.312)	(691.312)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.949.122)	(24.263.167)
Passivos de arrendamentos	(2.043.650)	(2.121.304)
Contraprestação a pagar	(195.057)	(246.256)
Instrumentos financeiros derivativos	14.851.873	22.576.441
Exposição cambial, líquida	(2.935.601)	(2.848.721)

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, no vencimento das transações, conforme apresentado a seguir:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	850	159.574	318.297	(157.873)	(316.597)
Títulos e valores mobiliários	Baixa cambial	(42)	24.113	48.268	(24.197)	(48.352)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	(23)	17.754	35.457	(18.066)	(35.813)
Fornecedores	Alta cambial	124	(103.403)	(206.380)	103.433	206.733
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	6.720	(3.982.846)	(7.969.185)	3.986.877	7.973.216
Passivos de arrendamentos	Alta cambial	894	(509.795)	(1.020.484)	511.583	1.022.272
Contraprestação a pagar	Alta cambial	85	(48.658)	(97.401)	48.828	97.571
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	119.237	3.776.424	7.625.727	(4.245.617)	(7.943.997)
Impactos no resultado antes dos impostos		127.499	(470.764)	(873.209)	8.203	561.849
Impactos no resultado abrangente		346	(196.073)	(392.492)	196.765	393.184

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio

	31 de dezembro de 2025	Cenários				
		Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	3.576.657	4.470.822	5.364.985	2.682.494	1.788.328
Títulos e valores mobiliários	352.503	440.663	528.754	264.412	176.251
Caixa restrito	30.755	38.444	46.133	23.066	15.378
Arrendamento e concessão parcelados	(109.119)	(136.439)	(163.678)	(81.879)	(54.559)
Passivos de arrendamento	(507.078)	(523.354)	(539.617)	(490.814)	(474.517)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.911.889)	(3.451.774)	(4.243.945)	(1.489.407)	(481.098)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.138.321)	(4.991.523)	(5.964.416)	(3.095.361)	(2.132.787)
Outros passivos financeiros	(136.118)	(170.147)	(204.177)	(102.088)	(68.059)
Obrigação com recompra de participação em controladas	(632.368)	(787.705)	(938.046)	(487.023)	(336.682)
Passivo decorrente de financiamento com garantia de ações	(447.736)	(555.305)	(660.524)	(344.867)	(239.649)
Impactos no resultado antes dos impostos	(4.922.714)	(5.666.318)	(6.774.531)	(3.121.467)	(1.807.394)

Parte do valor apresentado nos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao *Total Return Swap (TRS)*:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Instrumentos financeiros derivativos	(48.816)	(61.038)	(73.224)	(36.630)	(24.408)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme apresentado a seguir:

	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
SELIC	13,54%	16,93%	20,31%	10,16%	6,77%
CDI	13,44%	16,80%	20,16%	10,08%	6,72%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	9,90%	12,13%	14,35%	7,68%	5,45%
TJLP	8,90%	11,13%	13,35%	6,68%	4,45%
IPCA	4,12%	5,15%	6,18%	3,09%	2,06%
IGPM	3,81%	4,76%	5,71%	2,86%	1,90%
Fed Funds	3,00%	3,75%	4,50%	2,25%	1,50%
SOFR	2,74%	3,43%	4,12%	2,06%	1,37%
CPI	2,60%	3,25%	3,90%	1,95%	1,30%

Risco de preço

- Gás natural**

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Derivativo de <i>commodities</i>	Variação no preço U.S.\$ / bbl	8.610	1.042	2.084	(1.042)	(2.084)

- Opções**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, denominados opções, para limitar sua exposição às variações no valor das ações de Vale, objeto de opção de compra. A metodologia empregada, e amplamente aceita, para calcular o valor justo das opções é baseada no modelo de precificação de Black & Scholes. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções, conforme a valorização ou desvalorização das ações. A Companhia efetuou a liquidação do call spread em 08 e 09 de janeiro de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Instrumento	Participação	Cenários				
		Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
VALE3 (Call Spread)	1,34%	119.314	263.316	453.659	(12.028)	(36.900)

Opção de compra ("Call")

A Companhia possui uma opção de compra que lhe confere o direito de recomprar a totalidade das ações preferenciais da Cosan Nove podendo ser exercida a partir do terceiro ano após a celebração dos respectivos acordos, em dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2025, a opção de compra estava fora do preço.

Opção de venda contingente

No acordo de acionistas celebrado em dezembro de 2022, entre a Companhia e o banco Itaú, referentes à emissão de ações preferenciais da Cosan Nove, foi definido que a instituição financeira possui uma opção de venda contingente, exercível somente quando ocorrerem os efeitos materiais adversos específicos previstos em contrato. Esses efeitos estão sob o controle da Companhia e, portanto, não constituem uma obrigação financeira.

O preço de exercício da opção é calculado com base no valor do investimento inicial, corrigido por uma taxa de CDI + *spread*, deduzido os dividendos recebidos pelo acionista não controlador nesse período. Em 31 de dezembro de 2025, o preço de exercício dessa opção é R\$ 2.488.636.

• Total return swap

O plano de recompra de ações em tesouraria expõe a Companhia a riscos decorrentes das variações nos preços das ações da Cosan (ticker CSAN3). Para mitigar tais exposições, a Companhia contratou operações de TRS referentes a 80.085.312 ações da CSAN3. A Companhia recebe, na ponta ativa, a variação do preço da ação e os proventos distribuídos, e paga, na ponta passiva CDI + *spread*.

A análise de sensibilidade considera o preço de fechamento das ações, conforme demonstrado abaixo:

Instrumento	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
TRS CSAN3	(377.969)	106.527	212.253	(105.726)	(212.253)
Valor da ação (CSAN3)	5,32	5,32	7,98	3,99	2,66

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia a expõem a potenciais inadimplências quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir seus compromissos financeiros ou outros. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	27.243.683	16.903.542
Contas a receber de clientes	3.669.163	3.995.734
Títulos e valores mobiliários	2.685.417	3.386.301
Caixa restrito	228.768	174.303
Garantias financeiras	2.620.840	2.761.254
Instrumentos financeiros derivativos	2.267.108	3.799.328
Recebíveis de partes relacionadas	219.897	399.889
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	35.410	153.548
Outros ativos financeiros	5.805	4.495
Total	38.976.091	31.578.394

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos, principalmente, em títulos públicos e outros investimentos bancários. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, em conformidade com a política da Companhia.

A Companhia e suas controladas adotam políticas estruturadas de avaliação de risco de crédito para a celebração de contratos de arrendamento e para vendas parceladas de propriedades para investimento.

Nos arrendamentos, a análise inclui a avaliação da capacidade econômico-financeira dos potenciais arrendatários, com base em indicadores de liquidez, alavancagem e geração de caixa, além de consultas cadastrais e referências de mercado. A carteira é composta majoritariamente por empresas de grande porte e reconhecida solidez no setor agroindustrial, com contratos de médio e longo prazo (entre 3 e 30 anos), o que tem resultado historicamente em baixa incidência de perdas.

Nas vendas parceladas, o risco é mitigado por meio de avaliação de crédito realizada por empresa especializada, complementada por análise interna. A imissão na posse ocorre somente após o recebimento do pagamento inicial, e a transferência da propriedade é efetivada exclusivamente após a quitação integral do preço, reduzindo substancialmente a exposição à inadimplência.

Os investimentos de fundos excedentes são realizados apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada uma. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, consequentemente, mitigar a perda financeira decorrente da falha da contraparte em efetuar pagamentos.

O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
AAA	23.289.686	22.706.407
AA	9.037.928	803.935
A	—	571.942
Not rated	97.362	181.190
Total	32.424.976	24.263.474

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia para administrar a liquidez consiste em assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos nos respectivos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia, classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados), são os seguintes:

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.374.410)	(9.748.954)	(43.246.192)	(58.220.334)	(118.589.890)	(64.570.345)
Fornecedores	(4.078.511)	(18.991)	—	—	(4.097.502)	(10.670.813)
Outros passivos financeiros	(1.096.884)	—	—	—	(1.096.884)	(770.103)
Parcelamento de débitos tributários	(14.977)	(10.428)	(1.995)	(228.318)	(255.718)	(454.885)
Passivos de arrendamento	(1.099.642)	(1.078.819)	(1.292.243)	(20.529.560)	(24.000.264)	(20.948.336)
Arrendamento e concessão parcelados	(233.582)	(229.938)	(454.126)	(188.480)	(1.106.126)	(1.281.108)
Pagáveis a partes relacionadas	(320.916)	(1.166)	—	—	(322.082)	(416.410)
Dividendos a pagar	(226.484)	—	—	—	(226.484)	(96.722)
Contraprestação a pagar	(9.629)	(9.629)	(31.089)	(104.964)	(155.311)	(185.622)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.019.375)	(1.221.626)	(979.747)	13.021.596	7.800.848	6.528.439
Passivos financeiros setoriais ⁽ⁱ⁾	(96.719)	—	—	—	(96.719)	(64.718)
Obrigação de recompra de ações de controlada	—	—	—	(4.000.000)	(4.000.000)	—
Passivo decorrente de financiamento com garantia de ações	—	(3.225.338)	—	—	(3.225.338)	—
	(17.571.129)	(15.544.889)	(46.005.392)	(70.250.060)	(149.371.470)	(92.930.623)

- (i) A Companhia mantém, por meio de sua controlada indireta Comgás, um passivo setorial classificado no passivo não circulante. Este passivo decorre de obrigações regulatórias específicas do setor de distribuição de gás natural.

Devido à incerteza quanto ao prazo exato de pagamento dessas obrigações, o passivo não foi incluído na calendarização de vencimento. A Companhia reconhece este passivo em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, aguardando definição regulatória para determinar o cronograma de liquidação.

d) Risco de gestão de capital

A Companhia administra a estrutura de capital, ajustando-a de acordo com as mudanças nas condições econômicas e os requerimentos dos *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar essa estrutura, a Companhia pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reduzir o capital social ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital, principalmente, por meio dos índices de cobertura de serviço da dívida, bem como da alavancagem, calculada como a relação entre a dívida líquida sobre EBITDA.

A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança de suas controladoras, credores e do mercado, e assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital do Grupo busca, entre outros aspectos, assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

5.13 Obrigação de recompra de ações de controlada

Política contábil:

A Companhia reconhece como passivo financeiro as obrigações contratuais, legais ou estatutárias de recompra de participações societárias em controladas quando não possui direito incondicional de evitar a saída de recursos para seu cumprimento. Tais obrigações decorrem, tipicamente, de cláusulas contratuais de *put option*, que conferem aos sócios minoritários o direito de exigir a recompra de suas participações.

Quando a obrigação de recompra for exigível em data certa ou determinável e seu valor puder ser mensurado com base em critério objetivo, a Companhia classifica-a integralmente no passivo — circulante ou não circulante conforme o prazo de vencimento.

Para fins de apresentação, as obrigações de recompra são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorrer até doze meses após a data do balanço patrimonial, e no passivo não circulante nos demais casos. Em nenhuma hipótese é admitida a compensação (set-off) entre a obrigação de recompra e o investimento mantido na controlada.

O passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado. Esse cálculo considera o saldo devedor da contribuição inicial, atualizado por índices financeiros, deduzido dos dividendos pagos, igualmente atualizados.

	31 de dezembro de 2025
Saldo em 1º de janeiro de 2025	—
Adição	4.000.000
Custo de captação	(157.684)
Atualização de juros	2.332
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (Nota explicativa 2.1.10)	3.844.648

6 Outros tributos a recuperar

Política contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem, principalmente: (i) efeitos fiscais reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) valores a receber de impostos, os quais se espera que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
COFINS	3.698	3.699	613.487	551.156
PIS	1	1	143.765	114.956
Créditos tributários	35.278	35.177	35.278	35.177
ICMS	—	—	1.496.925	1.105.839
ICMS CIAP	—	—	377.743	289.615
Outros	1.579	1.664	171.513	123.946
	40.556	40.541	2.838.711	2.220.689
Circulante	5.278	5.364	1.022.881	886.136
Não circulante	35.278	35.177	1.815.830	1.334.553
Total	40.556	40.541	2.838.711	2.220.689

7 Estoques

Política contábil:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, entendido como o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão de obra direta e uma proporção adequada dos custos indiretos de fabricação, variáveis e fixos. Os custos indiretos fixos são alocados com base na capacidade operacional normal da instalação fabril.

Os custos são atribuídos aos itens de estoque pelo método do custo médio.

Quando o valor realizável líquido de determinados itens de estoque é inferior ao seu custo, o estoque é reduzido diretamente ao valor realizável líquido, com o reconhecimento imediato da perda no resultado do período. Essa redução abrange riscos associados à obsolescência, deterioração física ou outros fatores que comprometam a realização econômica do estoque. As perdas por redução ao valor realizável líquido podem ser revertidas em exercícios subsequentes caso as condições que as originaram deixem de existir.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Produtos acabados	1.511.903	1.664.235
Peças e acessórios	191.238	207.794
Materiais para construção	202.175	193.450
Almoxarifado e outros	63.942	7.426
	1.969.258	2.072.905

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 35.552 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 38.449 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

8 Ativos e passivos mantidos para venda

Política contábil:

A Companhia classifica os ativos não circulantes e os grupos para alienação como mantidos para venda quando seus valores contábeis são recuperados, principalmente, por meio de uma transação de venda, e não por seu uso contínuo. Os ativos não circulantes e os grupos para alienação classificados como mantidos para venda (exceto propriedades para investimento mensuradas ao valor justo) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos os custos de venda. Os custos de venda correspondem aos custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um ativo (ou grupo de alienação), excluindo despesas financeiras e despesas de imposto de renda.

O critério para classificação como mantidos para venda é considerado satisfeito somente quando a venda for altamente provável e o ativo ou grupo para alienação estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. As ações necessárias para concluir a venda devem indicar que é improvável que ocorram mudanças significativas na venda ou que a decisão de venda seja revogada. Para que um ativo seja classificado como disponível para venda, a administração deve estar comprometida com o plano de venda.

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial.

a) Composição e movimentação dos ativos mantidos para venda:

• Movimento de ativos mantidos para venda

	Controladora		
	Recebíveis de partes relacionadas	Investimentos em subsidiárias e associadas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	2.998	—	2.998
Adições	3.138	—	3.138
Baixas	(5.172)	—	(5.172)
Transferência	—	795.247	795.247
Saldo em 31 de dezembro de 2024	964	795.247	796.211
Adições	8.302	—	8.302
Baixas	(6.899)	—	(6.899)
Impairment ⁽ⁱ⁾	—	(265.880)	(265.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.367	529.367	531.734

	Consolidado		
	Propriedades mantidas para venda	Outros ativos mantidos para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	342.392	1.795.773	2.138.165
Adições	280	60.792	61.072
Transferências	437.080	745	437.825
Venda de propriedades agrícolas destinadas a venda	(746.774)	—	(746.774)
Venda de investimento	—	(911.500)	(911.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.978	945.810	978.788
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	50.403	(28.927)	21.476
Venda de propriedades agrícolas destinadas a venda	(82.216)	—	(82.216)
Impairment ⁽ⁱ⁾	—	(265.880)	(265.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.165	651.003	652.168

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em decorrência da redução do valor justo estimado, a Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, perda por redução ao valor recuperável na mensuração do ativo mantido para venda, no montante de R\$ 265.880 no TUP Porto São Luís S.A., registrada no resultado do exercício.
- (ii) Foram realizadas transferências no montante de R\$ 50.403, provenientes do grupo de propriedades para investimento.

b) Composição de ativos mantidos para venda

	Consolidado		
	TUP Porto São Luís S.A.	Radar	Compass
Caixa e equivalentes de caixa	48.231	—	—
Outros tributos a recuperar	3.030	—	—
Imobilizado	395.757	—	—
Intangível	437.965	—	31.865
<i>Impairment</i>	(265.880)	—	—
Outros ativos	35	—	—
Propriedades mantidas para venda	—	1.165	—
Total	619.138	1.165	31.865

c) Composição de passivos mantidos para venda:

	Consolidado TUP Porto São Luís S.A.
Fornecedores	17.248
Ordenados e salários a pagar	1.828
Outras contas a pagar	456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66.606
Total	86.138

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

9 Investimento em controladas e coligadas

9.1 Investimento em controladas

Política contábil:

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio do exercício de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle é descontinuado.

A Companhia avalia se mantém o controle sobre uma investida caso fatos e circunstâncias indiquem que ocorreram alterações em um ou mais dos três elementos de controle mencionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela detém o controle sobre a investida quando os direitos de voto são suficientes para lhe permitir, na prática, dirigir unilateralmente as atividades relevantes da investida. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir controle, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto potenciais detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de dirigir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo a votação em assembleias.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As alterações nas participações em controladas que não resultam na perda do controle são contabilizadas como transações de capital. O valor contábil das participações da Companhia e das participações de não controladores é ajustado para refletir as alterações em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor pelo qual as participações de não controladores são ajustadas e o valor justo da contraprestação paga ou recebida é reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da contraprestação recebida e o valor justo de qualquer participação retida na ex-controlada e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo o ágio) e passivos da controlada e a participação de não controladores. Quaisquer valores previamente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são tratados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos e passivos relacionados da controlada (ou seja, são reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido). O valor justo de qualquer investimento mantido na ex-controlada na data em que o controle é perdido é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para fins de contabilização subsequente, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

Um instrumento patrimonial, inicialmente reconhecido como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado (FVTPL) ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), pode passar a ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial quando:

- O investidor adquire participação adicional que lhe confira influência significativa sobre uma coligada ou controle conjunto sobre um empreendimento em conjunto (*joint venture*); ou
- Ocorre mudança nas circunstâncias que resulte na obtenção de influência significativa ou controle conjunto, mesmo sem aquisição de participação adicional (ex.: alteração no acordo de acionistas que modifique o poder de decisão).

Nessas situações, o ativo financeiro é desreconhecido e o investimento é reconhecido pelo custo do instrumento na data da mudança de classificação, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Quando o instrumento anteriormente classificado como FVOCI é reclassificado para equivalência patrimonial, os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados diretamente para o patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

(ii) Coligadas

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Se o investidor detém direta ou indiretamente menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Para os investimentos com participação inferior a vinte por cento a companhia realiza as devidas avaliações para determinar se possui influência significativa.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de coligadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

As participações nos investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*).

Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As controladas da Companhia estão listadas abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Participação direta e indireta em controladas, excluindo ações em tesouraria		
Corporativo		
Cosan Corretora de Seguros Ltda	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A.	87,27%	73,09%
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	98,13%	98,13%
Barrapar Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Aldwych Temple	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Dez Participações S.A.	100,00%	76,80%
FIP Celeste ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	—

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Radar		
Radar Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Amaralina S.A Propriedades Agrícolas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Terras da Ponta Alta S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Tellus Brasil Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Janus Brasil Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Moove		
Moove Lubricants Holdings	70,00%	70,00%
Rumo		
Rumo S.A. ^(v)	30,31%	30,40%

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Cosan Luxembourg S.A. apresentava um passivo a descoberto no montante de R\$ 371.031, conforme demonstrado a seguir. Não obstante essa situação, a Companhia avaliou as circunstâncias e concluiu que não existem outros eventos ou condições que, individualmente ou em conjunto, levem dúvidas significativas sobre a capacidade da Cosan Luxembourg S.A. de manter sua continuidade operacional. A controlada conta com o suporte financeiro da Companhia para assegurar o cumprimento de suas obrigações.
- (ii) Em 26 de dezembro de 2025, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a constituição do Classe Única do Celeste Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada ("FIP Celeste"), onde contribuiu com ações de emissão da Moove Lubricants Holdings ("Moove") representando aproximadamente 19,9% do capital social da Moove. Assim, a Companhia passa a deter diretamente 50,1% do capital da Moove e indiretamente 19,9% através do FIP Celeste.
- (iii) A Companhia é acionista majoritária, detendo 50% do capital social mais uma ação.
- (iv) A Companhia detém mais de 60% das ações com direito a voto de cada entidade, tem poder de decisão sobre as atividades relevantes de cada entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração de cada entidade, nos termos a um acordo celebrado com outros acionistas destas entidades.
- (v) A Companhia é a maior acionista. Adicionalmente, a Companhia tem poder de decisão sobre as atividades relevantes dessa entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração, conforme o acordo de acionistas celebrado com outros acionistas da entidade.

A seguir, apresentam-se os investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2025, considerados relevantes para a Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Corporativo				
Cosan Corretora de Seguros Ltda	5.000	4.999	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	7.663.761.736	6.688.357.663	87,27%	66,16%
Cosan Luxembourg S.A.	500.010	500.010	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	4.850.000	4.850.000	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações	41.731.296	41.731.296	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria	160.000	157.000	98,13%	98,13%
Cosan Global Limited	1.300	1.300	100,00%	100,00%
Cosan Dez Participações S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	3.504.134.255	3.154.421.657	77,00%	100,00%
FIP Celeste	1.623.505.618	1.623.505.618	100,00%	100,00%
Radar				
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	305.694	41,45%	41,45%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	66.607.405	41,45%	41,45%
Nova Amaralina S.A Propriedades Agrícolas	30.603.159	12.685.010	41,45%	41,45%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	14.360.726	5.952.521	41,00%	41,45%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	6.659.494	41,45%	41,45%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	34.756.214	41,45%	41,45%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	126.200.853	52.310.254	41,45%	41,45%
Paineira Propriedade Agrícolas S.A.	132.667.061	54.990.497	41,45%	41,45%
Tellus Brasil Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	106.907.867	64.243.260	60,09%	19,57%
Janus Brasil Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	286.370.051	173.464.883	60,57%	19,57%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	35.988	21.732	60,39%	19,57%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	12.132.621	7.346.670	60,55%	19,57%
Moove				
Moove Lubricants Holdings	34.963.764	17.516.846	50,10%	50,10%
Rumo				
Rumo S.A.	1.858.828.617	562.529.490	30,31%	30,31%

- (i) A participação relacionada ao benefício econômico se diferencia da participação societária exclusivamente em relação à distribuição de dividendos.
- (ii) A Companhia reconhece 23% da participação de acionistas minoritários como um passivo financeiro, com base nos contratos de compra e venda de ações 31 de dezembro de 2025.
- (iii) A participação relacionada ao benefício econômico se diferencia da participação societária por conta de acordo de acionista firmado entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Transações entre acionistas	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Compra (venda) de participação societária	Incorporação/ constituição de controlada	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Dividendos a receber ⁽ⁱ⁾
Corporativo											
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	3.333	3.459	—	—	—	—	—	—	—	6.792	—
Cosan Nove Participações S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	7.153.309	(6.386.167)	331.000	(3.455.270)	266.635	—	2.169.000	—	(72.016)	6.491	—
Cosan Dez Participações S.A.	3.366.248	610.670	153.592	(2.655.146)	23.700	—	3.577.760	—	(35.639)	5.041.185	11.717
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	(251)	(286)	250	—	—	—	—	—	287	—	—
Cosan Oito S.A.	9.601.259	—	—	—	18.322	—	—	(9.619.581)	—	—	—
Cosan Global	129.764	(29.745)	2.892	—	—	—	—	—	146	103.057	—
Fundo Celeste de Investimento	—	—	10.000	—	—	—	—	480.295	—	490.295	—
Outros	31.631	1.695	(6.498)	—	(2.037)	(3)	—	—	8	24.796	—
Radar											
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.241.246	89.026	(1.536)	—	—	(36.977)	—	—	—	1.291.759	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	266.250	319	—	—	—	(20.387)	—	—	—	246.182	—
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	455.407	80.132	—	—	—	(20.033)	—	—	—	515.506	10.085
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	35.942	1.738	(7.451)	—	—	(17.110)	—	—	—	13.119	—
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	229.289	44.611	—	—	—	(11.019)	—	—	—	262.881	3.494
Terras da Ponte Alta S.A.	98.121	6.976	—	—	—	(5.599)	—	—	—	99.498	—
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	231.839	18.995	—	—	—	(7.150)	—	—	—	243.684	—
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	226.538	19.225	—	—	—	(6.528)	—	—	—	239.235	—
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	325.220	16.336	—	—	—	(7.047)	—	—	—	334.509	—
Tellus Brasil Participações S.A.	767.096	66.374	—	—	—	(20.595)	—	—	—	812.875	—
Janus Brasil Participações S.A.	1.198.363	145.278	—	—	—	(57.191)	—	—	—	1.286.450	—
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	735	51	(548)	—	—	(41)	—	—	—	197	43
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	143.697	6.711	—	—	—	(2.955)	—	—	—	147.453	—
Moove											
Moove Lubricants Holdings	1.325.556	390.664	—	—	(24.183)	—	—	(480.295)	—	1.211.742	—
Outros	460	(24)	—	—	(19)	194	—	—	(469)	142	—
Rumo											
Rumo S.A.	4.477.644	257.071	—	(13.789)	(20.225)	(516.874)	—	—	12.183	4.196.010	60.981
Total investimento em controladas	31.308.696	(4.656.891)	481.701	(6.124.205)	262.193	(729.315)	5.746.760	(9.619.581)	(95.500)	16.573.858	86.320
Corporativo											
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	—	—	—	—	—	—	—	—	(287)	(287)	—
Cosan Luxembourg S.A.	(263.722)	(107.309)	—	—	—	—	—	—	—	(371.031)	—
Total investimento passivo descoberto	(263.722)	(107.309)	—	—	—	—	—	—	(287)	(371.318)	—
Total	31.044.974	(4.764.200)	481.701	(6.124.205)	262.193	(729.315)	5.746.760	(9.619.581)	(95.787)	16.202.540	86.320

(i) Dividendos a receber pela Cosan S.A. de suas controladas.

(ii) A movimentação referente ao montante de Transações entre acionistas é composta pela perda na recompra de participação, no montante de R\$ 975.073, conforme Nota 2.1.6, e pelos efeitos do contrato de ações preferenciais, no valor de R\$ 2.480.197.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento (redução) de capital	Ganho com aumento de capital em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Dividendos a receber
Rumo											
Rumo S.A.	4.766.466	(291.668)	—	(3.482)	1.096	—	—	—	5.232	4.477.644	—
Corporativo											
Cosan Corretora de Seguros Ltda	1.257	2.076	—	—	—	—	—	—	—	3.333	—
Cosan Nove Participações S.A.	7.810.778	(713.895)	—	—	70.053	(127.080)	92.879	—	20.574	7.153.309	—
Cosan Dez Participações S.A.	5.179.164	1.094.942	185.087	—	(113.713)	(1.667.187)	(1.397.714)	85.669	—	3.366.248	11.717
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	1.452	(1.703)	—	—	—	—	—	—	—	(251)	—
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	278	(60)	—	—	—	—	—	—	—	218	—
Cosan Oito S.A.	10.376.283	(3.630.024)	—	—	128.299	(546.000)	3.340.000	—	(67.299)	9.601.259	—
Atlântico Participações Ltda	902.421	(84)	—	—	—	—	—	—	(902.337)	—	—
Cosan Global	119.355	10.409	—	—	—	—	—	—	—	129.764	—
Outros	25.112	2.705	—	—	3.596	—	—	—	—	31.413	—
Radar											
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.153.530	113.818	—	—	—	(25.518)	(584)	—	—	1.241.246	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	215.346	67.872	—	—	—	(16.968)	—	—	—	266.250	—
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	441.821	21.574	—	—	—	(7.988)	—	—	—	455.407	—
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	27.948	8.239	—	—	—	(245)	—	—	—	35.942	1.958
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	220.184	12.140	—	—	—	(3.035)	—	—	—	229.289	134
Terras da Ponte Alta S.A.	92.122	(4.238)	—	—	—	10.237	—	—	—	98.121	—
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	210.735	24.339	—	—	—	(3.235)	—	—	—	231.839	—
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	209.644	23.397	—	—	—	(6.503)	—	—	—	226.538	—
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	331.453	(4.050)	—	—	—	(2.183)	—	—	—	325.220	—
Tellus Brasil Participações S.A.	774.837	88.508	—	—	—	(77.864)	(18.385)	—	—	767.096	5
Janus Brasil Participações S.A.	1.122.692	126.164	—	—	—	(50.493)	—	—	—	1.198.363	2
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	17.721	1.946	—	—	—	(14.715)	(4.217)	—	—	735	—
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	114.336	31.710	—	—	—	(2.349)	—	—	—	143.697	1
Moove											
Moove Lubricants Holdings	1.626.216	275.821	—	—	60.733	(630.000)	—	—	(7.214)	1.325.556	368
Outros	627	38	—	—	(205)	—	—	—	—	460	—
Total investimento em controladas	35.741.778	(2.740.024)	185.087	(3.482)	149.859	(3.171.126)	2.011.979	85.669	(951.044)	31.308.696	14.185
Corporativo											
Cosan Luxembourg S.A.	(146.276)	(220.644)	—	—	—	—	103.198	—	—	(263.722)	—
Total investimento passivo descoberto	(146.276)	(220.644)	—	—	—	—	103.198	—	—	(263.722)	—
Total	35.595.502	(2.960.668)	185.087	(3.482)	149.859	(3.171.126)	2.115.177	85.669	(951.044)	31.044.974	14.185

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de controladas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2025				Saldo em 31 de dezembro de 2024			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício
Rumo								
Rumo S.A.	53.783.093	(39.734.652)	14.048.441	865.124	50.593.026	(35.657.871)	14.935.155	(949.241)
Corporativo								
Cosan Corretora de Seguros Ltda	7.136	(343)	6.793	3.460	3.340	(6)	3.334	2.077
Cosan Nove Participações S.A.	7.464	(20)	7.444	(9.652.610)	9.357.768	(40.018)	9.317.750	(1.079.044)
Cosan Dez Participações S.A.	33.360.100	(25.569.501)	7.790.599	1.464.179	34.288.919	(27.301.766)	6.987.153	1.899.890
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	393	(680)	(287)	(286)	493	(744)	(251)	(1.703)
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	163	—	163	(61)	270	(46)	224	(63)
Cosan Luxembourg S.A.	5.555.469	(5.926.500)	(371.031)	(107.310)	13.936.969	(14.200.691)	(263.722)	(220.644)
Cosan Oito S.A.	—	—	—	—	9.601.314	(49)	9.601.265	(3.630.024)
Cosan Global	103.059	—	103.059	(29.661)	129.764	—	129.764	10.409
FIP Celeste	1.623.521	(24)	1.623.497	(7)	—	—	—	—
Radar								
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	2.647.431	(87.489)	2.559.942	168.511	2.538.744	(77.782)	2.460.962	216.787
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	621.124	(27.202)	593.922	769	672.546	(30.208)	642.338	163.743
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	1.313.951	(70.270)	1.243.681	193.323	1.135.683	(36.994)	1.098.689	52.048
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	34.867	(3.213)	31.654	4.194	101.749	(15.034)	86.715	19.878
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	681.446	(47.234)	634.212	107.625	586.164	(32.993)	553.171	29.287
Terras da Ponte Alta S.A.	249.023	(8.974)	240.049	16.831	248.938	(12.213)	236.725	(10.224)
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	609.793	(21.896)	587.897	45.826	578.372	(19.051)	559.321	58.717
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	598.736	(21.577)	577.159	46.380	565.305	(18.776)	546.529	56.445
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	837.015	(29.996)	807.019	39.411	811.527	(26.920)	784.607	(9.772)
Tellus Brasil Participações Ltda	4.354.997	(202.030)	4.152.967	339.104	4.103.826	(184.744)	3.919.082	452.174
Janus Brasil Participações S.A.	7.039.221	(466.601)	6.572.620	742.242	6.394.239	(271.665)	6.122.574	644.711
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	1.219	(215)	1.004	259	97.542	(6.969)	90.573	32.906
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	786.294	(32.916)	753.378	34.286	617.029	(32.889)	584.140	24.170
Moove								
Moove Lubricants Holdings	10.153.787	(7.740.100)	2.413.687	557.969	9.301.161	(7.410.359)	1.890.802	394.122

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

A seguir estão os investimentos em coligadas em 31 de dezembro de 2025, que são relevantes para a Companhia.

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária
Rumo			
Rhall Terminais Ltda	28.580	8.574	30,00 %
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	100.000	20,00 %
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	500.000	50.000	10,00 %
CLI Sul S.A.	543.750.625	108.750.125	20,00 %
Terminal XXXIX S.A.	14.200.000	7.100.000	50,00 %
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	111.615.803	55.807.902	50,00 %
Compass			
CEG Rio S.A.	1.995.022.625	746.251.086	37,41 %
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	61.610.000	30.188.900	49,00 %
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	10.749.497	4.407.293	41,00 %

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos declarados	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Baixa referente a venda de participação	Aumento (redução) de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Dividendos a receber ⁽ⁱ⁾
Rumo									
Rhall Terminais Ltda	7.297	3.289	(3.000)	—	—	—	—	7.586	—
Termaq - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.297	405	—	—	—	—	8	4.710	—
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	16.423	6.010	(6.700)	—	—	—	—	15.733	—
CLI Sul S.A.	222.791	4.415	—	—	—	(26.000)	—	201.206	—
Terminal XXXIX S.A.	—	85.201	(35.960)	60.792	—	—	—	110.033	—
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	30.058	2.205	(524)	—	—	25.805	—	57.544	542
Compass									
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scqás	653.687	43.578	(39.918)	—	—	—	—	657.347	5.902
CEG Rio S.A.	336.792	54.704	(16.203)	—	—	—	—	375.293	14.055
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msqás	287.476	18.000	(22.926)	—	—	—	—	282.550	14.007
Corporativo									
Vale S.A.	9.112.136	—	—	—	(8.892.803)	—	(219.333)	—	—
Outros	7.609	2.115	—	—	—	—	(418)	9.306	—
Total	10.678.566	219.922	(125.231)	60.792	(8.892.803)	(195)	(219.743)	1.721.308	34.506

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Perda por redução ao valor recuperável em coligada	Dividendos declarados	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Baixa referente a venda de participação	Combinações de negócios	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Dividendos a receber ⁽ⁱ⁾
Rumo											
Rhall Terminais Ltda	6.170	2.335	—	(1.208)	—	—	—	—	—	7.297	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	6.018	(1.721)	—	—	—	—	—	—	—	4.297	—
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	15.960	7.463	—	(7.000)	—	—	—	—	—	16.423	—
CLI Sul S.A.	217.738	17.953	—	(12.900)	—	—	—	—	—	222.791	—
Terminal XXXIX S.A.	66.415	14.247	—	(19.870)	(60.792)	—	—	—	—	—	—
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A	—	78	—	(20)	—	—	—	30.000	—	30.058	17
Compass											
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	403.532	27.656	—	(18.209)	—	—	(413.271)	—	292	—	—
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	640.332	46.179	—	(32.824)	—	—	—	—	—	653.687	5.495
CEG Rio S.A.	288.386	66.796	—	(18.390)	—	—	—	—	—	336.792	16.426
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	297.874	13.856	—	(24.254)	—	—	—	—	—	287.476	—
Norgás S.A.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.425
Corporativo											
Vale S.A	15.662.485	1.524.327	(4.672.396)	(1.041.100)	—	(2.462.833)	—	—	101.653	9.112.136	78.509
Outros	6.459	(138)	—	—	—	—	—	—	1.288	7.609	—
Total	17.611.369	1.719.031	(4.672.396)	(1.175.775)	(60.792)	(2.462.833)	(413.271)	30.000	103.233	10.678.566	107.872

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras das coligadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2025				Saldo em 31 de dezembro de 2024			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a	Resultado do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício
Rumo								
Rhall Terminais Ltda.	38.850	(9.584)	29.266	11.108	26.500	(10.150)	16.350	7.987
Elevações Portuárias S.A.	2.348.302	(1.700.137)	648.165	34.087	2.183.550	(1.390.465)	793.085	66.042
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	255.599	(232.054)	23.545	1.413	280.950	(259.472)	21.478	(13.329)
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	221.055	(56.784)	164.271	62.033	233.962	(69.789)	164.173	68.477
Terminal XXXIX S.A.	523.560	(266.495)	257.065	105.416	—	—	—	—
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	121.868	(6.777)	115.091	4.411	61.002	(1.032)	59.970	146
Compass								
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.094.185	(211.015)	883.170	158.274	1.127.032	(328.564)	798.468	162.847
CEG Rio S.A.	1.412.608	(566.497)	846.111	145.032	1.695.573	(953.322)	742.251	184.905
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	341.407	(149.979)	191.428	49.532	378.691	(197.859)	180.832	37.640
Corporativo								
Vale S.A.	—	—	—	—	455.316.000	(248.544.000)	206.772.000	31.592.000

9.2 Aquisição de controladas

Política contábil:

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é mensurada pelo valor justo, calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data da aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos configura um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo nessa data, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12/CPC 32 e IAS 19/CPC 33;
- Planos de pagamento baseados em ações detidos pelos funcionários da adquirida que precisam ser substituídos (substituição de planos). Todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pela Companhia é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação; e
- Ativos classificados como mantidos para venda, conforme a IFRS 5/CPC 31, que são mensurados conforme essa norma.

Na mensuração dos valores justos, são utilizadas técnicas de avaliação que consideram preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Inicialmente, o ágio é mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deve ser reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Para fins de teste de impairment, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida na combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com ajustes correspondentes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não pode ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de divulgação subsequentes, e sua liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes (passivos ou derivativos) são remensuradas ao valor justo em cada data de balanço, com as variações reconhecidas no resultado do exercício.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição, e o ganho ou a perda correspondente, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", são reclassificados para o resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Por se tratar de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e as circunstâncias que existiam na data de aquisição, indiquem ajustes nos valores mencionados anteriormente ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos ativos intangíveis possam ter algum impacto nessa avaliação.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 (CPC 25); e
- o valor inicialmente reconhecido, deduzido da amortização acumulada da receita reconhecida de acordo com a IFRS 15 (CPC 47).

DIPI Holding Ltda.

Em 2 de janeiro de 2025, a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (“CLE”) concluiu a aquisição de 100% das ações da DIPI Holding Ltda. e suas empresas subsidiárias (“Grupo PAX”) pelo montante total de R\$ 329.006. Desse valor, R\$ 232.886 foram

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

pagos na data da transação, e o saldo de R\$96.120 será liquidado em duas parcelas, nos primeiro e segundo aniversários da aquisição. O efeito caixa no consolidado foi de R\$ 213.086, líquido do caixa da adquirida na data da aquisição.

A primeira parcela a prazo é fixa, enquanto a segunda parcela constitui um earn-out e está sujeita a ajustes de acordo com a variação do EBITDA entre a data de fechamento e os respectivos períodos de apuração. Caso o EBITDA consolidado seja inferior ao EBITDA base corrigido pela variação do IPCA no período, os vendedores receberão um montante reduzido proporcionalmente. Além disso, a segunda parcela a prazo poderá ser majorada caso as seguintes hipóteses ocorram de forma cumulativa: (i) a primeira parcela a prazo sofra um ajuste negativo; (ii) o valor do ajuste da segunda parcela seja um valor positivo; e (iii) o EBITDA do primeiro período tenha sido igual ou superior a 70% do EBITDA-base, corrigido pela variação do IPCA calculado entre a data de fechamento e a data de apuração, respeitando-se o valor máximo de R\$ 100 milhões para o total das parcelas a prazo.

A aquisição foi contabilizada utilizando o método de aquisição, em conformidade com a IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de Negócios. As políticas contábeis significativas aplicadas incluem o reconhecimento e a mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos ao seu valor justo na data da aquisição.

O Grupo PAX, com sede no Brasil, atua principalmente na produção e comercialização de graxas e óleos lubrificantes, além da fabricação de embalagens plásticas para o mercado de lubrificantes. A aquisição teve como principais objetivos:

- Aumento das sinergias no planejamento da cadeia de suprimentos;
- Ampliação do portfólio de produtos através da diversificação do mix;
- Acesso ao mercado de embalagens, considerado estratégico;
- Incorporação de conhecimento técnico em tecnologias e aplicações de graxas.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos totalizou R\$127.867, sendo alocado da seguinte forma:

- **Carteira de Clientes:** R\$ 57.808. O valor justo foi determinado utilizando o método do MPEEM (*Multi-Period Excess Earnings Method*), que considerou um histórico de cinco anos de vendas e a taxa de cancelamento de clientes (*churn rate*) para estimar a taxa de permanência. Com base nessas premissas, foram calculados os fluxos de caixa descontados para apurar o ajuste ao valor justo.
- **Marcas e Patentes:** R\$13.254. O valor justo foi determinado utilizando o método do *Royalty Relief*, que se baseou em taxas de royalties praticadas por empresas comparáveis (*peers*) no mercado (1,5%) para estimar os pagamentos de royalties evitados em decorrência da marca adquirida, descontados ao valor presente.
- **Estoques:** R\$ 2.794. O valor justo foi determinado com base na abordagem de mercado.
- **Imobilizado:** R\$ 54.011. O valor justo foi avaliado com base na abordagem de mercado.

Na data da aquisição, foi reconhecido um ágio preliminar no montante de R\$236.469, representando os benefícios econômicos futuros esperados, decorrentes das sinergias e outros fatores intangíveis não identificáveis individualmente. O saldo do ágio em 31 de dezembro de 2025 com a alocação final do laudo, passou a ser R\$ 226.740, com alterações nas alocações de valor justo em imobilizado e carteira de clientes.

Desde a data da aquisição até 31 de dezembro de 2025, a demonstração do resultado consolidada inclui receitas e lucro líquido gerados pelo Grupo PAX nos montantes de R\$ 483.435 e R\$ 47.950, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Tanto o valor justo quanto o valor contratual bruto dos recebíveis adquiridos totalizam R\$ 18.408. A Companhia não espera perdas significativas por não realização desses recebíveis.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Contraprestação transferida

Transferência de caixa - na data do <i>closing</i>	232.886
Parcelas remanescentes, pagamento a prazo	50.000
<i>Earn-out</i>	46.120
Contraprestação transferida	329.006

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	2.400
Contas a receber de clientes	18.408
Estoques	36.576
Outros tributos a recuperar	9.965
Imobilizado	91.239
Ágio	226.740
Intangível (Exceto ágio)	71.062
Outros créditos	18.583
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(77.002)
Fornecedores	(7.444)
Outras obrigações	(18.046)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(43.475)
Ativos líquidos adquiridos	329.006
Caixa recebido	(2.400)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	326.606

9.3 Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As participações de não controladores em controladas são apresentadas separadamente da participação da Controladora no patrimônio líquido consolidado. As participações de não controladores que representam participações acionárias e que conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos da entidade em caso de liquidação pode ser mensuradas, inicialmente, pelo valor justo ou com base na parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida atribuível às participações de não controladores. A escolha do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações de não controladores são mensurados, inicialmente, pelo valor justo. Após a aquisição, o valor contábil das participações de não controladores é determinado pelo valor dessas participações no reconhecimento inicial, ajustado pela parcela das variações subsequentes no patrimônio líquido da controlada atribuível às participações de não controladores.

O resultado e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo que isso resulte em saldo negativo para as participações de não controladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada controlada que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada controlada são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não-controladores
Radar			
Tellus Brasil Participações S.A.	106.907.867	42.664.607	80,00 %
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	112.905.168	80,00 %
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	35.988	14.256	80,00 %
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.132.621	4.785.951	80,00 %
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	431.806	50,00 %
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	94.085.973	50,00 %
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	9.406.835	50,00 %
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	14.360.726	8.408.205	50,00 %
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	17.918.149	50,00 %
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	132.667.061	77.676.564	50,00 %
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	126.200.853	73.890.599	50,00 %
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	49.094.724	50,00 %
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.110	50,00 %
Rumo			
Rumo S.A.	1.858.828.617	1.296.299.127	69,69 %
Moove			
Moove Lubricants Holdings	34.963.764	17.446.918	49,90 %
Corporativo			
Cosan Nove Participações S.A.	7.663.761.736	975.404.073	33,84 %
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	160.000	3.000	1,87 %

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações referentes a cada uma das controladas da Companhia que possuem participações de não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Transações entre acionistas	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Compass								
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	26.637	12.602	—	(387)	(10.266)	—	—	28.586
Commit Gás S.A.	1.357.447	159.444	—	182	(117.068)	—	—	1.400.005
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	460.508	8.707	—	372	(21.359)	—	—	448.228
Biometano Verde Paulínia S.A.	238.239	(4.803)	—	—	—	—	—	233.436
Compass Gás e Energia	557.943	154.050	—	4.208	(77.052)	—	—	639.149
Rumo								
Rumo S.A.	10.457.452	608.363	(5.692)	(46.468)	(1.191.051)	12.921	16.904	9.852.429
Moove								
Moove Lubricants Holdings	566.991	167.574	—	(10.364)	—	—	(2.621)	721.580
Corporativo								
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	5	(46)	—	—	—	—	46	5
Cosan Nove Participações S.A.	2.164.445	(3.266.444)	89.084	54.812	(331.000)	1.286.270	3.779	946
Cosan Dez Participações S.A.	980.133	523.508	35.639	7.161	(623.592)	(922.798)	(51)	—
Radar								
Janus Brasil Participações S.A.	5.051.050	590.091	—	—	(232.534)	—	(178.814)	5.229.793
Tellus Brasil Participações S.A.	3.124.858	269.831	—	—	(83.738)	—	(6.370)	3.304.581
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	591.606	27.282	—	—	(12.015)	—	(7.432)	599.441
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	(2.338)	207	(2.228)	—	(167)	—	5.327	801
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.176.870	89.026	(1.536)	—	(36.977)	—	64.376	1.291.759
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	255.348	319	—	—	(20.387)	—	10.902	246.182
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	430.599	80.132	—	—	(20.033)	—	24.808	515.506
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	205.827	1.738	(7.451)	—	(17.110)	—	(169.885)	13.119
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	38.998	44.611	—	—	(11.019)	—	190.291	262.881
Terras da Ponte Alta S.A.	90.250	6.976	—	—	(5.599)	—	7.871	99.498
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	220.407	18.995	—	—	(7.150)	—	11.432	243.684
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	216.478	19.225	—	—	(6.528)	—	10.060	239.235
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	284.845	16.336	—	—	(7.047)	—	40.426	334.560
Total	28.494.598	(472.276)	107.816	9.516	(2.831.692)	376.393	21.049	25.705.404

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	(Redução) Aumento de capital	Alienação de ativos mantido para venda	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Compass									
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	32.145	14.726	—	—	—	(20.680)	—	446	26.637
Comitê Gás S.A.	1.562.500	138.356	—	—	—	(456.045)	112.401	235	1.357.447
Norgás S.A.	372.030	—	—	(372.030)	—	—	—	—	—
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	—	1.569	—	—	—	(3.446)	462.197	188	460.508
Biometano Verde Paulínia S.A	237.981	1.228	—	—	—	(970)	—	—	238.239
Compass Gás e Energia	790.672	235.988	(179.999)	—	(19.254)	(269.808)	—	344	557.943
Rumo									
Rumo S.A.	11.104.589	(657.631)	—	—	904	(6.676)	—	16.266	10.457.452
Moove									
Moove Lubricants Holdings	695.848	118.209	—	—	26.028	(270.000)	—	(3.094)	566.991
Corporativo									
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	7	(2)	—	—	—	—	—	—	5
Cosan Nove Participações S.A.	2.567.019	(365.149)	34.202	—	25.796	(105.000)	—	7.577	2.164.445
Cosan Dez Participações S.A.	1.512.041	501.890	(396.395)	—	(34.229)	(603.022)	—	(152)	980.133
Radar									
Janus Brasil Participações S.A.	4.743.201	513.119	—	—	—	(205.270)	—	—	5.051.050
Tellus Brasil Participações S.A.	3.156.328	359.813	(74.741)	—	—	(316.542)	—	—	3.124.858
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	472.244	128.911	—	—	—	(9.549)	—	—	591.606
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	66.715	7.911	(17.143)	—	—	(59.821)	—	—	(2.338)
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.089.154	113.818	(584)	—	—	(25.518)	—	—	1.176.870
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	204.444	67.872	—	—	—	(16.968)	—	—	255.348
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	417.013	21.574	—	—	—	(7.988)	—	—	430.599
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	29.893	12.140	—	—	—	(3.035)	—	—	38.998
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	197.833	8.239	—	—	—	(245)	—	—	205.827
Terras da Ponte Alta S.A.	84.251	(4.238)	—	—	—	10.237	—	—	90.250
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	199.303	24.339	—	—	—	(3.235)	—	—	220.407
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	199.584	23.397	—	—	—	(6.503)	—	—	216.478
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	291.078	(4.050)	—	—	—	(2.183)	—	—	284.845
Total	30.025.873	1.262.029	(634.660)	(372.030)	(755)	(2.382.267)	574.598	21.810	28.494.598

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Balanco patrimonial resumido:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante										
Ativo	369.391	1.590.825	7.463	46.918	707.281	31.765	1.240.600	3.451.323	461.016	559.288
Passivo	(15.290)	(1.336.052)	(19)	(40.018)	—	—	(1.474.294)	(1.267.586)	(127.550)	(137.056)
Ativo circulante líquido	354.101	254.773	7.444	6.900	707.281	31.765	(233.694)	2.183.737	333.466	422.232
Não circulante										
Ativo	4.687.097	4.091.608	—	9.310.850	1.712.927	1.858.568	25.766.338	23.288.895	18.401.988	17.179.276
Passivo	—	—	—	—	—	—	(11.690.002)	(10.741.388)	(861.011)	(602.315)
Ativo não circulante líquido	4.687.097	4.091.608	—	9.310.850	1.712.927	1.858.568	14.076.336	12.547.507	17.540.977	16.576.961
Patrimônio líquido	5.041.198	4.346.381	7.444	9.317.750	2.420.208	1.890.333	13.842.642	14.731.244	17.874.443	16.999.193

Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receita líquida	—	—	—	—	—	—	890.149	1.064.286	653.785	1.441.809
Resultado antes dos impostos	1.135.176	1.556.754	(9.652.455)	(1.078.773)	564.041	394.309	1.003.776	(863.209)	1.847.428	1.936.036
Imposto de renda e contribuição	(998)	(15.863)	(155)	(271)	—	—	(156.718)	(96.038)	(186.368)	(130.285)
Resultado do exercício	1.134.178	1.540.891	(9.652.610)	(1.079.044)	564.041	394.309	847.058	(959.247)	1.661.060	1.805.751
Outros resultados abrangentes	25.575	(122.246)	161.974	76.229	(34.547)	86.760	(66.559)	1.300	—	—
Resultados abrangente total	1.159.753	1.418.645	(9.490.636)	(1.002.815)	529.494	481.069	780.499	(957.947)	1.661.060	1.805.751
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	7.161	(34.229)	54.812	25.796	(10.364)	26.028	(46.468)	904	—	—
Dividendos pagos	(623.592)	(1.667.187)	(371.000)	—	—	(900.000)	(1.500.000)	(170.817)	(649.721)	(917.530)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	3.338	35.059	356	3.390	(275)	(3.079)	395.605	469.310	530.012	999.607
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	1.772.130	2.366.296	39.751	63.262	—	896.369	(467.632)	(487.467)	127.393	22.667
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de	(1.790.000)	(2.770.208)	(40.000)	(65.000)	—	(900.000)	(1.532.108)	(692.256)	(670.833)	(1.029.179)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(14.532)	(368.853)	107	1.652	(275)	(6.710)	(1.604.135)	(710.413)	(13.428)	(6.905)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	17.409	386.262	3.461	1.809	803	1.858	2.403.629	3.114.042	33.041	39.946
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	88	5.655	—	—	—	—
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.877	17.409	3.568	3.461	616	803	799.494	2.403.629	19.613	33.041

10 Investimento em controladas em conjunto

Política contábil:

Um investimento em controladas em conjunto ("*joint venture*") é um acordo conjunto por meio do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

A Companhia possui investimentos em *joint ventures*, os quais são demonstrados no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos, utilizando o método de equivalência patrimonial, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Quando aplicável, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis, caso existam diferenças. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da *joint venture* é incluída, respectivamente, na demonstração do resultado, no resultado abrangente e no patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas *joint ventures*, são eliminados na proporção do investimento da Companhia nas *joint ventures*, exceto quando as perdas não realizadas indicarem uma perda por impairment do ativo transferido. O ágio decorrente da formação das *joint ventures* é incluído como parte do investimento da Companhia nas *joint ventures* e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável, como um único ativo, comparando seu valor recuperável (o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos da alienação) com seu valor contábil.

O investimento em *joint venture* é classificado como ativo não circulante e é apresentado ao custo, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Quando um investimento em uma *joint venture* é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com a IFRS 5/CPC 31.

As movimentações nos investimentos da controladora em suas controladas em conjunto foram as seguintes:

	Raízen S.A.	Radar Gestão de Invest. S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	24.800.000	
Quotas da investidora	517.625.474	12.400.000	
Percentual de participação direta	5,00 %	50,00 %	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.320.592	—	1.320.592
Resultado de equivalência	(138.430)	(3.731)	(142.161)
Ajuste de avaliação patrimonial	15.897	—	15.897
Aumento de capital	—	12.337	12.337
Dividendos	(13.593)	—	(13.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.184.466	8.606	1.193.072
Resultado de equivalência	(1.228.333)	3.807	(1.224.526)
Ajuste de avaliação patrimonial	43.867	—	43.867
Dividendos	—	(904)	(904)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	—	11.509	11.509

Os movimentos nos investimentos em controladas em conjunto no consolidado foram os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	Terminal Alvorada S.A.	Radar Gestão de Invest.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	134.936.162	24.800.000	
Quotas da investidora	4.557.597.117	67.468.081	12.400.000	
Percentual de participação direta	5,00%	50,00%	50,00%	
Percentual de participação indireta	25,84%	—	—	
Total	30,84%	50,00%	50,00%	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	11.693.876	48.566	—	11.742.442
Resultado de equivalência	(1.218.804)	(7.445)	(3.731)	(1.229.980)
Ajuste de avaliação patrimonial	139.892	—	—	139.892
Aumento de capital	—	—	12.337	12.337
Dividendos	(119.647)	—	—	(119.647)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.495.317	41.121	8.606	10.545.044
Resultado de equivalência (Nota 2.1.11)	(10.881.556)	(7.274)	3.807	(10.885.023)
Ajuste de avaliação patrimonial	386.239	—	—	386.239
Dividendos	—	—	(904)	(904)
Aumento de capital	—	15.000	—	15.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	—	48.847	11.509	60.356

Raízen S.A.

- (i) A participação total da Companhia na Raízen S.A. é composta por 5,00% de participação direta e 39,06% de participação indireta, por meio da Cosan Nove. O percentual divulgado de 25,84% refere-se ao benefício econômico, calculado a partir do resultado da participação da Cosan S.A. em sua controlada Cosan Nove (66,16%), multiplicado pela participação indireta de 39,06%. Nas informações consolidadas da Companhia, as participações diretas e indiretas são somadas, e o impacto referente à participação de acionistas não controladores na Cosan Nove é apresentado na linha de resultado atribuído a acionistas não controladores.

Devido o investimento ter sido reduzido a zero, a parcela não reconhecida de perdas do investimento na Raízen S.A foi de R\$ 712.152.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado da controlada em conjunto Raízen S.A estão divulgadas na Nota Explicativa 4 – Informação por segmento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com os covenants do contrato que rege a *joint venture*.

11 Imobilizado, intangível e ágio, ativos de contrato, direito de uso, propriedades para investimentos e perda por redução ao valor recuperável

Política contábil:

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado, definido pela Administração com base em orçamentos que consideram as premissas relacionadas a cada negócio, informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados para um período de dez anos e extrapolados à perpetuidade. A Administração considera que o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza, anualmente, uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo líquido dos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado – estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto – são utilizadas na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas a seguir.

11.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros, associados a esses gastos, fluam para a Companhia. Reparos e manutenção de caráter contínuo são contabilizados quando incorridos.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para seu uso ou venda pretendida. Ativos qualificáveis são aqueles que exigem, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda.

Quando empréstimos sujeitos a taxas variáveis são utilizados para financiar um ativo qualificável e designados em operação de *hedge* de fluxo de caixa eficaz do risco de taxa de juros, a parcela efetiva do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e reclassificada para o resultado quando o ativo qualificável afetar o resultado. Quando empréstimos sujeitos a taxas fixas são utilizados para financiar um ativo qualificável e designados em operação de *hedge* de valor justo eficaz do risco de taxa de juros, os custos de empréstimos capitalizados refletem a taxa de juros objeto do *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos imobilizados são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo é concluído e está pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do ativo imobilizado, deduzido dos valores residuais estimados, utilizando o método linear durante sua vida útil estimada. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício ou quando houver uma mudança significativa no padrão de consumo esperado dos ativos, como a ocorrência de um incidente relevante ou obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada linearmente ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme detalhado a seguir:

Edifícios e benfeitorias	2% - 18%
Máquinas, equipamentos e instalações	3% - 33%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%
Outros	10% - 20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação do valor contábil:

	Consolidado						Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2024	2.217.585	2.099.263	8.698.521	12.852.330	4.785.955	738.737	31.392.391
Adições	5.626	3.787	—	—	6.673.050	4.657	6.687.120
Baixas	(9.310)	(81.099)	(519.465)	(209.845)	(11.116)	(46.538)	(877.373)
Transferências	299.824	1.823.557	997.886	1.171.698	(4.371.472)	48.655	(29.852)
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	—	(6.155)	—	(6.155)
Perda por redução ao valor recuperável	54.373	101.257	—	—	10.534	67.187	233.351
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.568.098	3.946.765	9.176.942	13.814.183	7.080.796	812.698	37.399.482
Adições	4.433	19.031	—	—	6.804.853	2.789	6.831.106
Baixas	(36.980)	(183.846)	(217.586)	(5.729)	(82.843)	(82.330)	(609.314)
Transferências ⁽ⁱ⁾	(3.282)	543.847	1.813.920	1.771.884	(3.385.532)	(229.193)	511.644
Efeito de conversão de balanço	(23.278)	(43.258)	—	—	(6.566)	(30.377)	(103.479)
Combinação de negócios	69.516	40.808	—	—	29	7.398	117.751
Saldo em 31 de dezembro de	2.578.507	4.323.347	10.773.276	15.580.338	10.410.737	480.985	44.147.190
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(626.951)	(907.235)	(3.866.953)	(4.510.495)	(13.379)	(227.404)	(10.152.417)
Adições	(57.606)	(222.846)	(627.303)	(938.312)	—	(66.861)	(1.912.928)
Transferências	4.041	73.206	457.597	5.099	—	37.199	577.142
Baixas	5.401	(6.881)	(23.170)	—	—	2.182	(22.468)
Efeito de conversão de balanço	(15.028)	(41.044)	—	—	—	(35.840)	(91.912)
Perda por redução ao valor recuperável	—	(213.621)	(891.604)	(1.267.439)	(401.513)	(3.706)	(2.777.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(690.143)	(1.318.421)	(4.951.433)	(6.711.147)	(414.892)	(294.430)	(14.380.466)
Adições	(67.006)	(310.324)	(685.250)	(754.132)	—	(57.186)	(1.873.898)
Baixas	29.568	139.817	233.214	(49.980)	—	57.967	410.586
Transferências ⁽ⁱ⁾	4.802	5.121	(438.372)	55.882	—	387	(372.180)
Efeito de conversão de balanço	5.693	16.857	—	—	—	15.507	38.057
Perda por redução ao valor recuperável	(64.945)	(109.882)	(197.843)	(513.152)	(287.603)	(139)	(1.173.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(782.031)	(1.576.832)	(6.039.684)	(7.972.529)	(702.495)	(277.894)	(17.351.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.877.955	2.628.344	4.225.509	7.103.036	6.665.904	518.268	23.019.016
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.796.476	2.746.515	4.733.592	7.607.809	9.708.242	203.091	26.795.725

- (i) O saldo remanescente na linha de transferências, contempla o montante de R\$ 105.029 para impostos a recuperar, R\$ 69.881 para ativo intangível e R\$ 314.374 de direito de uso.

b) Capitalização de custos de empréstimos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os custos de empréstimos capitalizados pela controlada Rumo totalizaram R\$ 367.598, a uma taxa média de 14,73% (R\$ 95.138 e 11,80% a.a. em 31 de dezembro de 2024), enquanto sua controlada indireta Biometano capitalizou R\$ 22.262 a uma taxa média anual ponderada de 7,69% (R\$ 39.617 e 7,36% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 por meio de sua subsidiária indireta TRSP).

11.2 Intangível e ágio

Política contábil:

a) Goodwill

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme Nota 9.2.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável, no mínimo, anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que se beneficiarão das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um deles. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio não podem ser revertidas em períodos subsequentes.

b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia, com vida útil definida, são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Fidelização de Clientes

As subsidiárias do segmento de Distribuição de gás possuem investimentos realizados para viabilizar a ligação de clientes à rede de distribuição de gás, necessários para permitir o fornecimento de gás natural a partir da rede existente.

Os custos incorridos com a carteira de clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo do contrato.

d) Direitos de concessão de Distribuição de Gás

Referem-se aos contratos de concessão pública para o serviço de distribuição de gás, nos quais o Poder Concedente controla os serviços a serem prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esses contratos de concessão representam o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as controladas desse segmento reconhecem esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos, subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados durante o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam realizados pelas controladas, ou até o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Esse período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de cálculo da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado de utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura, de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, ou quando não é mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Direitos de Concessão Ferroviária

Os direitos de concessão ferroviária estão totalmente alocados à concessão da Rumo Malha Norte e são amortizados linearmente até o final da concessão em 2079.

f) Autorização e licença portuária

A licença que autoriza a instalação de um terminal portuário de uso privado, para a qual não há prazo de extinção enquanto a propriedade estiver sendo operada com essa finalidade.

Os contratos de direito de uso e operação decorrentes de combinações de negócios são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis pelo valor justo e amortizados ao longo do período do contrato.

g) Contratos de Fornecimento

A subsidiária Biometano Verde Paulínia possui um contrato firmado de compra e venda de biogás produzido no aterro sanitário de Paulínia, onde está localizada a planta de purificação. A vigência do contrato é de 20 anos e sua amortização está condicionada a data de início da operação.

h) Amortização

Exceto pelo ágio (*goodwill*) e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

i) Ativos com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável. Este subgrupo é composto por goodwill e marcas e patentes. A Companhia espera que estas marcas e patentes possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade, contribuindo indefinidamente para seus fluxos de caixa visto que são marcas consolidadas nos mercados em que estão presentes.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se necessário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado							Controladora	
	Ágio	Direito de Concessão	Licenças	Marcas e patentes	Fidelização de clientes	Contrato de Fornecimento	Outros	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.391.974	24.297.484	243.044	155.480	2.630.947	574.363	635.380	29.928.672	22.356
Adições	—	12.088	—	—	87.146	—	90.575	189.809	4.485
Baixas	—	(141.588)	—	—	(81)	—	(5.814)	(147.483)	—
Transferências	7.824	3.296.505	—	1.249	19.313	—	—	3.324.891	—
Efeito de conversão de balanço	—	1.431.644	(3.235)	—	(17)	—	41.662	1.470.054	16
Ativos mantidos para venda	185.223	11.500	28.403	39.341	341.454	—	25.940	631.861	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.585.021	28.907.633	268.212	196.070	3.078.762	574.363	787.743	35.397.804	26.857
Adições	—	583	—	—	94.344	—	109.315	204.242	3.507
Baixas	(4.419)	(152.365)	—	(284)	—	—	(375)	(157.443)	—
Combinação de negócios	264.992	—	—	14.280	58.110	—	2.207	339.589	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	(156)	1.518.316	(14.177)	—	39.698	—	41.208	1.584.889	753
Efeito de conversão de balanço	(81.549)	(5.872)	(6.613)	(16.615)	(159.510)	—	(8.558)	(278.717)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.763.889	30.268.295	247.422	193.451	3.111.404	574.363	931.540	37.090.364	31.117
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2024	—	(5.476.918)	(63.216)	(9.201)	(1.288.556)	—	(440.494)	(7.278.385)	(15.493)
Adições	—	(960.471)	(6.978)	—	(364.926)	—	(44.359)	(1.376.734)	(1.491)
Baixas	—	87.433	—	—	—	—	659	88.092	—
Combinação de negócios	—	(391.372)	—	—	—	—	3.264	(388.108)	—
Transferências	—	—	—	—	—	—	(762)	(762)	—
Efeito de conversão de balanço	—	(11.500)	(9.674)	—	(82.913)	—	(2.597)	(106.684)	—
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	—	—	—	—	(4.438)	(4.438)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	(6.752.828)	(79.868)	(9.201)	(1.736.395)	—	(488.727)	(9.067.019)	(16.984)
Adições	—	(1.077.772)	(6.963)	(683)	(284.047)	—	(70.238)	(1.439.703)	(2.418)
Baixas	—	78.446	—	—	—	—	306	78.752	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	5.329	—	—	—	—	(43)	5.286	—
Efeito de conversão de balanço	—	5.872	(1.229)	—	47.306	—	1.038	52.987	—
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	—	—	—	—	(14.041)	(14.041)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	—	(7.740.953)	(88.060)	(9.884)	(1.973.136)	—	(571.705)	(10.383.738)	(19.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.585.021	22.154.805	188.344	186.869	1.342.367	574.363	299.016	26.330.785	9.873
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.763.889	22.527.342	159.362	183.567	1.138.268	574.363	359.835	26.706.626	11.715

- (i) O montante apresentado nas linhas de "Transferências", compreendem as seguintes movimentações: R\$ 1.634.254 transferidos do ativo de contrato; R\$ 137.157 transferidos para ativo financeiro; R\$ 69.881 transferidos de imobilizado; R\$ 55.062 reclassificados de impostos a recuperar; e R\$ 31.865 transferidos para ativo mantido para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Métodos de amortização e vidas úteis:

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Direitos de Concessão:			
Compass	De 3,54% a 4,58%	16.254.789	15.762.227
Rumo	1,59%	6.272.553	6.392.578
		22.527.342	22.154.805
Licenças e autorizações:			
Licença de operação portuário	3,70%	44.375	44.375
Moove	5,00%	114.987	143.969
		159.362	188.344
Marcas e patentes:			
Comma	Indefinida	56.577	59.255
Petrochoice	Indefinida	110.803	125.175
Tirreno	Indefinida	2.439	2.439
Pax	Indefinida	13.253	—
Tamco	Indefinida	495	—
		183.567	186.869
Fidelização de clientes:			
Compass	20,00% a 50,00%	228.220	234.533
Moove	20,00% a 30,00%	910.048	1.107.834
		1.138.268	1.342.367
Contrato de fornecimento:			
Compass	5,00% ⁽ⁱ⁾	574.363	574.363
		574.363	574.363
Outros:			
Licença de software	20,00%	230.983	220.084
Outros	20,00%	128.852	78.932
		359.835	299.016
Total		24.942.737	24.745.764

(i) A amortização do contrato está condicionada ao início do fornecimento.

b) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A tabela a seguir apresenta o valor contábil do ágio e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Ágio	Marcas e patentes	Ágio	Marcas e patentes
UGC Moove	1.626.168	183.567	1.447.300	186.869
UGC Compass	100.192	—	100.192	—
UGC Rumo	37.529	—	37.529	—
	1.763.889	183.567	1.585.021	186.869

As projeções de fluxos de caixa futuros da Companhia geralmente aplicam taxas de crescimento de 3,36% (3,55% em 31 de dezembro de 2024), que, em nenhum caso, são crescentes ou superiores às taxas médias de crescimento de longo prazo para o setor e país em questão.

Os fluxos de caixa são descontados a uma determinada taxa, antes de impostos, para calcular seu valor presente. As taxas de desconto, antes de impostos e expressas em termos nominais, variaram entre 11,00% e 13,18% em 31 de dezembro de 2025 (entre 10,90% e 13,43% em 31 de dezembro de 2024).

As principais premissas para o primeiro ano do modelo financeiro consideram a inflação e o Produto Interno Bruto ("PIB") por região onde a UGC está localizada, além das estratégias e oportunidades de mercado do Grupo Cosan. As principais premissas consideradas para os anos restantes do modelo estão relacionadas à inflação e ao crescimento do mercado do setor. A taxa de desconto utilizada é o WACC, para o qual as principais premissas são: taxa livre de risco, prêmio de risco de mercado e inflação que são obtidas de fontes externas de informação.

Os fluxos de caixa futuros foram construídos considerando: (i) o EBITDA para a unidade geradora de caixa, ajustado por outros itens de caixa operacionais relevantes e despesas de capital recorrentes; (ii) a taxa de desconto do Grupo Cosan ("WACC") antes dos impostos; e (iii) uma taxa de crescimento calculada usando o índice de inflação por região.

O teste anual de *impairment* utilizou as premissas listadas a seguir:

Premissas	% anual
Taxa livre de risco (T-Note 10y)	3,67%
Inflação (BR)	3,76%
Inflação (US)	2,22%
Inflação (UK)	2,12%
Prêmio de risco país (BR)	3,70%
Prêmio de risco país (UK)	0,89%
Prêmio de risco país (ARG)	14,80%
Prêmio de risco mercado	3,73%
Alíquota de tributo (BR)	34,00%
Alíquota de tributo (UK)	25,00%
Alíquota de tributo (ARG)	35,00%

Para a Moove, realizamos uma análise de sensibilidade sobre premissas-chave, o WACC e a Taxa de Crescimento Anual Composta ("CAGR"). As análises mostram que, no caso da UGC da América do Norte, um aumento de 2,1% no WACC, em base pré-impostos e nominal, ou uma diminuição no CAGR do crescimento da receita unitária para o período de cinco anos para abaixo de 0,8%, representariam cenários nos quais poderia haver redução ao valor recuperável. Um CAGR de 1,3% foi utilizado no teste de recuperabilidade. Para as demais UGCs, a administração não espera que alterações razoavelmente possíveis nas premissas-chave resultem em redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chave, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada. Dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperabilidade no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

Exceto pelas provisões apresentadas na Nota 11.6, a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment* durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, nenhum teste de *impairment* foi necessário para os demais ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

11.3 Ativos de contrato

Política contábil:

Os ativos do contrato representam o direito contratual da Companhia por meio de suas controladas, relacionado às obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção.

Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente.

Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do Poder concedente.

	Compass	Moove	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.041.421	10.684	1.052.105
Adições	1.602.284	16.564	1.618.848
Baixas	(4.650)	(22.881)	(27.531)
Transferências	(1.585.219)	—	(1.585.219)
Combinação de negócios	56.627	—	56.627
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.110.463	4.367	1.114.830
Adições	1.568.285	15.249	1.583.534
Baixas	1.837	(16.773)	(14.936)
Transferências ⁽ⁱ⁾	(1.638.815)	—	(1.638.815)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.041.770	2.843	1.044.613

- (i) O montante indicado na linha de transferências, contempla R\$ 1.634.254 transferido para ativo intangível, R\$ 7.913 realocado para estoque e R\$ 3.352 de impostos a recuperar.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia adicionaram R\$ 181.505 aos ativos intangíveis (R\$ 137.399 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), por meio da capitalização de mão de obra.

a) Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Comgás, controlada indireta da Companhia, capitalizou R\$ 79.018 em custos de empréstimos, a uma taxa média ponderada de 13,78% a.a. (R\$ 78.980 a 10,47% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sulgás, controlada indireta da Companhia, capitalizou R\$ 2.965 em custos de empréstimos, a uma taxa média ponderada de 12,20% a.a. (R\$ 2.908 a 5,81% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

11.4 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início;
- custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário;
- estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que este está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento; e
- dedução de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesses casos, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, a qual é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente ajustado por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

As concessões ferroviárias são, usualmente, classificadas e mensuradas no âmbito da Interpretação IFRIC 12/CPC 01 - Contratos de Concessão. Contudo, por não atenderem aos critérios definidos nessa interpretação, a Companhia registrou seus contratos de concessão como ativo de direito de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado							Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2024	517.089	521.120	943.428	85.949	60.164	1.533.969	8.096.285	11.758.004	42.655
Adições	54.516	62.354	4.420	—	98.445	60.465	801.375	1.081.575	1.414
Reajustes contratuais	3.928	298	9.412	1.771	20	—	82.927	98.356	10
Baixas	(14.196)	(550)	—	—	(190)	—	—	(14.936)	—
Combinação de negócios	21.531	—	—	—	2.626	—	—	24.157	—
Efeito de conversão de balanço	63.156	5.992	—	—	15.632	—	—	84.780	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	646.024	589.214	957.260	87.720	176.697	1.594.434	8.980.587	13.031.936	44.079
Adições	132.165	31.900	—	—	105.274	59.482	150.410	479.231	—
Reajustes contratuais	9.737	60.571	10.494	259	(7.172)	—	178.776	252.665	—
Baixas	(20.583)	(44.941)	—	—	(332)	—	—	(65.856)	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	—	(686.837)	—	—	—	—	(686.837)	—
Efeito de conversão de balanço	(32.420)	(4.048)	—	—	(15.616)	—	—	(52.084)	—
Ajuste de valor justo	10.063	13	—	—	168	—	—	10.244	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	744.986	632.709	280.917	87.979	259.019	1.653.916	9.309.773	12.969.299	44.079
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(187.268)	(146.748)	(468.555)	(25.354)	(34.737)	(38.349)	(1.343.475)	(2.244.486)	(20.455)
Adições	(107.047)	(59.510)	(33.829)	(4.499)	(17.581)	(78.030)	(308.047)	(608.543)	(6.067)
Baixas	3.610	247	(2.761)	—	1.872	—	—	2.968	—
Efeito de conversão de balanço	(25.523)	(3.616)	—	—	(3.473)	—	—	(32.612)	—
Combinação de negócios	(4.902)	—	—	—	(726)	—	—	(5.628)	—
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	—	—	—	—	(184.884)	(184.884)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(321.130)	(209.627)	(505.145)	(29.853)	(54.645)	(116.379)	(1.836.406)	(3.073.185)	(26.522)
Adições	(132.054)	(73.751)	(16.318)	(4.788)	(56.070)	(81.278)	(256.778)	(621.037)	(5.195)
Baixas	10.421	23.373	—	—	1.470	—	—	35.264	287
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	—	372.463	—	—	—	—	372.463	—
Efeito de conversão de balanço	16.214	2.430	—	—	1.748	—	—	20.392	—
Perda por redução ao valor recuperável	(627)	(134)	(253)	—	—	—	(39.253)	(40.267)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(427.176)	(257.709)	(149.253)	(34.641)	(107.497)	(197.657)	(2.132.437)	(3.306.370)	(31.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	324.894	379.587	452.115	57.867	122.052	1.478.055	7.144.181	9.958.751	17.557
Saldo em 31 de dezembro de 2025	317.810	375.000	131.664	53.338	151.522	1.456.259	7.177.336	9.662.929	12.649

(i) O montante indicado na linha de transferências contempla R\$ (314.374) transferido para imobilizado.

11.5 Propriedades para investimentos

Política contábil:

As propriedades para investimento são inicialmente avaliadas ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço, com as variações reconhecidas na demonstração do resultado.

A receita da venda de propriedades agrícolas é reconhecida no resultado somente quando as seguintes condições são satisfeitas:

- i. a venda é concluída;
- ii. a Companhia determina que o pagamento por parte do comprador é provável;
- iii. a receita pode ser mensurada de forma confiável; e
- iv. a Companhia transfere ao comprador os riscos de posse e não detém mais qualquer envolvimento na propriedade.

Os ganhos na venda de propriedades agrícolas são apresentados na demonstração do resultado como receita líquida, e o custo é apresentado como custo das propriedades vendidas.

O valor justo das propriedades agrícolas é determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado, aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade). Em certa medida, também se baseia em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (Nível 3).

A metodologia utilizada na determinação do valor justo considera comparações diretas de informações de mercado, como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados. Essa metodologia está em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT").

A taxa de desconto foi de 9,25% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (6,06% a.a. e 10,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

O portfólio é avaliado anualmente por peritos externos e periodicamente revisado por profissionais internos tecnicamente qualificados para realizar esse tipo de avaliação.

	Propriedades para investimento
Saldo em 1º de janeiro de 2024	15.976.126
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	1.273.033
Adições	7.055
Transferências	(437.080)
Baixas	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.818.919
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	1.441.276
Adições	16.463
Transferências (Nota 8)	(50.403)
Baixas	(4.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.221.781

11.6 Perda por Redução ao Valor Recuperável

	31 de dezembro de 2025	
	Controladora	Consolidado
Rumo Malha Sul S.A.	—	1.227.872
TUP Porto São Luís S.A.	265.880	265.880
Total	265.880	1.493.752

Rumo Malha Sul S.A.

Eventos climáticos extremos ocorridos no segundo trimestre de 2024 causaram danos significativos à infraestrutura ferroviária da Rumo Malha Sul S.A. ("Rumo Malha Sul"), localizada no estado do Rio Grande do Sul.

A extensão dos danos, associada aos elevados custos de reconstrução, gerou incertezas quanto à renovação da concessão ferroviária, cujo vencimento inicial está previsto para fevereiro de 2027, embora a controlada Rumo S.A. continue empregando seus melhores esforços nesse processo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Rumo Malha Sul identificou a persistência de indicadores de desvalorização, reconhecendo integralmente a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sobre o ativo decorrente da concessão ferroviária. O valor total da perda reconhecida no resultado do exercício foi de R\$ 1.227.872.

O valor recuperável da unidade foi determinado a partir de seu valor em uso, obtido pelo fluxo de caixa descontado, elaborado com base em projeções atualizadas e aprovadas pela Administração. A última projeção realizada, até o reconhecimento integral da provisão de *impairment* dos ativos, utilizou como principais premissas:

- Prazo de projeção: até fevereiro de 2027.
- Volume: espera-se uma queda no volume da unidade em 2025, seguida de uma recuperação com crescimento de 7,1% em 2026, com base nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.
- Preço de venda: considera uma queda de 0,8% na tarifa média de 2026 e tem como base as atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.
- Custos variáveis e manutenção: incluídos conforme histórico e sem incrementos de capacidade.
- Os investimentos projetados referem-se à manutenção da Concessão e são baseados na experiência histórica da Administração da Rumo. Os investimentos não compreendem incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.
- A Taxa de desconto nominal de 14,26%, estimada pelo custo médio ponderado de capital.

TUP Porto São Luís S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou o valor justo menos as despesas de venda da participação societária no TUP Porto São Luís S.A. (Porto São Luís), classificada como ativo mantido para venda. O valor justo foi determinado com base em proposta não vinculante (*non-binding offer*), considerada a melhor evidência disponível do preço que seria praticado por participantes de mercado, ajustada pelas despesas estimadas de alienação.

Em decorrência dessa avaliação, foi reconhecido ajuste de desvalorização no valor de R\$ 265.880.

12 Compromissos

Fornecimento de gás

Os contratos de suprimento de gás natural apresentam características específicas, incluindo obrigações de retirada mínima por parte da Companhia (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte). Caso a Companhia consuma volumes inferiores aos mínimos contratados, é obrigada a efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos estabelecidos, podendo compensar tais diferenças mediante consumo adicional ao longo do período de vigência do contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada.

Adicionalmente, os contratos permitem a recuperação do volume eventualmente acumulado. Com base nas projeções de consumo e nas condições contratuais vigentes, a administração estima que será possível recuperar integralmente os volumes acumulados até a presente data, considerando que, durante o período de recuperação previsto, não incorrerão novos acúmulos relativos aos compromissos mínimos contratados para esse período.

Dada a natureza recuperável desses direitos, os montantes pagos e não utilizados são reconhecidos como ativo na rubrica "Transporte não utilizado". A administração utiliza estimativas e julgamentos significativos para avaliar a recuperabilidade desses volumes, considerando projeções de demanda, condições de mercado e histórico de consumo, os quais estão sujeitos a revisão periódica e podem ser ajustados em exercícios futuros conforme as circunstâncias econômicas e operacionais.

Considerando os contratos de fornecimento de gás vigentes, as controladas possuem compromissos financeiros que totalizam um valor presente estimado de R\$ 22.926.446.

Concessão da Rumo

Os contratos de subconcessão nos quais a Rumo, por meio de suas controladas, é parte, frequentemente incluem compromissos de investimentos com características específicas durante o prazo do contrato. Destacam-se:

- (i) O 2º termo aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista, assinado em 27 de maio de 2020, previa a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Parte deste montante compõe o caderno de obrigações citados no 2º termo aditivo.
- (ii) Em 27 de maio de 2024, através do 6º termo aditivo ao contrato de concessão da Malha Paulista, ocorreu a repactuação das obras e dos prazos do caderno de obrigações assumido por ocasião da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato.
- (iii) O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato ocorrida em 31 de julho de 2019), estimados pela ANTT em R\$ 645.573.

13 Concessões a pagar

Política contábil:

A Companhia registra as concessões a pagar da seguinte forma:

- **Parcelas de Arrendamento em Litígio:** O saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente é registrado inicialmente pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de Arrendamento”. Posteriormente, os valores são corrigidos pela Selic.
- **Saldos Parcelados com o Poder Concedente:** Os saldos parcelados com o Poder Concedente são registrados inicialmente pelo valor remanescente devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos pela Selic até o pagamento.
- **Outorgas por Direitos de Concessão:** Os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e Outorgas”) são registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 11.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.786.696	2.442.600
	2.786.696	2.442.600
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	805.884	940.215
	805.884	940.215
Concessões:		
Rumo Malha Sul S.A.	61.339	68.487
Rumo Malha Paulista S.A.	298.340	238.146
Rumo Malha Central S.A.	35.986	31.742
	395.665	338.375
Total	3.988.245	3.721.190
Circulante	189.076	166.273
Não circulante	3.799.169	3.554.917
	3.988.245	3.721.190

a) Arrendamento e concessão em litígio

Em 21 de julho de 2020, a Rumo, controlada da Companhia, protocolou junto à ANTT um pedido de adesão ao processo de relicitação a terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Rumo Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (Processo de Relicitação), nos termos da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, e regulamentado pelo Decreto nº 9.957, de 7 de agosto de 2019.

Em decorrência desse processo, foi celebrado um aditivo ao contrato de concessão e, por decisão conjunta das partes, houve a suspensão da ação de reequilíbrio econômico e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

financeiro ajuizada pela Rumo Malha Oeste contra a União. Essa ação teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso no Tribunal Regional Federal.

Os depósitos judiciais relativos às ações mencionadas totalizam R\$ 30.202 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 27.897 em 31 de dezembro de 2024).

b) Arrendamentos e outorgas enquadradas no escopo do CPC 06 R2/IFRS 16

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	175.328	309.269
Rumo Malha Paulista S.A.	295.476	363.588
Rumo Malha Oeste S.A.	17.412	82.331
	488.216	755.188
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	1.834.965	1.673.889
Rumo Malha Central S.A.	1.314.214	1.111.043
	3.149.179	2.784.932
Total	3.637.395	3.540.120
Circulante	541.272	547.492
Não circulante	3.096.123	2.992.628
	3.637.395	3.540.120

14 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diversos impostos e contribuições, incluindo impostos municipais, estaduais e federais, impostos sobre faturamento, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros. Além disso, a Companhia é obrigada a recolher impostos retidos na fonte de terceiros, os quais, em geral, não representam uma despesa para a Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Parcelamento de débitos tributários	145.173	219.429	161.182	254.302
ICMS	1	3	188.080	227.563
COFINS	16.388	53.496	114.361	152.066
PIS	2.971	2.893	23.046	24.054
Encargos previdenciários	16.974	17.163	51.648	50.975
IRRF	—	—	13.006	40.708
Outros	2.811	1.416	150.587	143.419
	184.318	294.400	701.910	893.087
Circulante	34.951	78.197	525.208	637.842
Não circulante	149.367	216.203	176.702	255.245
Total	184.318	294.400	701.910	893.087

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
de 13 a 24 meses	—	—	8.379	6.667
de 25 a 36 meses	—	—	2.676	7.957
de 37 a 48 meses	—	—	—	919
de 49 a 60 meses	—	—	—	996
acima de 60 meses	149.367	216.203	165.647	238.706
	149.367	216.203	176.702	255.245

Reforma tributária sobre o consumo no Brasil (IBS e CBS)

A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, instituíram a Reforma do Sistema Tributário Nacional sobre o consumo, promovendo a substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços — notadamente PIS, COFINS, ICMS e ISS — pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”).

A legislação estabelece um período de transição a partir de 2026, com coexistência dos tributos atuais e dos novos tributos, e plena implementação prevista para os exercícios subsequentes, conforme o cronograma legal.

O Grupo Cosan atua, por meio de suas controladas e coligadas, em diversos segmentos econômicos, incluindo, entre outros, energia e combustíveis, logística e transporte, mobilidade e lubrificantes, infraestrutura e ativos imobiliários, bem como atividades agrícolas e correlatas. Tais segmentos apresentam modelos operacionais, cadeias de valor e regimes de incidência tributária distintos, o que pode resultar em efeitos diferenciados no contexto da implementação do IBS e da CBS, a depender da regulamentação específica aplicável a cada atividade.

Nesse contexto, os impactos decorrentes da Reforma Tributária tendem a se materializar de forma preponderante nas controladas operacionais do Grupo, com potenciais reflexos indiretos nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo, entre outros aspectos, a estrutura de custos, a formação de preços, a dinâmica de créditos tributários e os fluxos de caixa consolidados.

A Administração estruturou frentes internas dedicadas ao acompanhamento da Reforma Tributária, abrangendo análises normativas, avaliações econômico-financeiras e adequações sistêmicas, com apoio de assessores externos especializados. Referidas análises encontram-se em andamento e consideram, entre outros fatores, a evolução da regulamentação infralegal, as interpretações das autoridades competentes e as especificidades de cada segmento de atuação da Companhia.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, não há impactos da Reforma Tributária sobre o Consumo a serem reconhecidos. A Administração seguirá acompanhando a evolução da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como os desdobramentos operacionais relevantes, para avaliar oportunamente a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações adicionais.

15 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber, esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, utilizando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar referente a exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores utilizados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Ativos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia considera o impacto das posições fiscais incertas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode levar a Companhia a mudar seu julgamento em relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que a determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido na controladora depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é baixado. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

A Companhia e suas controladas estão comprometidas com as boas práticas fiscais, observando a legislação e os regulamentos aplicáveis nos países onde atuam. Comprometem-se, ainda, a adotar políticas de preços de transferência alinhadas aos princípios da plena concorrência e às regras estabelecidas pelas legislações fiscais das jurisdições em que operam, assegurando a transparência das operações, a ética comercial e a não utilização de práticas que resultem em redução artificial da carga tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de		Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(9.129.119)	(8.893.751)	(7.991.285)	(5.245.119)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	3.103.900	3.023.875	2.717.037	1.783.340
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(2.036.167)	(1.054.960)	(3.626.134)	(1.422.337)
Resultado de empresas no exterior	(37.949)	(70.643)	(105.143)	(93.121)
Lucro da exploração	—	—	346.386	407.231
Juros sobre capital próprio	—	—	(26.895)	(174.335)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(11.477)	(23.234)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(1.760.414)	(2.560.406)	(2.362.375)	(4.193.767)
Benefício ICMS – extemporâneo	—	—	(1.263)	20.490
Benefício ICMS – período corrente	—	—	—	(521)
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo – juros e multa	—	—	—	25.851
Selic sobre indêbito	22.260	19.861	50.686	60.873
Diferencial de alíquota ⁽ⁱ⁾	—	—	454.416	534.837
Outros	115.364	(72.858)	361.646	(115.829)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(593.006)	(715.131)	(2.203.116)	(3.190.522)
Taxa efetiva - %	6,50 %	8,04 %	27,57 %	60,83 %

- (i) Diferença de alíquota entre a taxa nominal de 34% e a taxa efetiva aplicável às entidades que apuram o tributo no regime de lucro presumido.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que originam partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2025	de 2024	2025	de 2024
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	—	—	1.777.782	1.699.262
Base negativa de contribuição social	—	—	590.380	560.110
Diferenças temporárias:				
Variação cambial – Empréstimos e financiamentos	1.180.030	2.159.160	1.366.606	2.669.489
Provisão para demandas judiciais	61.215	64.335	257.691	272.886
Provisão impairment (Rumo Malha Oeste)	—	—	30.547	23.436
Obrigação de benefício pós-emprego	—	—	129.938	128.046
Provisões para perdas de créditos esperadas	—	—	53.662	44.202
Provisão para não realização de impostos	2.580	2.580	68.210	70.719
Transações com pagamento baseado em ações	25.933	19.336	90.861	103.454
Arrendamento mercantil	1.916	2.347	236.278	312.402
Resultado não realizado com derivativos	271.198	—	696.110	390.622
Ajuste valor justo sobre dívidas	—	—	32.268	—
Provisões de participações no resultado	15.638	11.212	118.658	131.254
Combinação de negócios – Intangível	—	—	106.524	124.628
Combinação de negócios – Imobilizado	—	—	1.854	1.854
Selic sobre indêbito	48.160	48.160	73.113	76.745
Provisões diversas	263.165	140.077	812.648	682.385

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Diferido sobre resultado pré-operacional	—	—	69.314	79.402
Conta corrente regulatória	—	—	—	8.396
Outros	23.156	205	170.404	245.221
Total	1.892.991	2.447.412	6.682.848	7.624.513

Créditos passivos de:

Diferenças temporárias

Variação cambial – Empréstimos e financiamentos	—	—	(24.778)	(347)
Provisão para demandas judiciais	—	—	—	(107)
Revisão de vida útil	—	—	(839.880)	(531.081)
Combinação de negócios – Imobilizado	—	—	(174.359)	(161.784)
Ágio fiscal amortizado	—	—	(609.096)	(645.297)
Resultado não realizado com derivativos	—	(156.611)	(400.672)	(369.763)
Ajuste valor justo sobre dívidas	—	—	(559.450)	(801.022)
Títulos e valores mobiliários	(31.434)	—	(31.437)	—
Propriedades para investimento	—	—	(567.263)	(496.395)
Bens destinados a venda	—	—	(11.906)	(962)
Efeitos na formação da controlada em conjunto	(33.776)	(102.070)	(33.776)	(167.196)
Combinação de negócios – Intangível	—	—	(4.902.079)	(4.990.657)
Obrigação pós-emprego	—	—	(4.815)	(4.810)
Arrendamento mercantil	—	—	(11.101)	(11.557)
Provisão para realização futura de perda de capital	(449.153)	(449.153)	(449.153)	(449.153)
Outros	—	18.832	(484.440)	(472.592)
Total	(514.363)	(689.002)	(9.104.205)	(9.102.723)

Total de tributos diferidos registrados	1.378.628	1.758.410	(2.421.357)	(1.478.210)
Diferido ativo	1.378.628	1.758.410	3.703.864	4.495.296
Diferido passivo	—	—	(6.125.221)	(5.973.506)
Total diferido, líquido	1.378.628	1.758.410	(2.421.357)	(1.478.210)

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, por meio da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo. A expectativa de realização em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	927.660	1.338.555
1 a 2 anos	35.136	284.141
2 a 3 anos	169.877	525.531
3 a 4 anos	35.136	342.253
4 a 5 anos	35.136	204.872
5 a 8 anos	105.409	628.567
8 a 10 anos	70.274	379.945
	1.378.628	3.703.864

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

Ativo	Controladora							Total
	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Arrendamento	Benefícios a empregados	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.286.666	165.978	102.765	2.497	100.085	1.165.734	208.331	3.032.056
Impacto no resultado do exercício	(1.245.573)	(165.978)	104.227	(150)	(69.537)	993.426	(159.966)	(543.551)
Litígio Zero	(41.093)	—	—	—	—	—	—	(41.093)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	—	206.992	2.347	30.548	2.159.160	48.365	2.447.412
Impacto no resultado do exercício	—	271.198	119.968	(431)	11.023	(979.130)	22.951	(554.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	—	271.198	326.960	1.916	41.571	1.180.030	71.316	1.892.991

Passivo	Controladora					Total
	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado do não realizado com derivativos	Provisões	Outros		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(103.992)	—	(449.153)	—		(553.145)
Impacto no resultado do exercício	1.922	(156.611)	—	31.890		(122.799)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(13.058)		(13.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(102.070)	(156.611)	(449.153)	18.832		(689.002)
Impacto no resultado do exercício	68.294	156.611		(263.071)		(38.166)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	2.086		2.086
Incorporação Cosan Oito	—	—	—	210.719		210.719
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(33.776)	—	(449.153)	(31.434)		(514.363)
Total impostos diferidos reconhecidos						1.378.628

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Ativo	Consolidado								
	Prejuízo fiscal e base negativa	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Arrendamentos	Obrigações de benefícios pós emprego	Intangível	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.644.051	823.286	1.045.267	161.840	150.336	124.379	1.292.954	828.173	8.070.286
Impacto no resultado do exercício	(1.343.586)	(433.630)	5.398	4.990	(22.290)	249	1.376.535	(181.847)	(594.181)
Outros resultados abrangentes	—	966	—	145.572	—	—	—	—	146.538
Litígio zero	(41.093)	—	—	—	—	—	—	—	(41.093)
Combinação de negócios	—	—	42.963	—	—	—	—	—	42.963
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.259.372	390.622	1.093.628	312.402	128.046	124.628	2.669.489	646.326	7.624.513
Impacto no resultado do exercício	108.790	305.488	172.605	(76.124)	1.892	(18.104)	(1.302.883)	(75.621)	(883.957)
Combinação de negócios	—	—	(43.475)	—	—	—	—	—	(43.475)
Transferências	—	—	—	—	—	—	—	(14.233)	(14.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.368.162	696.110	1.222.758	236.278	129.938	106.524	1.366.606	556.472	6.682.848

Passivo	Consolidado									
	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Obrigações de benefícios pós emprego	Intangível	Imobilizado	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(103.992)	(299.965)	(449.561)	(4.641)	(4.426.881)	(456.093)	(195.232)	(281.784)	(1.468.540)	(7.686.689)
Impacto no resultado do exercício	(63.204)	(69.798)	301	(169)	126.999	(74.988)	194.885	(519.238)	(238.926)	(644.138)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	(45.513)	(45.513)
Combinação de Negócios	—	—	—	—	(690.775)	—	—	—	(35.608)	(726.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(167.196)	(369.763)	(449.260)	(4.810)	(4.990.657)	(531.081)	(347)	(801.022)	(1.788.587)	(9.102.723)
Impacto no resultado do exercício	133.420	(30.909)	107	(5)	88.578	(308.799)	(24.431)	241.572	(132.365)	(32.832)
Transferências	—	—	—	—	—	—	—	—	47.640	47.640
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	(16.290)	(16.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(33.776)	(400.672)	(449.153)	(4.815)	(4.902.079)	(839.880)	(24.778)	(559.450)	(1.889.602)	(9.104.205)

Total impostos diferidos reconhecidos										(2.421.357)
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------------------

d) Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas e Provisão para não realização de recuperabilidade de prejuízos fiscais no exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de imposto de renda e contribuição social não ativados totalizou R\$ 4.211.530 para controladora (R\$ 2.560.406 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 8.560.792 para consolidado (R\$ 6.427.740 para 31 de dezembro de 2024), referente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Atualmente, esses valores não atendem aos requisitos para a contabilização de ativo fiscal diferido, devido à falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributáveis.

A administração continuará monitorando periodicamente as projeções de lucros tributáveis futuros e ajustará a provisão conforme necessário, de acordo com as mudanças nas condições econômicas e financeiras da Companhia.

e) Incertezas sobre tratamento de tributo sobre o lucro

A Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a determinadas interpretações e posições adotadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”). A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores alheios à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações na legislação tributária.

Em conformidade com o ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia, para cada posição fiscal incerta, se é provável que a autoridade fiscal venha a aceitar o tratamento adotado ou planejado na apuração dos tributos.

Somente nos casos em que a Companhia conclui não ser provável a aceitação do tratamento fiscal pela autoridade competente é que são reconhecidos os efeitos da incerteza, com base no melhor método de previsão da resolução da questão — seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado.

As posições fiscais adotadas pela Companhia são respaldadas por pareceres de consultores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais quanto ao imposto de renda por um decedencial de até dez anos, dependendo da jurisdição em que opera.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante total dos valores autuados e em discussão com as autoridades fiscais referente a essas questões, em que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, era de R\$ 1.509.117 na Controladora (R\$ 1.395.568 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 6.859.878 no Consolidado (R\$ 7.052.491 em 31 de dezembro de 2024).

Em relação as discussões tributárias, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação.

Nova regra tributária Pilar Dois

O Grupo Cosan possui controladas no exterior em jurisdições nas quais as regras de tributação mínima global (“Pilar Dois” – Global Anti-Base Erosion Rules, ou “Regras GloBE”) estão promulgadas e em vigor desde 1º de janeiro de 2024, podendo, em determinadas circunstâncias, resultar na exigência de tributos complementares (“top-up tax”) sobre lucros auferidos nessas jurisdições.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Considerando que entidades consolidadas pelo Grupo Cosan atuantes na Argentina, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Luxemburgo, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suíça podem estar abrangidas, direta ou indiretamente, por essa legislação, o Grupo realizou avaliações internas com o objetivo de estimar sua potencial exposição às Regras GloBE. Referidas avaliações foram baseadas nas informações contábeis e fiscais mais recentes disponíveis. Com base nas análises iniciais e nas informações atualmente disponíveis, o Grupo não espera, até o presente momento, impactos materiais ou a constituição de obrigações relevantes relacionadas ao Pilar Dois no exercício de 2025, sem prejuízo de revisões decorrentes de mudanças regulatórias, orientações interpretativas aplicáveis e/ou atualização das bases utilizadas.

No Brasil, foi instituído o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("Adicional da CSLL"), no contexto da adaptação da legislação brasileira às Regras GloBE, por meio da Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo uma tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais enquadrados nos critérios legais. A Administração realizou cálculos preliminares com base nas informações atualmente disponíveis das empresas brasileiras, não havendo expectativa de impactos materiais relacionados ao Adicional da CSLL.

Adicionalmente, considerando as regras simplificadoras previstas no âmbito do Pilar Dois (*safe harbours*) e a expectativa de sua prorrogação até 2027, a Administração não espera, neste momento, alterações relevantes no cenário atualmente observado até referida data, tampouco efeitos materiais associados à aplicação de tributos complementares (*top-up tax*). Ainda que determinadas entidades do Grupo não se enquadrem integralmente nas referidas regras simplificadoras e estejam sujeitas ao cálculo completo das Regras GloBE, as avaliações realizadas, em ambos os casos, não indicaram impactos materiais ou tributo complementar devido. Permanece ressalvada a possibilidade de alterações regulatórias, orientações interpretativas e/ou mudanças no estágio de implementação pelas jurisdições aplicáveis.

16 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

As provisões são reconhecidas como passivos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado, é provável que haja saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor da obrigação pode ser estimado com razoável precisão. O reconhecimento da provisão é acompanhado do correspondente registro de despesa no resultado do exercício.

A avaliação da probabilidade de saída de recursos considera as evidências disponíveis na data do balanço, incluindo a hierarquia normativa, a jurisprudência predominante, decisões judiciais recentes e sua relevância no ordenamento jurídico brasileiro, bem como pareceres de consultores jurídicos externos especializados. As provisões são revisadas a cada data do balanço e ajustadas conforme as circunstâncias, tais como o decurso do prazo prescricional, conclusão de procedimentos fiscais ou identificação de contingências adicionais decorrentes de novos fatos ou decisões judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Perdas prováveis e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributárias	204.827	198.385	694.524	745.896
Cíveis, ambientais e regulatórias	55.721	59.989	907.205	818.422
Trabalhistas	34.627	50.233	456.393	480.315
Total	295.175	308.607	2.058.122	2.044.633

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributárias	324.792	390.148	769.351	801.723
Cíveis, ambientais e regulatórias	15.707	14.675	182.809	134.058
Trabalhistas	11.405	12.146	120.822	120.909
Total	351.904	416.969	1.072.982	1.056.690

A movimentação das provisões para processos judiciais, no exercício, foi a seguinte:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	272.063	73.744	55.286	401.093
Provisionado no exercício	114.645	8.632	1.446	124.723
Baixas por reversão / pagamento	(114.865)	(14.556)	(7.512)	(136.933)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(73.458)	(7.831)	1.013	(80.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	198.385	59.989	50.233	308.607
Provisionado no exercício	63.325	8.408	4.476	76.209
Baixas por reversão / pagamento	(48.126)	(15.160)	(14.667)	(77.953)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	44.171	2.484	(5.415)	41.240
Transferência	(52.928)	—	—	(52.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	204.827	55.721	34.627	295.175

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	813.732	512.979	387.692	1.714.403
Provisionado no exercício	129.619	181.734	154.193	465.546
Baixas por reversão / pagamento	(138.562)	(187.735)	(168.112)	(494.409)
Combinação de negócio	1.382	91.913	4.831	98.126
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(60.275)	219.531	101.711	260.967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	745.896	818.422	480.315	2.044.633
Provisionado no exercício	69.981	243.209	122.498	435.688
Baixas por reversão / pagamento	(60.024)	(211.774)	(210.315)	(482.113)
Transferência	(124.484)	—	—	(124.484)
Combinação de negócio	—	1.089	2.287	3.376
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	63.155	56.259	61.608	181.022
Saldo em 31 de dezembro de 2025	694.524	907.205	456.393	2.058.122

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais, por serem consideradas prováveis, não foram registradas, por representarem ativos contingentes.

Tributárias

Os principais processos judiciais tributários para os quais o risco de perda é considerado provável são descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	—	—	351.539	337.351
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	85.630	80.576	117.264	101.399
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	55.432	14.217	104.889	64.708
PIS e COFINS	5.253	34.073	6.081	34.412
IPI	23.449	58.002	23.449	64.969
Outros	35.063	11.517	91.302	143.057
Total	204.827	198.385	694.524	745.896

(i) **FINSOCIAL:** Compensação de FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL) com tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003, nos autos de ação judicial em que foi discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação dos tributos permanece em discussão na esfera administrativa

(ii) **INSS:** Montante provisionado a título de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), representado, substancialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo discutida em juízo. Os valores envolvidos estão depositados judicialmente. O *leading case* – RE 611.601 (Tema 281)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

foi julgado de forma desfavorável pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a constitucionalidade do art. 22-A da Lei nº 8.212/91.

- (iii) **ICMS:** Autuações fiscais lavradas pelo Fisco relacionadas a diversos tipos de créditos de ICMS, incluindo: (a) autuação, como devedor único, por suposto desrespeito às obrigações de retenção de ICMS em relação a contrato de pedágio, decorrente de parceria agrícola entre nossas usinas de cana-de-açúcar e a Central Paulista Ltda. Açúcar e Alcool; (b) ICMS relativo a operações interestaduais tributadas como operações internas e, portanto, sujeitas a alíquota mais elevada, entre outros.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como polo passivo em diversas ações trabalhistas, movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados. As demandas incluem pleitos por adicionais à remuneração e indenizações de natureza diversa.

Adicionalmente, a Companhia é parte em ações civis públicas interpostas pelo Ministério Público do Trabalho, relacionadas a supostos descumprimentos de normas trabalhistas, condições e ambiente de trabalho. Em relação às alegações julgadas procedentes, a Companhia celebrou Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") com as autoridades competentes.

Cíveis, Ambientais e Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações indenizatórias, ações civis públicas e processos administrativos. Individualmente, esses processos não são considerados relevantes, e, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, o risco de perda é classificado como provável.

b) Perdas possíveis

A seguir, são descritos os principais processos para os quais o risco de perda é considerado possível:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributárias	3.365.322	3.324.448	8.392.969	8.624.545
Cíveis, ambientais e regulatórias	770.606	1.111.756	6.864.896	6.569.528
Trabalhistas	15.513	10.189	814.364	690.535
Total	4.151.441	4.446.393	16.072.229	15.884.608

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Multa isolada – tributos federais ⁽ⁱ⁾	—	—	856.908	847.582
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱⁱ⁾	1.278.584	1.151.523	3.021.717	2.996.997
IRRF ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	925.890	869.346
PIS e COFINS ^(iv)	1.164.986	1.297.612	1.888.292	2.174.274
MP 470 parcelamento de débitos ^(v)	281.285	253.793	281.285	253.793
Plano de opção de compra de ações	—	—	33.387	32.087
IOF sobre mútuo ^(vi)	—	—	68.168	195.098
Compensação com crédito prêmio ^(vii)	162.357	157.959	162.357	157.959
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(viii)	179.205	189.971	381.282	333.185
INSS	124.993	76.763	209.118	159.983
IPTU ^(ix)	—	—	143.077	128.700
Outros	173.912	196.827	421.488	475.541
Total	3.365.322	3.324.448	8.392.969	8.624.545

- (i) Dentre as demandas relacionadas à multa isolada, há autuação decorrente da: (a) desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO, com a consequente aplicação da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos; (b) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada.
- (ii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, à: (a) glosa de créditos de ICMS relativos à aquisição de óleo diesel; bens supostamente enquadrados como uso e consumo e fornecedores que tiveram suas inscrições estaduais cassadas (declarados inidôneos); (b) comprovação de entrega de bens vendidos com cláusula FOB; (c) ICMS sobre serviços de transporte para exportação; (d) divergência na aplicação da legislação de regência de operações com substituição tributária; e (e) aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO e (f) ICMS e multa sobre operações com documentos fiscais considerados inidôneos pelo fisco.
- (iii) Cobrança de IRRF sobre: (a) suposto ganho de capital decorrente de aquisição de empresas localizadas no exterior; e (b) glosa de compensação de IRRF sobre operações de swap.
- (iv) Glosas de créditos de PIS e COFINS, apurados na sistemática não cumulativa, em virtude de divergência no conceito de insumos.
- (v) Pedidos de parcelamento de débitos tributários federais indeferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil, sob o argumento de que os prejuízos fiscais são insuficientes para a quitação dos respectivos débitos.
- (vi) Cobranças de IOF relacionadas, substancialmente, à: (a) contas correntes mantidas por controladas da Companhia; e (b) transações financeiras entre as companhias do grupo.
- (vii) Declarações de compensação via sistema eletrônico PERD/COMP, referentes a “crédito-prêmio”, consideradas como não declaradas pela Receita Federal do Brasil.
- (viii) Cobrança de glosa de créditos de IPI relativos à aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação de produtos imunes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

- (ix) Cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano ("IPTU") relativa aos imóveis ferroviários arrendados ou cedidos à empresa em razão do contrato de concessão e à faixa de domínio ferroviária sobre os quais recai imunidade tributária. A matéria está em discussão no STF e um resultado desfavorável deverá gerar nova cobrança (inclusive de municípios que atualmente não cobram o mencionado tributo), em valores que ainda não é possível mensurar e, caso isso ocorra, será possível ajuizar demanda para restabelecer o equilíbrio econômico do contrato de concessão mencionado.

Cíveis, ambientais e regulatórias

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cíveis	708.679	1.059.547	3.227.973	3.355.370
Ambientais	61.183	51.540	1.618.201	1.691.409
Regulatórios	744	669	2.018.722	1.522.749
Total	770.606	1.111.756	6.864.896	6.569.528

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos nas esferas cível, ambiental e regulatória, com prognóstico de perda possível.

- **Esfera Cível:** A carteira de processos cíveis é composta majoritariamente por demandas indenizatórias de natureza contratual e extracontratual.
- **Esfera Ambiental:** Os processos ambientais versam sobre termos de compromisso, inquéritos civis e ações civis públicas.
- **Esfera Regulatória:** Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores.

Cíveis:

- (i) A controlada indireta Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal ("MPF"). O MPF alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disso, requereu a execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. A Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso era o de tentar conseguir carga em volume suficiente para a realização do transporte. Periodicamente, a companhia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, a União e a ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração do valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R\$ 130.239, sendo que 50% dos valores estão provisionados e o restante está classificado como contingência possível.
- (ii) Em novembro de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, condenou a controlada Rumo ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$ 339.811. A decisão foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória da decisão, a qual se encontra em grau de apelação. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Rumo avalia como provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

diferença como contingência possível. A Rumo celebrou acordo judicial para encerramento da discussão no valor de R\$ 18.173

Ambientais:

- (i) A Moove é ré em uma Ação Civil Pública (“ACP”) que visava o pagamento de indenização pela poluição ambiental ocorrida na antiga área da Companhia Usina de Passivos. Foram ajuizadas diversas ACPs contra diferentes empresas. Em fevereiro de 2024, houve alteração em uma das ACPs, na qual o valor atribuído pelo Ministério Público era de R\$ 365.319, e a ação foi extinta e arquivada. Em outra ACP, houve delimitação da responsabilidade da Companhia, onde celebrou acordo em fevereiro/2025 no valor de R\$ 287.500, já homologado pelo juiz e em fase de cumprimento.
- (ii) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (“IBAMA”) por supostos danos em recursos hídricos. A companhia apresentou defesa e, em setembro de 2021, requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R\$ 221.256.
- (iii) A controlada Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo, tendo sido proferida decisão no exercício de 2025 acolhendo o pedido da Rumo Malha Sul para anular a referida autuação em reconhecimento da prescrição administrativa. O valor envolvido era de R\$ 211.377 sendo o referido processo foi arquivado.

Regulatórios:

- (i) A Rumo Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (“RFFSA”), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia. O valor dos pedidos soma R\$96.922, para o qual não há provisão. Em fevereiro de 2023, houve prolação de sentença de improcedência. Em dezembro de 2024, foi proferido acórdão por meio do qual foi dado parcial provimento à apelação da União, sendo interposto recurso especial pela Rumo em face da condenação e dos parâmetros de cálculo.

Trabalhista:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Reclamações trabalhistas	15.513	10.189	814.364	690.535
	15.513	10.189	814.364	690.535

A Rumo Malha Paulista é parte em uma ACP que tramita na Justiça do Trabalho. O processo teve origem em uma fiscalização realizada na MS Teixeira, subcontratada da Prumo Engenharia Ltda. (Prumo Engenharia), que, por sua vez, era contratada da Rumo. A fiscalização alegou que os trabalhadores da MS Teixeira laboravam em condições degradantes e análogas à escravidão.

A Prumo Engenharia assumiu integralmente a responsabilidade pela situação dos empregados, incluindo as responsabilidades trabalhistas e contratuais, bem como todos os prejuízos decorrentes das alegadas condições de trabalho instituídas por seus

subcontratados. A Prumo Engenharia realizou as rescisões dos contratos de trabalho desses trabalhadores, as quais foram homologadas perante o então Ministério do Trabalho e Emprego, sem qualquer participação da Rumo.

Além disso, foi instaurada investigação criminal contra a Rumo, que foi arquivada. No entanto, o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma ACP contra a Rumo Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000 (entre outros compromissos). A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando a controlada em obrigações de fazer e não fazer, bem como em dano moral coletivo no valor de R\$ 15.000.

A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas a condições de trabalho e efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Após a homologação, a Advocacia Geral da União (“AGU”) interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”). O recurso foi julgado e não provido mantendo-se a destinação dos valores conforme acordo firmado.

A Companhia comprovou o pagamento, bem como apresentou evidências do cumprimento das obrigações do acordo nos autos e aguarda declaração do pleno cumprimento do acordo pelo Tribunal.

Em 2025, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Rescisória contra a Rumo e a Advocacia Geral da União (AGU), postulando a desconstituição de duas cláusulas do acordo: (i) inscrição de empresas no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão e (ii) divulgação do acordo no site governamental do Ministério do Trabalho e Previdência. A defesa apresentada aguarda julgamento.

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução do capital próprio. O imposto de renda relacionado aos custos de transação de uma operação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social.

As transações envolvendo acionistas do grupo são alocadas em “Transações de Capital” - Reserva de capital, como pagamento baseado em ações e alterações na participação em controladas.

Em 30 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), os acionistas da Companhia aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 649.805, com o objetivo de absorver o saldo da conta de Prejuízos Acumulados.

Em 23 de outubro de 2025 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia em até 8.000.000.000 de ações ordinárias. Conforme mencionado na nota 1, em 14 de novembro de 2025 a Companhia emitiu, 2.100.000.000 de ações ao preço de R\$ 5,00 reais por ação, totalizando R\$ 10.500.000, dos quais R\$ 2.100.000 foram destinados ao capital social e R\$ 8.400.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

à reserva de capital. O capital social passou de R\$ 8.182.739 para R\$ 10.282.739. A seguir apresentamos a abertura da captação líquida de gastos incorridos:

Aumento de capital	2.100.000
Aumento de reserva de capital	8.400.000
Gastos deduzidos da captação ⁽ⁱ⁾	(230.000)
Saldo líquido captado	10.270.000

- (i) Do total de gastos deduzidos da captação, o montante de R\$ 219.760 foi o desembolso de caixa no exercício de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito era de R\$ 10.282.739 (R\$ 8.832.544 em 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizado e representado por 3.966.570.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era composto por:

Composição acionária	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Holdings Aguassanta (controlador)	672.312.930	16,95%
Bloco acionário	1.450.000.000	36,56%
Aguassanta	150.000.000	
Demais investidores	1.300.000.000	
Administradores	19.415.029	0,49%
Free float	1.817.700.638	45,82%
Total de ações	3.959.428.597	99,82%
Ações em tesouraria	7.142.335	0,18%
Total	3.966.570.932	100,00%

b) Ações em tesouraria

Política contábil:

Ações em tesouraria representam ações recompradas pela Companhia e disponíveis para fins específicos e limitados. Para fins contábeis, a Cosan mantém as ações necessárias para atender aos futuros planos de pagamento baseados em ações dos funcionários, e esse volume é tratado da mesma forma que as ações em tesouraria.

Em 14 de janeiro de 2025, a Companhia efetuou a recompra de 4.200.000 ações de sua própria emissão pelo montante total de R\$ 34.022, resultando em um custo médio de R\$ 8,10 por ação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 7.142.335 ações em tesouraria (em comparação com 3.747.965 ações 31 de dezembro de 2024), cujo preço de mercado era de R\$ 5,30.

c) Reserva estatutária – reserva especial

Política contábil:

A reserva estatutária tem por finalidade reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

d) Reserva legal

Política contábil:

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, de acordo com a Lei nº 6.404/76.

e) Dividendos

Política contábil:

Conforme o estatuto da Companhia, ao final de cada exercício social, é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, em consonância com a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e o excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), serão objeto de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

i. A receber

Controladora	Investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	99.194	219.941	319.135
Dividendos declarados	3.171.126	13.593	3.184.719
Aumento de Capital	(127.080)	—	(127.080)
Outros movimentos	9.501	—	9.501
Dividendos recebidos	(3.138.556)	(228.342)	(3.366.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.185	5.192	19.377
Dividendos declarados	729.315	904	730.219
Outros movimentos	(178)	(8)	(186)
Dividendos recebidos	(657.002)	(5.184)	(662.186)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	86.320	904	87.224

(i) Veja composição do saldo na nota 9.1.a.

Consolidado	Investimentos em coligadas ⁽ⁱⁱ⁾	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	35.836	219.941	255.777
Dividendos declarados	1.175.775	119.647	1.295.422
Outros movimentos	(84.945)	—	(84.945)
Dividendos recebidos	(1.018.794)	(293.912)	(1.312.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	107.872	45.676	153.548
Dividendos declarados	125.231	904	126.135
Outros movimentos	(91.173)	(36)	(91.209)
Dividendos recebidos	(107.424)	(45.640)	(153.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.506	904	35.410

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

(ii) Veja composição do saldo na nota 9.1.b.

ii. A pagar

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	276.065	549.054
Dividendos declarados	566.401	2.994.771
Dividendos pagos acionistas preferencialistas	—	(668.022)
Dividendos pagos	(838.971)	(2.779.081)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	3.495	96.722
Dividendos declarados	—	2.831.692
Dividendos pagos acionistas preferencialistas	—	(994.592)
Dividendos pagos	—	(1.698.703)
Outros movimentos	(3.495)	(8.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	—	226.484

c) Outros resultados abrangentes

	31 de dezembro de 2024	Resultado abrangente	31 de dezembro de 2025
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(1.880.779)	200.259	(1.680.520)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.375.524	(55.037)	2.320.487
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(84.886)	972	(83.914)
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado atribuível a alterações no risco de crédito	—	(61.979)	(61.979)
Perdas na mensuração de instrumento financeiro derivativo	15.000	(15.000)	—
Variação do valor justo de ativo financeiro	50.920	—	50.920
Total	475.779	69.215	544.994

Atribuível aos:

Acionistas controladores	565.855	59.699	625.554
Acionistas não controladores	(90.076)	9.516	(80.560)

	31 de dezembro de 2023	Resultado abrangente	31 de dezembro de 2024
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(1.487.128)	(393.651)	(1.880.779)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.838.413	537.111	2.375.524
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(192.201)	107.315	(84.886)
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	15.000	—	15.000
Variação do valor justo de ativo financeiro	50.920	—	50.920
Total	225.004	250.775	475.779

Atribuível aos:

Acionistas controladores	314.325	251.530	565.855
Acionistas não controladores	(89.321)	(755)	(90.076)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

18 Resultado por ação

Política contábil:

O resultado por ação, tanto o básico quanto o diluído, é um indicador financeiro que demonstra o resultado líquido de uma empresa por ação ordinária em circulação.

a) Resultado Básico por Ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

b) Resultado Diluído por Ação

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação).

Básico e diluído – Operação continuada	Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico por ação	(9.722.125)	(9.608.882)
Efeito dilutivo do plano baseado em ações das controladas	(201)	—
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	(9.722.326)	(9.608.882)
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação – básico (em milhares de ações)		
Básico	2.498.037	1.862.704
Recompra de ações	(27.762)	(257)
Diluído	2.470.275	1.862.447
Resultado por ação		
Básico	R\$ (3,89)	R\$ (5,16)
Diluído	R\$ (3,94)	R\$ (5,16)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2024	
Básico e diluído – Operação descontinuada		
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico e diluído por ação	185.087	
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	185.087	
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação – básico (em milhares de ações)		
Básico	1.862.704	
Diluído do plano de pagamento baseado em ações	7.354	
Diluído	1.870.058	
Resultado por ação		
Básico	R\$	0,10
Diluído	R\$	0,10

Instrumentos diluidores

Plano de Recompra de Ações: 27.762.353 ações relacionadas ao plano de recompra de ações da Companhia foram incluídas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído, pois seu efeito potencial é de reduzir o lucro por ação (ou aumentar o prejuízo por ação, no caso de resultado negativo).

Instrumentos antidiluidores

Plano de Pagamento Baseado em Ações: 6.023.178 ações (7.353.624 em 31 de dezembro de 2024) relacionadas ao plano de pagamento baseado em ações da Companhia foram analisadas para o cálculo do lucro por ação diluído. Contudo, essas ações não geraram impacto no cálculo do lucro por ação diluído para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, pois seu efeito potencial seria de aumentar o lucro por ação (ou reduzir o prejuízo por ação), caracterizando-se como antidiluidoras.

19 Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções de vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, seção V, Art. 187. As principais fontes de receita são:

i. Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o produto ou serviço ao cliente. O ativo é transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. A receita é reconhecida nesse momento, desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

Os lubrificantes são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens e serviços.

Alguns contratos de venda de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de venda representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado às diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente. Incentivos comerciais, incluindo incentivos em dinheiro, descontos e abatimentos por volume e bens ou serviços gratuitos ou com desconto, são contabilizados como uma redução da receita.

ii. Receita faturada

A receita referente à distribuição de gás natural proveniente dos direitos de concessão possui valor justo e preços de venda de serviços individuais amplamente semelhantes.

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, com base nas medições mensais realizadas.

iii. Receita não faturada

A receita de distribuição de gás natural não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Esse montante é estimado considerando o volume médio faturado diário multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Adicionalmente, sobre o referido volume é aplicado a tarifa vigente aprovada pelo órgão regulador.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor

iv. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo, com base no método do custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos são incluídos nos passivos de contrato.

v. Serviços prestados

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo Cosan vende os serviços em transações separadas.

vi. Serviços de logística prestados

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a controlada transfere para a contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação de serviços, quando é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a controlada, e quando o valor relacionado e os custos incorridos podem ser mensurados com segurança.

Os preços dos serviços são fixados com base em ordens de serviço ou contratos. A receita é basicamente composta por frete ferroviário, frete rodoviário, transporte de contêineres e serviços de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço de logística é prestado.

vii. Receita de arrendamentos

A receita de aluguel é reconhecida linearmente ao longo do prazo de cada contrato, na medida em que os contratos transferem aos clientes o direito de usar os ativos por um período em troca de contraprestações à controlada, que podem ser medidas de forma confiável.

viii. Venda de propriedades para investimento

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela alienação de propriedades para investimento no curso normal das atividades das controladas. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, e nas demonstrações financeiras consolidadas, após a eliminação das vendas dentro da controlada. A receita é reconhecida quando a controlada cumpre todas as obrigações e promessas identificadas no contrato de transferência dos bens ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita bruta na venda de produtos e serviços	46.069.211	50.141.542
Receita de construção	1.568.285	1.602.284
Impostos sobre vendas e outras deduções	(7.218.900)	(7.793.084)
Receita operacional líquida	40.418.596	43.950.742

A tabela a seguir apresenta a receita desagregada por linhas de produtos e serviços, e por tempo de reconhecimento:

	Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Momento específico no tempo		
Distribuição de gás	12.844.764	16.186.692
Lubrificantes e óleo básico	8.812.257	9.424.869
Arrendamento e venda de propriedades	653.785	1.441.809
Outros	2.194.419	596.632
	24.505.225	27.650.002
Ao longo do tempo		
Transporte ferroviário	13.053.660	13.251.052
Receita de construção	1.568.285	1.602.284
Operações de contêineres	794.116	685.337
Outros serviços	507.874	823.500
	15.923.935	16.362.173
Eliminações	(10.564)	(61.433)
Total das receitas líquidas	40.418.596	43.950.742

20 Custos e despesas por natureza

Política contábil:

A Companhia e suas controladas aplicam o modelo contábil previsto na IFRIC 12 / ICPC 01 e na IAS 38 / CPC 04, para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural, classificando a amortização do ativo decorrente da concessão no custo das vendas.

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das receitas, custos e despesas por natureza/finalidade é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de		Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	—	—	(6.844.761)	(7.134.069)
Custo do gás e transporte	—	—	(9.798.394)	(12.083.199)
Despesas com transporte ferroviário e elevação	—	—	(3.260.552)	(3.129.514)
Outros transportes	—	—	(506.805)	(484.136)
Depreciação e amortização	(23.490)	(15.862)	(3.890.832)	(3.868.583)
Despesas com pessoal	(115.058)	(234.779)	(3.183.083)	(3.115.478)
Custo de construção	—	—	(1.568.285)	(1.602.284)
Despesas com serviços de terceiros	(61.869)	(55.483)	(923.519)	(901.372)
Despesas comerciais	(34)	(81)	(3.181)	(42.815)
Custo das propriedades vendidas (Nota 8)	—	—	(82.216)	(746.956)
Outras despesas	(87.230)	(61.949)	(1.559.250)	(1.548.827)
	(287.681)	(368.154)	(31.620.878)	(34.657.233)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	—	—	(27.242.987)	(30.236.061)
Despesas com vendas	—	—	(1.850.143)	(1.575.890)
Gerais e administrativas	(287.681)	(368.154)	(2.527.748)	(2.845.282)
Total	(287.681)	(368.154)	(31.620.878)	(34.657.233)

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de		Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Créditos fiscais extemporâneos	113	15.861	219.305	60.282
Mudança no valor justo de propriedades para investimento (Nota 11.5)	—	—	1.441.276	1.273.033
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	—	(16)	(99.324)	141.863
Resultado na venda de investimentos	—	—	32.375	(383.205)
Ganho previamente reconhecido em outros resultados abrangentes e reclassificado para resultado do período na alienação de investimento	206.388	—	206.388	—
Efeito líquido das demandas judiciais, recuperáveis e parcelamentos tributários	(56.902)	(47.391)	(333.659)	(313.876)
Resultado de operações comerciais ⁽ⁱ⁾	—	—	664.597	—
Acordo contratual e outros	—	—	—	689.764
Reversão de outras provisões	—	—	—	291.032
Receitas eventuais	34.752	78.059	179.685	168.245
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 11.6)	(265.880)	—	(1.493.752)	(3.155.400)
Ganho com reestruturação societária	—	—	—	168.855
Lucros cessantes e danos materiais de imobilizado ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	998.794	—
Outros	(29.053)	(172.664)	(148.166)	(546.159)
Total	(110.582)	(126.151)	1.667.519	(1.605.566)

- (i) Refere-se, substancialmente, ao acordo contratual com fornecedor devido à não utilização da quantidade total prevista em contrato, pelo qual a controlada Compass foi indenizada, bem como ao resultado de liquidação financeira decorrente de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

transação de otimização de carga de determinados contratos comerciais, no âmbito da execução da estratégia comercial no curso ordinário de seus negócios.

- (ii) O saldo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 é composto por R\$ 130.271 da Rumo S.A. e R\$ 868.523 da Moove.

22 Resultado financeiro

Política contábil:

As receitas financeiras compreendem:

- Receitas de juros sobre fundos investidos;
- Ganhos decorrentes da variação ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Ganhos decorrentes da variação do valor justo de participações pré-existentes em combinações de negócios;
- Ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado;
- Reclassificações para o resultado de ganhos líquidos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem:

- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Reconhecimento do desconto de provisões e de encargos diferidos;
- Perdas na alienação de ativos financeiros;
- Perdas decorrentes da variação do valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de contraprestações contingentes;
- Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (exceto contas a receber);
- Perdas de instrumentos de *hedge* reconhecidas no resultado;
- Reclassificações para o resultado de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas cambiais decorrentes de ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida como receita ou despesa financeira, conforme as variações da moeda estrangeira resultem em posição positiva ou negativa.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses findo em 31 de dezembro de		Doze meses findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(2.147.672)	(1.820.040)	(6.441.757)	(5.767.426)
Variação cambial líquida sobre dívidas	799.673	(1.969.526)	2.473.085	(5.795.089)
Resultado com derivativos e valor justo ⁽ⁱ⁾	(1.855.815)	1.827.880	(4.523.652)	3.787.479
Amortização do gasto de captação	(87.811)	(21.009)	(452.944)	(113.136)
Descontos obtidos em operações financeiras	—	—	186.681	—
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(19.374)	(36.079)
	(3.291.625)	(1.982.695)	(8.777.961)	(7.924.251)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	682.636	200.927	2.505.285	1.975.811
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas	87.844	—	87.844	—
	770.480	200.927	2.593.129	1.975.811
Custo da dívida, líquida	(2.521.145)	(1.781.768)	(6.184.832)	(5.948.440)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	54.113	63.336	728.102	464.883
Juros sobre outras obrigações	(14.894)	—	(14.894)	—
Arrendamento e concessão	—	—	(517.451)	(387.044)
Arrendamento mercantil	(2.419)	(3.005)	(647.750)	(641.144)
Impostos sobre juros sobre capital próprio	—	(1.295)	(50.337)	(44.464)
Juros sobre contingências e contratos	(103.736)	(19.362)	(470.301)	(605.231)
Juros sobre ativo e passivo setorial	—	—	(111.245)	(88.170)
Despesas bancárias e outros	(40.312)	(40.703)	(141.873)	155.624
Variação cambial e derivativos não-dívida	(113.737)	(3.513.820)	(380.840)	(1.655.731)
	(220.985)	(3.514.849)	(1.606.589)	(2.801.277)
Resultado financeiro, líquido	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(2.822.014)	(2.357.419)	(8.949.615)	(7.637.116)
Receitas financeiras	875.774	291.426	3.583.317	2.655.899
Variação cambial	1.434.193	(3.557.941)	2.397.352	(5.741.359)
Efeito líquido dos derivativos	(2.230.083)	327.317	(4.822.475)	1.972.859
Resultado financeiro, líquido	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)

- (i) A variação decorreu majoritariamente da desvalorização do dólar norte-americano frente ao real brasileiro — cuja cotação média PTAX passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 (apreciação de 11,2% do real).

23 Benefício pós-emprego

Política contábil

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego, bem como o valor presente da obrigação de aposentadoria, são determinados com base nos resultados de avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de diversas premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

i. Planos de Contribuição Definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente.

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida chamado Plano de Aposentadoria FuturaFlex (para os funcionários da Compass, Comgás e Commit), administrado pela FuturaMais – Entidade de Previdência Complementar ("FuturaMais") (anteriormente denominada RaizPrev – Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II – Entidade de Previdência Complementar). A Entidade é dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

A Companhia não possui obrigações legais e contratuais que possam gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário.

ii. Contribuição variável

Um plano de contribuição variável, também conhecido como misto, reúne aspectos do Benefício Definido ("BD") e da Contribuição Definida ("CD").

A Companhia e suas controladas patrocinam um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, chamado Plano de Aposentadoria Futura II. Também administrado pela FuturaMais, ele reúne as características da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A Compagas oferece plano de contribuição definida do tipo misto, que é caracterizado pela acumulação de poupança durante a fase de atividade dos empregados e quando da aposentadoria é convertido em renda vitalícia.

Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior crescimento salarial em relação àqueles considerados nos cálculos.

iii. Benefício definido

O plano de benefício definido é um plano em que os participantes têm o benefício devido determinado por força das disposições regulamentares. O custo é estabelecido por meio de avaliações atuariais, com periodicidade mínima anual, realizadas com base em premissas.

Plano de Aposentadoria

O Plano de Aposentadoria, administrado pela Futura – Entidade de Previdência Complementar e patrocinado pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., encontra-se fechado e em extinção desde 2011.

De acordo com o regulamento, a Companhia adota provisão no valor presente dos benefícios, e os assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são:

- a) Maior sobrevida em relação ao especificado nas tabelas de mortalidade;
- b) Retorno sobre o patrimônio líquido inferior à taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, acrescida do IGP-DI acumulado; e
- c) Estrutura familiar real divergente das hipóteses de aposentadoria estabelecidas.

Plano médico

A Companhia possui planos de benefícios definido relacionados a assistência médica nas subsidiárias Comgás e Compagas. A controlada Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedido aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após essa data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a esse plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria, estejam trabalhando na Companhia.

Já na Compagas é oferecido o Plano Pró-Saúde para funcionários e dependentes, com contribuições mensais da patrocinadora e empregados. Os beneficiários na aposentadoria terão direito de permanecer de forma vitalícia no plano.

Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior custo de inflação médica em relação àqueles considerados nos cálculos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações, deduzido do valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes (ORA). Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes (ORA), quando ocorrem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contribuição definida		
Futura II	386	298
Benefício definido		
Futura	146.225	141.050
Plano médico	389.815	385.272
	536.040	526.322
Total	536.426	526.620

Detalhamento dos planos vigentes

a) Contribuição definida

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor das contribuições pagas pela Companhia foi de R\$ 1.323 (R\$ 111 em 31 de dezembro de 2024).

b) Benefício definido

A controlada indireta CLE patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), anteriormente denominada Previd Exxon – Entidade de Previdência Complementar. A Futura tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Esse plano foi alterado para ser fechado a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contribuições totalizaram R\$ 19.240 (R\$ 16.252 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A duração média ponderada da obrigação é de 7,7 anos em 31 de dezembro de 2025 e 8,9 anos em 31 de dezembro de 2024. Em 2026, a CLE espera efetuar uma contribuição no valor de R\$ 18.624 em relação ao seu plano de benefício definido.

Ademais, a controlada indireta Compagas realizou a análise atuarial do plano previdenciário de benefício definido, o qual está superavitário e, portanto, não foram registrados saldos. Os detalhes estão a seguir:

	31 de dezembro de 2025
Obrigação no final do exercício	(46.780)
Ativos financeiros no final do exercício	54.476
Superavit apurado	7.696
Efeito do limite do ativo	(7.696)
Passivo a ser reconhecido	—

c) Plano médico

As obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego incluem assistência médica, incentivo à aposentadoria, pagamento de auxílio-doença e pensão por incapacidade.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contribuições totalizaram R\$30.891 (R\$31.169 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A duração média ponderada da

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

obrigação de plano médico era de 9,9 anos (8,9 anos em 31 de dezembro de 2024) na controlada indireta Comgás e 17,7 anos (20,4 anos em 2024) na controlada indireta Compagas. Em 2026, controladas esperam efetuar uma contribuição no valor de R\$ 46.373 em relação ao seu plano de benefício definido.

Composição e movimentação dos planos vigentes

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.018.300	1.141.841
Custo dos serviços correntes	378	386
Combinação de negócios	—	9.560
Juros sobre obrigação atuarial	111.130	105.302
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(3.747)	(170.791)
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(8.188)	23.181
Perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	—	505
Benefícios pagos	(96.934)	(91.684)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.020.939	1.018.300
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(491.978)	(524.527)
Receitas de juros	(51.452)	(46.423)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	11.730	34.709
Contribuições do empregador	(50.133)	(43.340)
Benefícios pagos	96.934	87.603
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(484.899)	(491.978)
Passivo líquido de benefício definido	536.040	526.322

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Custo dos serviços correntes	(378)	(386)
Juros sobre obrigação atuarial	(59.678)	(58.879)
	(60.056)	(59.265)

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Montante acumulado no início do exercício	290.378	180.311
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	3.486	168.351
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.449	(23.575)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(11.730)	(34.709)
Montante acumulado no final do exercício	290.583	290.378

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	484.112	100,00%	491.194	100,00%
	484.112	100,00%	491.194	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico Compagas		Plano médico Comgás	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Taxa real de desconto	11,13%	11,07%	7,22% a.a.	7,43% a.a.	7,27% a.a.	12,14% a.a.
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,90% a.a.	4,96% a.a.	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	1,00% a.a.	1,00% a.a.	N/A	N/A
<i>Aging factor</i>	N/A	N/A	2,20% a.a.	2,20% a.a.	3,00% a.a.	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,50%	1,00% a.a.	1,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	N/A	AT-2000 (basic segregada por sexo)	AT-2000 (basic segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	Winklevoss	Winklevoss	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez	N/A	N/A	TASA 1927	TASA 1927	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	1,49% a.a.	1,43% a.a.	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

Análise de sensibilidade

A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes, pois afeta a obrigação de benefício definido. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade da obrigação de benefício definido a mudanças na taxa de desconto, mantendo as demais premissas constantes:

	Taxa de desconto		Inflação médica	
	Aumento 0,50%	Redução 0,50%	Aumento 0,50%	Redução 0,50%
Futura	609.697	652.378	611.199	654.754
Plano médico	(16.918)	18.410	335	(321)

Não houve alteração nas premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores, nem nos métodos adotados na elaboração da análise de sensibilidade.

24 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo dos benefícios de pagamento baseado em ações, na data de outorga, é reconhecido como despesa de pessoal, com aumento correspondente no patrimônio líquido, ao longo do período em que os empregados adquirem irrevogavelmente o direito aos benefícios (período de *vesting*), de forma proporcional ao tempo decorrido.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para as quais se espera que as condições de serviço e as condições de *vesting* não baseadas em mercado sejam cumpridas. Assim, o montante finalmente reconhecido como despesa baseia-se no número de ações que efetivamente satisfizerem essas condições na data de *vesting*. Para benefícios de pagamento baseados em ações sem período de *vesting* (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga já incorpora tais características, não havendo ajustes posteriores decorrentes de diferenças entre os benefícios esperados e os efetivamente concedidos.

O valor justo do montante a pagar aos empregados referente aos direitos de valorização acionária (*stock appreciation rights* – SARs), quando liquidados em caixa, é reconhecido como despesa, com aumento correspondente no passivo, ao longo do exercício em que os empregados adquirem irrevogavelmente o direito ao recebimento. O passivo é reavaliado a cada data do balanço e na data de liquidação, com base no valor justo dos direitos de valorização acionária. As variações decorrentes dessa reavaliação são reconhecidas no resultado do exercício como despesas de pessoal.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

Programas outorgados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ainda vigentes

- Concessão de ações (liquidadas em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).
- Concessão de ações (liquidadas em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada:
 - i. Parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*); e
 - ii. Parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).
- Plano de remuneração baseado em ações (liquidado em caixa) no qual é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA consolidado da Cosan para cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento.

Programas outorgados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram estabelecidos os seguintes Programas de pagamento baseado em ações:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Programa	Condições de aquisição de direito
Investe Cosan 2025	<u>Outorga 31 de julho de 2025.</u> Programa Investe Cosan 2025, outorgado em 31 de julho de 2025. O programa de incentivo está condicionado a ações de retenção e ações de performance. Do total de ações do programa, 50% estão relacionadas a tempo de serviço (<i>service condition</i>) pelo período de 3 anos. O restante, equivalente a 50% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar de 0% e 150%.
Investe Cosan 2025	<u>Outorga 10 de novembro de 2025.</u> Programa Investe Cosan 2025, outorgado em 10 de novembro de 2025. O programa de incentivo está condicionado a ações de retenção. O total de ações do programa estão relacionadas a tempo de serviço (<i>service condition</i>) pelo período de 6 meses.
Programa Phantom Shares 2025 Moove	<u>Outorga 31 de julho de 2025.</u> O programa de incentivo está condicionado ao tempo de serviço (<i>service condition</i>) e atrelado a ocorrência de um evento de liquidez definidas no programa (<i>performance conditions</i>). As opções outorgadas aos participantes somente poderão ser exercidas após se tornarem opções vestidas, sendo que o prazo máximo para o exercício das Opções será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.
Programa Investe 2025 – Rumo	<u>Outorga 10 de outubro de 2025.</u> Programas de opções, sem <i>lock-up</i> , com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (<i>service condition</i>) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (<i>performance conditions</i>), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.
<i>Phantom shares - Compass</i>	<u>Outorga 01 de agosto de 2025.</u> Plano de <i>phantom shares</i> que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”). Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Tipo de prêmio / Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Quantidade de ações			Valor justo na data de outorga -
			Concessão de planos	Exercido / cancelado /	Disponível	
Programa de concessão de ações						
31/07/2020	Cosan S.A.	60	68.972	(68.972)	—	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	36	424.839	(424.839)	—	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	48	5.283.275	(5.283.275)	—	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	60	806.752	(566.287)	240.465	23,20
31/07/2022 - Invest I	Cosan S.A.	36	846.506	(846.506)	—	18,74
22/11/2022 - Investe Sócios	Cosan S.A.	60	377.173	(192.869)	184.304	17,14
30/01/2023 - Investe Sócios	Cosan S.A.	36	12.472.325	(7.864.867)	4.607.458	15,26
31/07/2023 - Investe Cosan I - Regular	Cosan S.A.	36	1.047.845	(478.677)	569.168	17,53
01/12/2023 - Investe Cosan III - Associados	Cosan S.A.	60	546.734	(119.209)	427.525	17,68
30/01/2024 - Investe Sócios	Cosan S.A.	12	2.322.324	(2.322.324)	—	18,18
31/07/2024 - Programa Investe Cosan 2024	Cosan S.A.	36	1.428.479	(308.634)	1.119.845	13,54
31/07/2025 - Programa Investe Cosan 2025	Cosan S.A.	36	2.644.661	(214.838)	2.429.823	7,28
10/11/2025 - Programa Investe Cosan 2025	Cosan S.A.	6	2.722.482	—	2.722.482	5,00
			30.992.367	(18.691.297)	12.301.070	
20/11/2024 - Programa SOP 2024	Moove	72	610.940	(610.940)	—	50,05
			610.940	(610.940)	—	
11/11/2020	Rumo S.A.	60	776.142	(776.142)	—	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	60	1.481.000	(1.481.000)	—	20,84
01/09/2022	Rumo S.A.	36	1.781.640	(1.781.640)	—	20,36
06/09/2023	Rumo S.A.	36	1.724.867	(277.097)	1.447.770	21,86
22/08/2024	Rumo S.A.	36	2.433.432	(134.748)	2.298.684	23,37
01/10/2025	Rumo S.A.	36	2.350.620	(9.093)	2.341.527	15,74
			10.547.701	(4.459.720)	6.087.981	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest I	Moove	60	132.670	(132.670)	—	50,79
31/07/2020 - Invest II	Moove	60	106.952	(106.952)	—	61,89
31/07/2021 - Invest III	Moove	36	80.729	(80.729)	—	102,73
31/07/2022 - Invest IV	Moove	36	77.967	(77.967)	—	135,05
31/07/2023 - Invest V	Moove	36	82.204	(7.228)	74.976	150,98
31/07/2024 - Invest VI	Moove	36	61.372	(2.178)	59.194	234,43
31/07/2025 - Invest VII	Moove	36	61.666	(220)	61.446	283,02
01/08/2023	Compass	36	331.211	(67.962)	263.249	34,12
01/08/2024	Compass	36	376.495	(24.579)	351.916	42,21
01/11/2024	Compass	33	16.969	(4.112)	12.857	42,21
01/08/2025	Compass	36	424.508	(12.901)	411.607	41,92
			1.752.743	(517.498)	1.235.245	
Total			43.903.751	(24.279.455)	19.624.296	

a) Movimentação no período

O movimento na quantidade de prêmios em aberto são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	20.036.862	31.557.498
Outorgado	3.750.803	6.856.907
Acréscimo de ações	—	605.005
Exercidos/cancelados/outros	(15.442.518)	(22.394.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.345.147	16.624.911
Outorgado	5.367.143	8.203.937
Acréscimo de ações ⁽ⁱ⁾	—	5.377
Exercidos/cancelados/outros	(1.411.220)	(5.209.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.301.070	19.624.296

- (i) Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de vesting.

b) Mensuração de valores justo

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e as principais premissas utilizadas na aplicação dos modelos *Black-Scholes* e Binomial foram as seguintes:

		Preço médio de mercado na data de outorga	Taxa de juros	Volatilidade
Cosan S.A	31 de dezembro de 2025	6,14	N/A	N/A
	31 de dezembro de 2024	13,54	N/A	N/A
Compass	31 de dezembro de 2025	41,92	N/A	N/A
	31 de dezembro de 2024	45,29	N/A	N/A
Rumo ⁽ⁱ⁾	31 de dezembro de 2025	15,74	10,41%	25,84%
	31 de dezembro de 2024	23,37	10,41%	25,84%
Moove ⁽ⁱⁱ⁾	31 de dezembro de 2025	283,02	4,05%	42,85%
	31 de dezembro de 2024	66,97	4,05%	42,85%

A volatilidade foi determinada da seguinte forma:

- (i) Para ações com capital aberto, com base na volatilidade histórica do preço da ação nos trinta dias anteriores à data da outorga.
- (ii) Para ações sem capital aberto, como as da Moove, com base na volatilidade histórica do preço da ação da empresa controladora, no período proporcional ao prazo do plano.

c) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 71.725 (R\$ 65.901 em 31 de dezembro de 2024).

25 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes a seguir estão detalhados na Nota 2:

- Liquidação do *call spread* da Vale (Nota 2.1.2);
- Recebimento de seguro na Moove (Nota 2.1.3);
- Conversão das ações preferencias pelo Bradesco (Nota 2.1.10);
- Reestruturação da dívida da Raízen (Nota 2.1.11); e
- Resgate antecipado de debêntures e Senior Notes (Nota 2.2.4).

Liquidação TRS de ações próprias

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou o instrumento derivativo (TRS) com o Banco Santander, lastreado em ações próprias. A transação resultou na aquisição de 52.611.312 ações (*ticker*: CSAN3) pelo montante de R\$ 270.422. Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não mantinha outros contratos derivativos vinculados a ações próprias.

Conflito coordenado entre Estados Unidos e Israel contra o Irã

Após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em fevereiro de 2026, ocorreu uma escalada de tensões geopolíticas entre os Estados Unidos e o Irã, com potencial impacto sobre os mercados globais de energia e logística.

A Administração avaliou criteriosamente os riscos associados a este evento e concluiu que, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais sobre:

- As operações consolidadas da Cosan no Brasil e nos demais países onde atua;
- A posição financeira consolidada (incluindo dívida, liquidez e exposição cambial);
- Os preços de commodities relevantes para a Companhia, cujas variações observadas não impactaram de forma relevante estas demonstrações financeiras.

A Companhia mantém monitoramento contínuo dos desdobramentos geopolíticos e seus efeitos sobre as cadeias globais de suprimento de energia e logística. Eventuais impactos materiais futuros serão divulgados imediatamente ao mercado.

Oferta pública inicial de ações (IPO)

Em 5 de março de 2026, a Cosan S.A. comunicou ao mercado que sua controlada Compass protocolou, junto à CVM, o pedido de registro para realização de oferta pública inicial de ações (*initial public offering* – IPO) no Brasil. A operação proposta consiste em oferta secundária de ações ordinárias, sem emissão de novas ações, com os recursos a serem integralmente destinados aos acionistas vendedores. Paralelamente, a Compass solicitou a admissão de suas ações ao segmento de listagem especial Novo Mercado da B3 S.A., sujeita às aprovações regulatórias pertinentes. Os termos e condições da oferta, incluindo volume de ações e faixa de preço, ainda serão definidos e dependem, entre outros fatores, das aprovações pelos órgãos reguladores competentes e do cenário de mercado vigente à época da operação.

26 Novas normas contábeis

26.1 Normas contábeis recentes adotadas pela companhia

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

26.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas as quais, na avaliação da Administração não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1. O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades devem classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias seguintes: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e impõe novos requisitos para a agregação e desagregação das informações financeiras, com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Além disso, foram feitas alterações pontuais ao IAS 7, como a modificação do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, que passa de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

As alterações do IFRS 18 entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, devendo ser aplicado retrospectivamente. Atualmente, a Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

Índice

Pareceres e Declarações

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	1
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	2
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	4
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COSAN S.A.
CNPJ/MF 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COSAN S.A., no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e com base nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, considerando também que não foram identificadas fraudes ou quaisquer outras ocorrências similares, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo (SP), 09 de março de 2026.

GUIDO BARBOSA DE OLIVEIRA

JOÃO RICARDO DUCATTI

MÔNICA PIRES DA SILVA

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

COSAN S.A.
CNPJ/MF 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – 2025

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cosan S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que assessorar o Conselho de Administração nas matérias de sua competência, conforme previsto no Estatuto Social e em seu Regimento Interno.

Os membros do Comitê são eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, permitida a reeleição por períodos sucessivos até o limite acumulado de 10 (dez) anos, observados igualmente os requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. O Comitê é atualmente composto por 3 (três) membros independentes, sendo que um deles também atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

De acordo com seu Regimento Interno, cabe ao Comitê supervisionar e avaliar a atuação, a independência e a qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da Auditoria Interna, bem como acompanhar, no âmbito de sua competência, a efetividade dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias e a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. Compete-lhe, ainda, receber, analisar e tratar denúncias relacionadas a tais matérias, assegurando a confidencialidade e a proteção do denunciante. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, da área de Controles Internos e do gestor do Canal de Denúncias, bem como em análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“Auditores Independentes” ou “PwC”) é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, realizada conforme as normas profissionais aplicáveis e os requerimentos da CVM. Em 09 de março de 2026, a PwC emitiu relatório com opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna foram realizados por equipe própria da Companhia. O Comitê aprova com ciência ao Conselho de Administração e acompanha a execução do Plano Anual de Auditoria Interna, conduzido pelo gestor da Auditoria Interna, com foco na cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam riscos mais relevantes. O Comitê também acompanha a avaliação da efetividade dos controles internos, com base em informações da Administração, da área de Controles Internos e dos Auditores Independentes, bem como a implementação de planos de ação relacionados a apontamentos e recomendações.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2025

O Comitê de Auditoria reuniu-se 11 (onze) vezes no período de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2026. Dentre as atividades e os temas discutidos no período, destacam-se:

- a) acompanhamento do processo de elaboração e divulgação das informações financeiras, incluindo discussões com a Administração e com os Auditores Independentes sobre as informações trimestrais (ITRs) e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- b) acompanhamento dos trabalhos da auditoria independente, incluindo o planejamento anual, sua execução e as principais comunicações, recomendações e pontos de atenção, além da transição entre auditores independentes ocorrida durante o ano;
- c) análise dos relatórios e cartas de recomendações dos Auditores Independentes, incluindo temas relacionados a controles internos e melhorias de processos;
- d) aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna, incluindo a revisão da metodologia adotada pela Auditoria Interna, e monitoramento do status de implementação e da efetividade dos planos de ação decorrentes dos trabalhos;
- e) acompanhamento da efetividade do ambiente de controles internos, dos processos de gerenciamento de riscos e dos processos de reporte financeiro, com monitoramento da implementação de planos de ação relacionados a deficiências, aprimoramentos e recomendações;
- f) acompanhamento periódico das contingências e provisões relevantes e de suas divulgações nas demonstrações financeiras, com base nas informações apresentadas pela Administração;
- g) avaliação de transações com partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, e dos respectivos impactos em reporte/controles e divulgações;
- h) acompanhamento do Canal de Denúncias e do tratamento das denúncias relacionadas às matérias de competência do Comitê, incluindo indicadores consolidados e status das apurações e medidas adotadas, bem como atualizações sobre o Programa de Compliance no que se refere ao Canal de Denúncias e às ações de prevenção e combate a fraudes e corrupção. Registra-se que, ao final de 2025, a Companhia iniciou processo de descentralização das funções de Auditoria Interna, Controles Internos, Compliance, Riscos e Cybersegurança para as controladas, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle nas operações, mantendo a visão consolidada no âmbito da Companhia;
- i) acompanhamento e recomendação de ajustes e aprimoramentos em políticas internas da Companhia relacionadas às matérias de competência do Comitê; e

j) revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Conclusão sobre as Demonstrações Financeiras

No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto em seu Regimento Interno, os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas. Considerando as informações e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, pelas áreas de Auditoria Interna, de Controles Internos e pela PwC, bem como as discussões realizadas ao longo do exercício, no âmbito do Plano Anual de Trabalho do Comitê, concluíram, por unanimidade, pela recomendação ao Conselho de Administração da aprovação das referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 09 de março de 2026.

Carla Alessandra Trematore
Coordenadora e Especialista Financeira do Comitê de Auditoria

Luis Claudio Rapparini Soares
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria

Paulo Clovis Ayres Filho
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 09 de março de 2026, referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., CRC 2SP000160/O-5.